

# Formação Política

## A via reformista e a via revolucionária na luta de classes

Caderno  
de textos  
básicos e  
complementares



Organização:  
Rede Estudantil Classista e Combativa - RECC  
[redeclassista.blogspot.com](http://redeclassista.blogspot.com) | [lutafof.wordpress.com](http://lutafof.wordpress.com)



## Introdução

Este é um ano importante. Dentre outros, três fatores se destacam : 1) completou-se um ano do Levante Popular de Junho de 2013, o qual consideramos ter inaugurado um novo ciclo na luta de classes no Brasil, de rumos ainda indefinidos, é verdade, mas bem distintos de período anterior (forte investimento da repressão, disputa da subjetividade do proletariado em mudança, oportunidades de reorganização, contradição “base X direção” nos aparelhos sindicais, partidários etc.) ; 2) estamos diante de um ano eleitoral, que se arisca realizar diante do cenário de forte rejeição popular da política institucional e partidária, expresso tanto nas Jornadas de Junho quanto pelos dados crescentes nas eleições anteriores do que podemos chamar de “não voto” (a soma de abstenções, votos nulos e brancos); 3) e em 2014 a RECC comemora 5 anos de fundação de nossa corrente estudantil, com exitosos avanços na linha de massas de caráter classista e combativo no Brasil, quer dizer, sin-

dicalista revolucionária. Este cenário de mudanças e desafios aponta, entretanto, que é preciso avançar mais do que já avançamos.

Esta é a razão deste 8º Plano de Formação Política da RECC-DF, aberto aos camaradas que militam conosco nas escolas, universidades, sindicatos e periferias. Toda formação teórica, de caráter militante, deve ser precedida de uma situação concreta que a torna necessária e cujas conclusões retornem a esta concretude, completando uma dialética “ação-ideia-ação”. Como afirma o provérbio chinês: *“visão sem ação é sonho; mas ação sem visão é pesadelo”*. Isto significa que todos problemas colocados na luta de classes tem que ser por nós encarados também do ponto de vista intelectual, pois os problemas da prática não se resolvem com a mera prática, e o academicismo não é atividade que contempla o proletariado na luta pela sua emancipação.

## A seleção dos textos

Os textos e trechos de textos aqui reunidos foram selecionados em função de apresentarem pontos de vista oportunos ao nosso debate. Quer dizer, não refletem necessariamente nossas conclusões políticas e métodos de abordagem, e podem mesmo exprimir posições suplementares ou antagônicas às que defendemos.

A linha que os costura é o clássico debate “via reformista ou via revolucionária”. E não se pode ignorar, portanto, a conjuntura atual, na qual as eleições estatais novamente se apresentam como

um “show da democracia”, cujos “palhaços-partidos” nos ludibriam para esconder o teatro armado da classe dominante. Eles buscam (re)legitimar a via eleitoral, mesmo diante da negativa popular em aceita-la. Alguns, considerando as inegáveis amarras do sistema político brasileiro refém da transição conservadora da ditadura, pretendem realizar as tarefas inconclusas da democracia burguesa pelas mãos do proletariado. Quais tarefas conjunturais e históricas do proletariado? O debate está posto.

Assim, trazemos aqui 7 textos. Os três primeiros são de leitura obrigatória aos participantes; os 4 demais, são anexos sugestivos para complementar a formação. O primeiro texto, são trechos temáticos de diversos escritos de Mikhail Bakunin (1814-1876), anarquista russo, sobre sufrágio universal e os caminhos ao socialismo, agrupados do livro **“O Conceito de Liberdade”**; depois, o capítulo **“A social-democracia com fenômeno histórico”**, do cientista político norte-americano Adam Przeworski (1940- ), resgatando um histórico e os dilemas da socialdemocracia, as contradições do Estado de Bem Estar Social, a opção e descaminhos da via eleitoral etc.; fechando os obrigatórios, de Pierre Besnard (1886-1947), sindicalista revolucionário francês, extraímos subtópicos do livro **“Os sindicatos operários e a revolução social – vol. 1”**, que apresenta feroz e didaticamente a inviabilidade do colaboracionismo, as táticas e objetivos da burguesia e da classe trabalhadora.

Os anexos, complementares, valorizam a contextualização teórica e his-

tórica a luz da conjuntura presente. Como clara provocação, trazemos trechos de duas cartilhas de campanhas encabeçadas por ong’s e movimentos populares, que embora guardem sutis distinções entre si, estão juntas na reivindicação por reforma do sistema político, chamadas **“Reforma política e eleições limpas – coalizão democrática”** e **“Plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político”**. Na sequência, uma breve passagem do texto intitulado **“Copei”**, redigido pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) em 1972 em pleno regime ditatorial neste país, que aborda o lugar da violência na luta de classes e o modus operandi equivocado do reformismo e do foquismo. Finalizando, **“O reformismo do PT: um dos braços da dominação capitalista no Brasil”**, redigido pela União Popular Anarquista (UNIPA), contemporaniza a estratégia do imperialismo nos países periféricos e semi-periféricos como o Brasil para perpetuação da ordem capitalista através das figuras e partidos identificados com as massas, expressão última de onde se pode chegar a via reformista.

## Metodologia

A Formação Política se iniciará às 9h da manhã do dia 23 de agosto de 2014 no Auditório do Sindágua (Conic, Edifício Venâncio 5, sala 208 – Brasília). Sua previsão de término é 12h.

Adotamos a metodologia de semi-exposição dialogada, onde alguns camaradas farão a apresentação e pro-

vocações iniciais dos textos e temas, seguido de abertura de inscrições aos participantes. A ideia, portanto, é que todos possam ler os textos deste caderno de Formação e contribuir no debate. Para tanto, as anotações são fundamentais. Todos terão direito de fala e ao fim pretende-se extrair breves sínteses encaminhadas.

**Boa leitura!!! E todos/as às barricadas!!!  
Lutar para estudar, estudar para lutar!!!**

**ALERTA Estudantes do povo!**



**OCUPAR E RESISTIR NAS RUAS!  
NÃO VAI TER COPA!**



**Fim dos Processos aos  
8 Estudantes da UnB!**

**SOMOS TODOS CATRAQUEIR@S!**



**Abaixo a Repressão  
Política da Reitoria!**

### As ilusões do sufrágio universal

As regiões mais avançadas da Suíça procuraram, por volta de 1830, a garantia da liberdade no sufrágio universal. Era um movimento absolutamente legítimo. Enquanto que os nossos Conselhos legislativos só eram nomeados por uma classe de cidadãos privilegiados, enquanto existiam diferenças, em relação ao direito eleitoral entre as cidades e os campos, entre os patrícios e o povo, o poder executivo escolhido por estes Conselhos, assim como as leis elaboradas no seu seio, não podiam ter outro objecto senão assegurar e regulamentar o domínio de uma aristocracia sobre a nação. Era preciso pois, no interesse da liberdade popular, inverter este regime e substituí-lo pelo da soberania do povo.

Uma vez estabelecido o sufrágio universal, acreditou-se ter assegurado a liberdade das populações. Pois bem, foi uma grande ilusão e pode-se dizer que a consciência desta ilusão levou em várias regiões à queda e, em todas, à desmoralização hoje tão flagrante do partido radical. Os radicais não quiseram enganar o povo, como o confirma a nossa imprensa dita liberal, mas eles enganaram-se a si próprios. Eles estavam verdadeiramente convencidos quando prometeram ao povo, por meio do sufrágio universal, a liberdade, e cheios desta convicção, conseguiram sublevar as massas e subverter os governos aristocráticos estabelecidos. Hoje, instruídos pela experiência e pela prática do poder, perderam a fé neles próprios e no seu princípio, e é por isso que estão profundamente corrompidos e abatidos.

E, com efeito, a coisa parecia tão natural e tão simples: uma vez que o poder legislativo e o poder executivo emanassem directamente da eleição popular, não deviam tornar-se a expressão pura da vontade do povo e esta vontade poderia produzir

outra coisa senão a liberdade e a prosperidade popular?

Toda a mentira do sistema representativo reside nesta ficção, segundo a qual um poder e uma câmara legislativa saídos da eleição popular devem ou até podem representar absolutamente a vontade do povo. (Obras, II, 36-37, 70).

Na Suíça, como em todo o lado, por muito igualitárias que sejam as nossas constituições políticas, é a burguesia que governa e é a população dos trabalhadores, incluindo os camponeses, que obedece a estas leis. O povo não tem tempo, nem a instrução necessária para se ocupar do governo. A burguesia, possuindo os dois, tem, não por direito, mas de facto, o seu privilégio exclusivo. Pois a igualdade política não é, na Suíça como em qualquer outro lado, senão uma ficção pueril, uma mentira. (Obras, II, 40, 70).

. . . . .

Dantes, quando se era um bom republicano, recomendava-se a desconfiança na democracia. Aliás até nem era preciso aconselhá-la: a democracia é desconfiada por posição, por natureza e também por experiência histórica; pois ela foi sempre a vítima e a palavra de todos os ambiciosos, de todos os intriguistas, classes e indivíduos, que, sob o pretexto de a dirigir e de a conduzir a um bom porto, exploraram-na e enganaram-na eternamente. Até aqui ela não fez outra coisa senão servir de escadote. (Obras, II, 299, 70-71).

A sociedade moderna está de tal modo convencida desta verdade: *que todo o poder político, seja qual for a sua origem e a sua forma, tende necessariamente para o despotismo*, — que, em todos os países em que ela se conseguiu emancipar um pouco, apressou-se a submeter os governos, desde a sua saída da revolução e da eleição popular, a um controlo o mais severo possível. Ela pôs a salvação da

liberdade na organização real e séria do controlo exercido pela opinião e pela vontade popular sobre todos os homens investidos pela força pública. Em todos os países que usufruem do governo representativo, e a Suíça é um deles, a liberdade só pode ser real quando este controlo é real. Pelo contrário, se o controlo é fictício, a liberdade popular torna-se também necessariamente uma pura ficção. (Obras, II, 35-36, 70).

O povo, que é forçosamente ignorante e indifferente, devido à situação económica na qual ainda se encontra, só conhece bem as coisas que o tocam de muito perto. Ele compreende bem os seus interesses quotidianos, as suas ocupações de todos os dias. Para além disso começam para ele o desconhecido, o incerto, e o perigo das mistificações políticas. Como ele possui uma grande dose de instinto prático, raramente se engana nas eleições comunais, por exemplo. Ele conhece mais ou menos os problemas da sua comuna, interessa-se muito neles, e sabe escolher no seu seio os homens mais capazes de os conduzirem melhor. Nestas questões, o próprio controlo é possível, pois elas fazem-se sob os olhos dos eleitores, e tocam os interesses mais íntimos da sua existência quotidiana. É por isso que as eleições comunais são sempre as melhores, as mais verdadeiramente conformes com os sentimentos, com os interesses e com a vontade popular.

As eleições para os Grandes-Conselhos assim como para os Pequenos-Conselhos, em que estas últimas se fazem directamente pelo povo, já são muito menos perfectas. As questões políticas, judiciárias e administrativas, cuja solução e boa direcção constituem a principal tarefa destes Conselhos, são a maior parte das vezes desconhecidas do povo, ultrapassam os limites da sua prática diária, escapam quase sempre ao seu controlo; e occupam-se delas homens que, vivendo numa esfera quase totalmente separada da sua, são-lhe quase completamente desconhecidos; se ele os conhece, só é pelos seus dis-

curso, principalmente quando o seu objectivo é captar a benevolência popular, e em relação a problemas que o povo conhece muito mal e de que muitas vezes não compreende absolutamente nada.

Segue-se que os Grandes-Conselhos cantonais já estão e têm de estar necessariamente muito mais afastados do sentimento popular do que os Conselhos comunais. Portanto não se pode dizer que lhe são absolutamente estranhos. Graças à longa prática da liberdade e ao hábito do povo suíço de ler os jornais, as populações suíças conhecem pelo menos na generalidade os seus problemas cantonais e interessam-se mais ou menos por eles.

Pelo contrário, elas ignoram completamente os problemas federais e não têm nenhum interesse neles. (Obras, II, 46 a 48, 70).

Se o exercício do controlo popular nas questões cantonais é muito difícil, nas questões federais é absolutamente impossível. Aliás estas questões resolvem-se exclusivamente nas altas camadas oficiais, por cima das cabeças das nossas populações, de modo que a maior parte das vezes, estas últimas ignoram-nas completamente. (Obras, II, 49, 70).

A maior parte dos assuntos e das leis, e muitos assuntos e leis importantes, que têm uma relação directa com o bem-estar, com os interesses materiais das comunas, realizam-se por cima da cabeça do povo, sem que o povo se aperceba, se preocupe e se meta nisso. Comprometem-no, ligam-no, arruinam-no às vezes, sem que ele tenha consciência disso. Ele não tem o hábito, nem o tempo necessário para estudar tudo isto, e deixa os seus eleitos fazerem-no, e eles que servem naturalmente os interesses da sua classe, do seu mundo, não os seus, e cuja maior arte consiste em apresentar-lhes as suas medidas e as suas leis sob a forma mais inofensiva e mais popular. O sistema de representação democrática é o da hipocrisia e da mentira perpétuas. Ele tem necessidade da estupidez do povo e funda nela todos os seus triunfos. (Obras, II, 43, 70).

dade. E no entanto o que é que produziram? Apenas a reacção.

«Um dos primeiros actos do governo provisório, diz Proudhon, (1) aquele de que mais se congratulou, foi a aplicação do sufrágio universal. O próprio dia em que o decreto foi promulgado, nós escrevemos estas palavras, que então podiam passar por um paradoxo: *o sufrágio universal é a contra-revolução*. Pode-se julgar, segundo os acontecimentos, se nós nos enganámos. As eleições de 1848 foram feitas, na grande maioria, pelos padres, os legitimistas, pelos dinásticos, por tudo o que a França tem de mais reacção, de mais retrógrado. Não poderia ter sido de outro modo.»

Não, não podia ser e ainda hoje isso não podia ser de outro modo, enquanto a desigualdade das condições económicas e sociais de vida continuar a prevalecer na organização da sociedade; enquanto a sociedade continuar a estar dividida em duas classes, em que uma, a classe exploradora e privilegiada, goza de todas as vantagens da fortuna, da instrução e do lazer, e à outra, incluindo todo o proletariado, só lhe cabe o trabalho manual, maçador e forçado, a ignorância, a miséria, e a sua acompanhante obrigatoria, a escravatura, não de direito, mas de facto.

Sim, a escravatura, pois por muito grandes que sejam os direitos políticos que atribuem a esses milhões de proletários assalariados, verdadeiros condenados da fome, nunca conseguirão subtrair-los à influência perniciosa, ao domínio natural dos diversos representantes da classe privilegiada, desde o padre até ao republicano burguês mais jacobino, mais verdadeiro. (Obras, II, 311 a 313, 70-71).

Mas, dir-se-á: os trabalhadores, tendo tomado mais juízo pela própria experiência que fizeram, não enviarão mais burgueses para as assembleias constituintes ou legislativas, só enviarão operários... Sabem o que vai resultar disto? Os operários deputa-

... o sufrágio universal, como ia dizendo, é a exibição ao mesmo tempo mais larga e mais refinada do charlatanismo político do Estado; um instrumento perigoso, sem dúvida, e que exige uma grande habilidade da parte de quem o utiliza, mas que, se souber servir-se dele, é o meio mais seguro de fazer cooperar as massas na edificação da sua própria prisão. Napoleão III baseou toda a sua força no sufrágio universal, que nunca iludiu a sua confiança. Bismark fez dele a base do seu Império cnuuto-germânico. (Obras, III, 168-169, 71).

... a verdade, reconhecida hoje pelos déspotas mais tolos, segundo a qual as formas ditas constitucionais ou representativas não são de modo algum um obstáculo ao despotismo estatista, militar, politico e financeiro; pelo contrário, elas legalizam o despotismo, e, dando-lhe a aparência duma administração popular, podem aumentar consideravelmente a sua força e poder interior. (Estatismo e Anarquismo, 207, 73).

Todas as eleições, que desde o golpe de Estado de Dezembro, foram feitas directamente pelo povo de França, não foram diametralmente opostas aos interesses deste povo, e a última votação sobre o plebiscito imperial não deu sete milhões de «SIM» ao imperador? Dir-se-á sem dúvida que o sufrágio universal nunca foi exercido livremente no império, a liberdade de imprensa, a de associação e de reunião, condições essenciais da liberdade política, foram proibidas, tendo o povo sido abandonado, sem defesa, à acção corruptora duma imprensa estipendiada e duma administração infame. Seja, mas as eleições de 1848 para a Constituinte e para a presidência, e as de Maio de 1849 para a Assembleia legislativa, foram absolutamente livres, penso eu. Elas fizeram-se fora de qualquer pressão ou mesmo intervenção official, nas condições da mais absoluta liber-

(1) Ideias revolucionárias (Nota de Bakunine).

dos, transportados para condições de existência burguesas e numa atmosfera de ideias políticas totalmente burguesas, deixando de ser trabalhadores de facto para se tornarem homens de Estado, tornando-se burgueses, e talvez ainda mais burgueses do que os próprios burgueses. Pois os homens não fazem as posições, pelo contrário, são as posições que fazem os homens. E nós sabemos por experiência que os *operários burgueses* muitas vezes não são menos egoístas do que os burgueses exploradores, nem menos prejudiciais para a Internacional do que os burgueses socialistas, nem menos vaidosos e ridículos do que os burgueses enobrecidos. (Obras, V, 194, 69).

Quer isto dizer que nós, socialistas revolucionários, não queremos o sufrágio universal, e que preferimos tanto o sufrágio restrito como o despotismo dum único? De modo nenhum. O que nós afirmamos, é que o sufrágio universal, considerado isoladamente e agindo numa sociedade baseada na desigualdade económica e social, nunca será para o povo senão um chamariz; que, da parte dos democratas burgueses, nunca será senão uma odiosa mentira, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e de justiça, em detrimento dos interesses e da liberdade populares, a eterna dominação das classes exploradoras e possuidoras.

Por isso nós negamos que o sufrágio universal seja um instrumento de que o povo possa servir-se para conquistar a justiça ou a igualdade económica e social; visto que, como acabo de o demonstrar, o sufrágio universal exercido... no meio da dependência e da ignorância popular... produzirá necessariamente e sempre um voto contrário aos interesses do povo...

A partir disto, nós afirmamos que os pretendos democratas socialistas que, nos países em que o sufrágio universal ainda não existe, se esforçam por persuadir o povo a conquistá-lo *acima de tudo*,

como o fazem hoje os chefes do partido da democracia socialista na Alemanha, dizendo-lhe que a liberdade política é a condição *prévia* da sua emancipação económica, ou são vítimas dum erro funesto, ou então enganam o povo. Ignorarão realmente, ou fazem que ignoram, que esta liberdade política *prévia*, — isto é, existindo necessariamente fora da igualdade económica e social, visto que ela deverá preceder esta última, — será essencialmente uma liberdade burguesa, isto é, baseada na escravatura económica do povo, e por isso incapaz de produzir o seu contrário e de criar esta igualdade económica e social que implica a destruição da liberdade exclusiva dos burgueses?

... O que para mim é certo, é que hoje já não há piores inimigos do povo do que os que procuram desviá-lo da revolução social, a única que lhe pode dar a verdadeira liberdade, a justiça e o bem-estar, para o arrastar novamente para as experiências enganosas destas reformas ou destas revoluções exclusivamente políticas, das quais ele foi sempre o instrumento, a vítima e o palpavo.

A revolução social não exclui absolutamente nada a revolução política. Pelo contrário, ela implica-a necessariamente, mas imprimindo-lhe um carácter totalmente novo, o da verdadeira emancipação do jugo do Estado pelo povo. Visto que todas as instituições e todas as autoridades políticas não foram criadas, definitivamente, senão com o fim de proteger e de garantir os privilégios económicos das classes possuidoras e exploradoras contra as revoltas do proletariado, é claro que a revolução social deverá destruir estas instituições e estas autoridades, nem *antes*, nem *depois*, mas AO MESMO TEMPO que levar a sua mão audaciosa às bases económicas da servidão do povo...

A revolução política, contemporânea e totalmente inseparável da revolução social, da qual será, por assim dizer, a expressão ou a manifestação negativa, não será mais uma transformação, mas uma



grandiosa liquidação do Estado. (Obras, IV, 195 a 198, 70).

Deve-se... excluir sem piedade a política dos burgueses democratas ou socialistas burgueses, que, declarando que «a liberdade política é a condição *prévia* da emancipação económica», não podem querer dizer com estas palavras outra coisa senão isto: «as reformas políticas, ou a revolução política, devem *preceder* as reformas económicas ou a revolução económica; os operários devem aliar-se, por isso, aos burgueses mais ou menos radicais para fazer com eles as primeiras, sob a condição de fazer, em seguida, as últimas contra eles. (Obras, 191-192, 69).

O absurdo do sistema marxista consiste precisamente nesta esperança de que encurtando o programa socialista, desmedidamente, para que seja aceite pelos burgueses radicais, transformará estes últimos em servidores inconscientes e involuntários da revolução social. É esse o grande erro; todas as experiências da história demonstram-nos que uma aliança feita entre dois partidos diferentes transforma-se sempre em proveito do mais retrógrado; essa aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, enfraquecendo, falseando o seu programa, destruindo a sua força moral, a sua confiança em si próprio; enquanto que quando um partido retrógrado mente, está sempre e mais do que nunca na sua verdade. O exemplo de Mazzini que, apesar da sua rigidez republicana, passou toda a sua vida em transacções com a monarquia, e que, com todo o seu génio, acabou por ser o papalvo dela, este exemplo não o podemos perder. Quanto a mim, não hesito em dizer que todas as galantarias marxistas com o radicalismo, tanto reformista como revolucionário, dos burgueses, não podem ter outros resultados senão a desmoralização e a desorganização da força nascente do proletariado, e consequente-

mente uma nova consolidação da força estabelecida dos burgueses. (Obras, IV, 385-386, 72).

A quem duvidar disto, nós só teremos de mostrar o que se passa hoje na Alemanha, onde os órgãos da democracia socialista cantam hinos de alegria ao ver um Congresso de professores de economia política burguesa recomendar o proletariado da Alemanha à alta e paternal protecção do Estado, e nos partidos da Suíça, em que prevalece o programa marxista, em Genebra, em Zurique e em Bâle, onde a Internacional desceu ao ponto de já não ser senão uma espécie de caixa eleitoral em proveito dos burgueses radicais. Estes factos incontestáveis parecem-me mais eloquentes do que todas as palavras.

Eles são reais, e são lógicos na medida em que são um efeito natural do triunfo da propaganda marxista. É por isso que nós combatemos a todo o custo as teorias marxistas, convencidos de que se elas triunfassem em toda a Internacional, pelo menos não teriam deixado de matar o seu espírito em todo o mundo. (Obras, IV, 405-406, 72).

Estamos cansados de todas as ficções, tanto religiosas como políticas. O povo está cansado de se alimentar com fantasmas e com fábulas. Este alimento não engorda. (Obras, V, 323-324, 71).

A Internacional não repele a política, duma maneira geral; ela será até obrigada a envolver-se nela enquanto for constringida a lutar contra a classe burguesa. Ela repele unicamente a política burguesa. (Obras, VI, 336, 71).

12.

Face às realidades políticas

[*Bakunine não foi um revolucionário «doutri-nário». A rigidez do capítulo precedente é duma*

### III. VIAS PARA A SOCIEDADE SOCIALISTA

1.

#### **Destruir?**

Ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma imaginação distante, verdadeira ou falsa, da ordem das coisas que deveria, segundo ele, suceder à que existe presentemente: e quanto mais viva é a imaginação nele, mais forte se torna a sua força destrutiva, e mais ela se aproxima da verdade, isto é, mais está conforme ao desenvolvimento necessário do mundo social actual, mais os efeitos da sua acção destrutiva se tornam salutares e úteis. Pois a acção destrutiva é sempre determinada, não só na sua essência e no grau da sua intensidade, mas também nos seus modos, nas suas vias e nos meios que ela emprega, pelo ideal positivo que constitui a sua inspiração primeira, a sua alma. (Obras, VI, 66-67, 71).

2.

#### **Não legislemos**

Não sejamos doutrinários, não componhamos antecipadamente constituições colocando-nos como legisladores do povo. Lembremo-nos que a nossa missão é outra: nós não somos perceptores, mas unicamente os precursores do povo; está a nosso cargo traçar o caminho; e o nosso fim não é tanto teórico

como *prático*. (Aos meus Amigos Russos e Polacos, 15, 62).

É impossível determinar uma forma concreta, universal e obrigatória para o desenvolvimento interior e para a organização política das nações; estando subordinada a existência de cada uma a uma quantidade de condições históricas, geográficas e económicas diferentes e que nunca permitirão estabelecer um modelo de organização igualmente bom e aceitável para todas. Uma tal empresa, totalmente desprovida de utilidade prática, daria prejuízo, aliás, à riqueza e à espontaneidade da vida que gosta da diversidade infinita, e o que ainda é mais importante, seria contrária ao próprio princípio da liberdade. Portanto há *condições essenciais, absolutas*, fora das quais a realização prática e a organização da liberdade serão sempre impossíveis. (Nettlau, 222, 64-67).

3.

### Abolição do Estado. Abolição do direito de herança.

Abolição, dissolução e bancarrota moral, política, judiciária, burocrática e financeira do *Estado tutelar*, transcendente, centralista...

*abolição da magistratura do Estado*, todos os juizes devem ser eleitos pelo povo; *abolição dos códigos criminaes e civis que estão em vigor actualmente na Europa* — porque todos eles, igualmente inspirados pelo culto de Deus, do Estado, da familia religiosa ou politicamente consagrada, e da propriedade — são contrários ao direito humano, e porque o código da liberdade só poderia ser criado *unicamente pela liberdade*. (Nettlau, 222, 64-67).

. . . . .

A inversão do Estado e do monopólio financeiro actual, tal é pois o objectivo negativo da revolução

social. Qual será o limite desta revolução? Em teoria, pela sua lógica, ella vai muito longe. Mas a prática fica sempre atrás da teoria, porque está submetida a uma multiplicidade de condições sociais, cujo conjunto constituiu a situação real dum país, e que pesam necessariamente em qualquer revolução popular. O dever dos chefes será, em vez de impor as suas fantasias às massas, ir tão longe quanto o permitirem ou o obrigarem o instinto e as aspirações populares. (Cerretti, 184, 72).

. . . . .

[A abolição do Estado] não conseguiria atingir-se com um só golpe, pois tanto na história como na natureza física nada se faz de uma só vez. Mesmo os revolucionários mais rápidos, mais inesperados e mais radicais foram sempre preparados por um longo trabalho de decomposição e de nova formação, trabalho subterrâneo ou visível, mas nunca interrompido e sempre crescente. Pois também para a Internacional, não se trata de destruir de um dia para o outro todos os Estados. Tentá-lo ou apenas sonhá-lo seria uma loucura. (Nettlau, 608, 72).

. . . . .

Será preciso mostrar como é que o *direito de herança* origina todos os privilégios económicos, políticos e sociais? É evidente que a diferença de classes só se mantém por elle! Pelo direito de herança, tanto as diferenças naturais como as diferenças passageiras de fortuna ou de felicidade que podem existir entre os indivíduos e que deveriam desaparecer, eternizam-se, petrificam-se por assim dizer, e, tornando-se diferenças tradicionais, criam os privilégios de nascença, fundam as classes e tornam-se uma fonte permanente de exploração de milhões de trabalhadores por milhares de homens *bem nascidos*.

Enquanto funcionar o direito de herança, não

poderá existir igualdade económica, social e política no mundo; e enquanto existir a desigualdade, haverá opressão e exploração. (Obras, V, 201, 69).

O que nós queremos e devemos abolir, é o *direito de herança* fundado pela jurisprudência e constituindo a base da *família jurídica* e do *Estado*.

Também se compreende que nós não tencionamos abolir a *herança sentimental*. Incluimos nesta denominação a herança que faz passar para as mãos dos filhos ou dos amigos objectos de pequeno valor que pertenceram aos seus amigos ou aos seus pais que faleceram, que por terem sido utilizados por eles durante tanto tempo conservaram, por assim dizer, o seu cunho pessoal. A herança séria, é a que assegura aos herdeiros, quer completamente, quer mesmo só em parte, a possibilidade de viver sem trabalhar, prevalecendo sobre o trabalho colectivo quer a renda da terra, quer o interesse do capital. Nós achamos que o capital, assim como a terra, numa palavra todos os instrumentos e todas as matérias-primas do trabalho, deixando de ser transmissíveis pelo direito de herança, tornam-se para sempre a propriedade colectiva de todas as associações produtivas.

A igualdade e consequentemente também a emancipação do trabalho e dos trabalhadores só se atingem por este preço.

Poucos são os operários que não compreendem que no futuro a abolição do direito de herança seja a condição suprema da igualdade. Mas há-os que receiam que se a abolíssemos presentemente, antes de uma nova organização social assegurar o destino de todas as crianças, sejam quais forem as condições em que tiverem nascido, as suas crianças, depois da morte dos pais, ficariam na miséria.

«Como! dizem eles, amealhei com o suor do meu rosto, condenando-me às mais cruéis privações, duzentos, trezentos ou quatrocentos francos, e os meus filhos ficarão sem eles!» — Sim, ficarão sem eles, mas em compensação receberão da sociedade,

sem nenhum prejuízo dos direitos naturais da mãe e do pai, um sustento, uma educação e uma instrução que vocês não seriam capazes de lhe assegurar com trinta ou quarenta mil francos. Pois é evidente que logo que for abolido o direito de herança, a sociedade deverá tomar a seu cargo todos os gastos do desenvolvimento físico, moral e intelectual de todas as crianças de ambos os sexos que nascerem no seu seio...

Muitos pretendem que abolindo o direito de herança, destruir-se-á o maior estimulante que impelle os homens ao trabalho. Os que pensam assim consideram o trabalho como um mal necessário ou, para falar teologicamente, como o efeito da maldição que Jeová, num momento de cólera, lançou contra a infeliz espécie humana, e na qual, por um capricho singular, incluiu toda a sua criação.

Sem entrar nesta grave discussão teológica, tomando por base o simples estudo da natureza humana, responderemos a estes difamadores do trabalho, que este último, longe de ser um mal ou uma dura necessidade, é, para todo o homem, na posse das suas faculdades, uma necessidade. Para se assegurar disso, cada um pode fazer uma experiência consigo próprio: condenar-se apenas por alguns dias a uma inacção absoluta, ou mesmo a um trabalho estéril, improdutivo, estúpido, e verá se ao fim não se sentirá o mais infeliz e o mais humilhado dos homens. O homem, pela sua própria natureza, é forçado a trabalhar, como é forçado a comer, a beber, a pensar, a falar.

Se hoje o trabalho é maldito, é porque ele é excessivo, embrutecedor, e forçado, é porque ele elimina o lazer e priva os homens da possibilidade de gozar a vida humanamente; é porque cada um, ou quase cada um, é forçado a aplicar a sua força produtiva no género de trabalho que convém menos às suas disposições naturais...

O dia em que o trabalho muscular e nervoso, manual e intelectual simultaneamente, for conside-

rado como a maior honra dos homens, como o sinal da sua virilidade e da sua humanidade, a sociedade estará salva; mas este dia não chegará enquanto durar o reino da desigualdade, enquanto o direito de herança não for abolido. (Obras, V, 202 a 205, 69).

. . . . .  
Uns colocam-se em pleno futuro e, tomando como ponto de partida a propriedade colectiva, acham que já não há necessidade de falar de direito de herança; nós, pelo contrário, partimos do presente, encontramos nos sob o regime da propriedade individual triunfante, e, caminhando para a propriedade colectiva encontramos um obstáculo: o direito de herança; pensamos pois que é preciso invertê-lo, aboli-lo. O relatório do Conselho geral diz que o facto jurídico nunca sendo senão a consequência dum facto económico, basta transformar este último para aniquilar o primeiro. É incontestável que tudo o que se chama direito jurídico ou político nunca foi na história senão a expressão ou o produto dum facto realizado. Mas também é incontestável que depois de ter sido um efeito de actos ou de factos anteriormente realizados, o direito torna-se por sua vez a causa dos factos ulteriores, torna-se ele próprio um facto muito real, muito forte, e que é preciso inverter se se quiser atingir uma ordem de coisas diferente da que existe. Foi assim que o direito de herança, depois de ter sido a consequência natural da apropriação violenta das riquezas naturais e sociais, tornou-se mais tarde a base do Estado político e da família jurídica, que garantem e sancionam a propriedade individual. (Guillaume, I, 202, 69).

. . . . .  
A abolição do direito de herança pode fazer-se por duas vias: ou pela das *reformas sucessivas*, ou pela *revolução social*.

Poderá fazer-se pela via das *reformas* nos países felizes, muito raros, para não dizer desconhecidos, onde a classe dos proprietários e dos capitalistas, os burgueses, impelidos por um espírito e uma sabedoria que lhes falta hoje, e compreendendo enfim a iminência da revolução social, quiserem entrar, duma maneira séria, em acordo com o mundo dos trabalhadores. Neste caso, mas unicamente neste caso, a via das reformas pacíficas será possível...; poder-se-á abolir completamente, em vinte ou trinta anos, o direito de herança...

É-nos impossível determinar melhor o carácter destas reformas, porque se deverão adaptar necessariamente à situação particular de cada país. Mas em todos os países, o objectivo é sempre o mesmo: o estabelecimento do trabalho e da propriedade colectivos...

O método da revolução será naturalmente mais curto e mais simples. (Obras, V, 208-209, 69).

#### 4.

### A família legal e a família natural

Igualização dos direitos da mulher — direitos políticos assim como direitos socio-económicos — com os do homem. (Maximoff, 247, 70-73).

Abolição não da família natural mas da família legal, baseada no direito civil e na propriedade. O casamento religioso e civil é substituído pelo *casamento livre*. Dois indivíduos *maiores* e de sexo diferente têm o direito de se unirem e de se separarem segundo a sua vontade, os seus interesses mútuos e as necessidades do seu coração, sem que a sociedade tenha o direito, quer de impedir a sua união, quer de a manter contra a vontade deles... A união dos dois sexos deve ser deixada à sua inteira liberdade, que aqui, como em qualquer lado

mundo burguês; deveria simplesmente superar a emergente ordem capitalista e, em grande medida, a própria ordem industrial. Tão logo a nova sociedade burguesa desenvolvesse suas instituições políticas – primeiro a burocracia e o exército permanente, depois o parlamento eleito pelo povo –, a postura de independência desinteressada não poderia se sustentar. Não se poderia insistir por muito tempo, como fez Proudhon, em que a reforma social não resultaria da mudança política. Mesmo se a ação política era ineficaz em completar a reforma social, as novas instituições políticas, uma vez estabelecidas, deveriam ser tratadas ao mesmo tempo como inimigas e como instrumentos potenciais. A escolha veio a ser entre ação “direta” e “política”: uma confrontação direta entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital, ou uma disputa dentro das instituições políticas. Construir uma sociedade dentro da sociedade não era suficiente; a conquista do poder político, sim. Como Marx argumentava na sua *Conferência Inaugural da Primeira Internacional*, em 1864, “para tornar-se capaz de emancipar a classe operária, o sistema cooperativo deve ser desenvolvido em nível nacional, o que implica que deve dispor de meios nacionais... Sob estas condições, a grande tarefa da classe operária é conquistar o poder político” (1974: 80). Por isso, Marx insistia que os operários deviam se organizar como partido político, e este partido precisava conquistar o poder no caminho que levava ao estabelecimento da sociedade socialista. Mas a questão mais angustiante era se esse partido poderia ser eficaz nas instituições já existentes, em sua escalada ao poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma já pronta para a classe trabalhadora: Deveria esta arma ser descartada ou deveria ser manejada no sentido da emancipação política para a emancipação social?

A resposta anarquista foi enfaticamente negativa. O que os anarquistas temiam e o que argumentavam não era só que a ação política era desnecessária e ineficaz, mas que qualquer envolvimento nas instituições burguesas, qualquer que fossem seus propósitos ou suas formas, destruiria o próprio movimento socialista. O Congresso Anarquista em Chaud-de-Fonds, em 1870, alertava que a participação de “todos os trabalhadores” na política governamental burguesa teria como resultado apenas a consolidação do “status quo” e assim paralisaria a ação socialista revolucionária do proletariado (Droz, 1966: 33). A consideração especial de uma melhoria da situação dos trabalhadores dentro da sociedade capitalista – uma discussão de códigos internacionais para a proteção do trabalho nos encontros de fundação da Segunda Internacional, em 1889 – levou os anarquistas a exclamarem imediatamente que quem aceita reformas não é um verdadeiro socialista (Joll, 1966: 45). Alex Danielsson, um dos fundadores da Social Democracia sueca, afirmava em 1888 que a participação eleitoral mudaria o socialismo “de uma nova teoria da sociedade e do mundo para um programa sem valor e para um partido meramente parlamentar. Neste momento o entusiasmo entre o conjunto dos trabalhadores se extinguiria e o

# A SOCIAL- DEMOCRACIA COMO FENÔMENO HISTÓRICO\*

Adam Przeworski

## A decisão de participar

A escolha crucial era se se devia participar. Dos primeiros acontecimentos resultou a instituição dos princípios da democracia no campo político. Os direitos políticos eram meramente formais quando acompanhados pela coerção e pela desigualdade que reinavam no campo social. Assim, quando emergiu, ao redor de 1850, o socialismo era um movimento que completaria a revolução iniciada pela burguesia, disputando o “poder social”, assim como a burguesia tinha conquistado o poder político. O tema constante do movimento socialista desde então tem sido esta noção de “prolongar” o princípio democrático do campo político para o social, de fato primariamente econômico.

Precisamente porque o princípio da democracia já estava presente nas instituições políticas, os meios pelos quais o socialismo teria êxito apareceram como uma escolha. O projeto dos primeiros socialistas – os comunitários – era construir uma sociedade dentro da sociedade, uma comunidade de produtores imediatos associados em oficinas e manufaturas, cooperando como consumidores e administrando seus próprios negócios. Esta sociedade de produtores associados deveria se construir em completa independência em relação ao

Adam Przeworski prof. de Ciência Política da Universidade de Chicago – USA

Tradução: Maria Leopoldina Rezende e Diana Cohen

Este é o primeiro capítulo do livro “Capitalism and social democracy” do autor.

REV. LUA NOVA	SÃO PAULO	VOL.4 - Nº3	JULHO/SETEMBRO	Nº15
---------------	-----------	-------------	----------------	------

ideal da revolução social degeneraria em uma seqüência de reformas que acabaria com todos os interesses dos trabalhadores” (Tingsten, 1973: 352). Como Enrico Malatesta observou em retrospectiva, “os anarquistas sempre se mantiveram puros e mantiveram o partido revolucionário por excelência, o partido do futuro, porque eles têm sido capazes de resistir ao canto de sereia das eleições” (Guerin, 1970: 19).

Aqueles que se tomaram socialistas eram os que decidiam utilizar os direitos políticos dos trabalhadores nas sociedades em que os trabalhadores tinham estes direitos e decidiam lutar por aqueles direitos, onde ainda não tinham conseguido êxito. A corrente abstencionista perdeu seu apoio dentro da Primeira Internacional depois de 1873, e os novos partidos socialistas, a maioria fundada entre 1884 e 1892, abraçaram os princípios da ação política e da autonomia dos trabalhadores (Haupt, 1980).

Além disso, a atitude dos partidos socialistas com relação à participação eleitoral era no mínimo ambígua. Essa ambigüidade não era teórica: pouco se ganha interpretando ou reinterpretando cada palavra que Marx escreveu sobre a democracia burguesa, pelo simples fato que o próprio Marx e os homens e mulheres que conduziam os recém-formados partidos nas batalhas eleitorais não estavam bem certos do que esperar delas. A questão principal – que a história nunca solucionou porque não pode ser resolvida de uma vez por todas – era se a burguesia respeitaria a sua própria ordem legal em caso de um triunfo eleitoral do socialismo. Se o socialismo tivesse que usar a instituição do sufrágio – estabelecida pela burguesia na luta contra o absolutismo – para vencer eleições e legislar uma sociedade rumo ao socialismo, não iria a burguesia recorrer a meios ilegais para defender seus interesses? Isto foi o que aconteceu na França em 1851 e parecia que era isso mesmo que ia acontecer de novo. Assim, a principal questão que enfrentavam os partidos socialistas, como disse Hjalmar Branting em 1866, era se “a classe alta respeitaria o desejo popular, mesmo se a abolição de seus privilégios fosse necessária.” (Tingsten, 1973: 361). Sterky, o líder da ala esquerda dos social-democratas suecos, estava entre aqueles que tinham uma visão claramente negativa: “suponha-se que... a classe operária pudesse enviar uma maioria até o parlamento; nem assim chegaria ao poder. Podemos estar certos que a classe capitalista providenciaria para não continuar a via parlamentar, mas recorreria às baionetas” (id., ibid.). Ninguém poderia estar completamente certo: os socialistas austríacos, por exemplo, prometiam em seu programa de Linz (1926) “governar em estrita concordância com as regras do estado democrático” mas sentiam-se compelidos a avisar que “se a burguesia, boicotando as forças revolucionárias, tentar obstruir a mudança social que o movimento trabalhista ao assumir o poder se compromete a levar adiante, então a Social Democracia será forçada a empregar meios ditatoriais para quebrar tal resistência” (Lesser, 1976: 145). A principal dúvida sobre a participação eleitoral era se a revolução não seria

necessária de qualquer forma, como August Bebel afirmou em 1905, “como uma medida puramente defensiva, destinada a salvaguardar o exercício do poder legitimamente conquistado através do voto.” (Schorske, 1955: 43).

Sob estas condições, a atitude para com a participação eleitoral era compreensivelmente cuidadosa. Os socialistas entraram cautelosamente na política eleitoral “apenas para utilizá-la com propósitos de propaganda” e prometiam “não entrar em qualquer aliança com outros partidos ou aceitar quaisquer compromissos” (Resolução do Congresso de Eisenach do SPD, em 1870). Pelo menos, muitos pensavam, o sufrágio universal era um instrumento entre outros, que tinha “o mérito incomparavelmente maior de desencadear a luta de classes...”, como Marx colocou em 1850 (1952a: 47). As eleições deviam ser usadas apenas como um fórum já pronto para organização, agitação e propaganda. A típica postura é bem ilustrada por esse raciocínio surgido em 1889: “Desde que o Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Suécia é um partido propagandista, isto é, considera como seu principal objetivo a disseminação de informações sobre a Social Democracia, e desde que a participação nas eleições é um bom veículo de agitação, o Congresso recomenda a participação” (Tingsten, 1973: 357). As eleições eram também úteis em prover a liderança com uma avaliação do “fervor revolucionário das massas”. Mas era tudo o que pareciam prometer no momento em que os socialistas decidiram participar. A última edição de *As Origens da Família, Propriedade Privada e Estado*, que apareceu com Engels ainda em vida, continha em 1891 a afirmação que o sufrágio universal é meramente “a medida da maturidade da classe trabalhadora. Não pode ser e nunca será mais que isso no estado atual” (1942: 158).

Cada passo rumo à participação reacendia controvérsias. O Partido Social Democrata Alemão questionava quanto a permitir a um de seus membros tomar-se o Deputado Presidente do Reichstag, quanto a votar o orçamento, mesmo quanto a decidir seus votos no segundo turno das eleições (Schorske, 1955). O Partido Trabalhista Norueguês recusou-se em 1906 a atribuir seus votos mesmo no segundo turno, apesar de que nenhuma concessão estivesse em jogo (Lafferty, 1971: 127). Em 1898, uma pesquisa de opiniões de proeminentes líderes da Segunda Internacional mostrou que, enquanto intervenções no processo político burguês eram não só admitidas como às vezes aconselháveis, seis dos entrevistados votaram “jamais” com relação à participação em um governo, onze consideravam que só era possível “três exceptionnellement” e uma minoria de doze pensava que tal participação é sempre desejável, ou ao menos o era no caso de Millerand (Fiechtner, 1965: 69-75). Dos sessenta e nove social-democratas suecos perguntados por telegrama se o partido deveria unir-se ao governo liberal em 1911, sessenta e três responderam contra a participação (Tingsten, 1973: 418). Enquanto alguns partidos “suspenderam” a luta de classes e tomaram parte de coalizções governamentais antes do fim da

também garante aos proprietários o direito de organizar (ou delegar a organização) a produção. Os capitalistas, como empregadores, regulamentam a organização do trabalho, apesar de que podem novamente ser limitados pelas regras oriundas do sistema político. Na situação de produtores imediatos, os trabalhadores não têm nenhuma garantia institucional para orientar as atividades produtivas em que participam.

Sob essas condições, a democracia política constitui a oportunidade para os trabalhadores assegurarem alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo em que qualquer pessoa pode, como cidadão, expressar reivindicações quanto a bens e serviços. Enquanto que, como produtores imediatos, os trabalhadores não têm nenhuma garantia institucional em relação ao produto, como cidadãos podem lutar por tais garantias através do sistema político. Além do mais, como cidadãos, e não já como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e alocação do lucro.

Os capitalistas estão capacitados para procurar a realização de seus interesses no decorrer da atividade diária dentro do sistema de produção. Continuamente "votam" pela alocação de recursos sociais ao decidir investir ou não, empregar ou demitir trabalhadores, comprar obrigações do estado, exportar ou importar. Ao contrário, os trabalhadores podem implementar seus objetivos apenas coletiva e indiretamente, através de organizações que são implantadas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. A participação é, portanto, necessária para a realização dos interesses dos trabalhadores. Ideais revolucionários podem mover a história, mas nem alimentam nem abrigam. Como Schumpeter observou: "uma atitude completamente negativa, apesar de bastante satisfatória em princípio, teria sido impossível para qualquer partido mesmo de pequena importância, conservar. Teria inevitavelmente entrado em colisão com grande parte das reais aspirações do trabalho organizado e, caso persistisse por muito tempo, teria reduzido os filiados e um pequeno agrupamento de ascetas políticos... Nenhum partido pode viver sem um programa que sustente a promessa de benefícios imediatos." (1942: 316-7). Se for para se utilizar da oportunidade oferecida pela democracia, os trabalhadores devem organizar-se como participantes. E mesmo se esta oportunidade é limitada, é a única institucionalizada, a única ao alcance dos trabalhadores como uma coletividade. A participação no processo democrático é necessária se os trabalhadores quiserem estar aptos a conduzir outras formas de luta, inclusive a confrontação direta com os capitalistas. Os socialistas enfrentaram um estado hostil em que forças de repressão permanentemente organizadas estavam nas mãos de proprietários de terra ou da burguesia. Na situação em que insurreições armadas tornaram-se impraticáveis, dadas as mudanças tecnológicas na arte bélica – esse o ponto enfatizado por Engels em 1895 –, a participação parlamentar era o único recurso ao alcance dos trabalhadores. É importante que o momento de virada nas táticas de muitos

Primeira Guerra Mundial, mesmo na Inglaterra a decisão para formar o primeiro governo trabalhista em 1924 foi assunto de intensas controvérsias e teve que ser explicado como uma oportunidade de adquirir a experiência necessária para a era socialista (Lyman, 1957).

Os opositores da participação pareciam manter um lugar permanente no espectro político. Enquanto partidos estabelecidos dão todos os passos numo à plena participação, novas vozes surgem para continuar a tradição segundo a qual a crença nas batalhas parlamentares "entre sapos e camundongos" (Luxemburg, 1967: 37) é uma manifestação do que Marx chamou sob circunstâncias muito especiais "cretinismo parlamentar" (1952a: 77). "Integração é o preço", repetiu Horkheimer no "momento" anarquista de 1940, "que indivíduos e grupos devem pagar para que possam florescer sob o capitalismo" (1973:5). "Eleições, uma armadilha para idiotas", era o título de um artigo de Sartre na véspera das eleições parlamentares da França em 1973. "Voter, c'est abdiquer", clamavam os muros de Paris em 1968.

### Capitalismo Democrático e Participação Política

Abstenção eleitoral nunca foi uma opção praticável para os partidos políticos de trabalhadores. Nem podia a participação permanecer meramente simbólica. Enquanto uma competição democrática oferecer a vários grupos uma oportunidade para melhorar alguns de seus interesses a curto prazo, qualquer partido político que procura mobilizar trabalhadores deve valer-se dessa oportunidade.

O capitalismo é uma forma particular de organização social da produção e troca. Baseado numa avançada divisão do trabalho, o capitalismo é um sistema em que a produção é orientada para as necessidades de outros, para a troca. E, portanto, um sistema em que mesmo as pessoas que participam diretamente na transformação da natureza em produtos úteis – os produtores imediatos – não podem sobreviver fisicamente por si mesmos. Além disso, o capitalismo é um sistema em que aqueles que não possuem os instrumentos de produção precisam vender sua capacidade de trabalho. Os trabalhadores obtêm um salário, que não é direito a qualquer parte do produto específico que criaram mas um meio abstrato para aquisição de quaisquer mercadorias e serviços. Devem produzir lucro como uma condição da continuidade de seu emprego. O produto é apropriado privadamente, no sentido que os trabalhadores não têm nenhuma garantia institucional para a sua alocação e distribuição, apesar do papel que exercem de produtores imediatos. Os capitalistas, que são tomadores de lucro, decidem, sob múltiplas restrições, como alocar o produto, em particular qual parte investir, onde, como e quando. Essas alocações são limitadas pelo fato de que os capitalistas competem uns com os outros e de que podem ser influenciados pelo sistema político. A posse dos meios de produção



partidos socialistas tenha ocorrido após os fracassos de greves gerais organizadas em torno de questões econômicas. Enquanto as greves orientadas para estender o sufrágio alcançavam sucesso na Bélgica e Suécia, o uso de greves de massa com objetivos econômicos resultavam invariavelmente em desastres políticos: na Bélgica em 1902 (Landauer, 1959, I -472-73), Suécia em 1909 (Schiller, 1975: 208-17), França em 1920 (Maier, 1975: 158). Noruega em 1921 (Lafferty, 1971: 191), e Inglaterra em 1926 (Miliband, 1975: 148). Todas essas greves foram derrotadas; na sequência, os sindicatos eram dizimados e a legislação repressiva entrava em vigor. Essas experiências comuns de derrota e repressão unham um efeito decisivo quanto a direcionar os partidos socialistas para táticas eleitorais. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento, tendo em vista a repressão: esta era a lição que os líderes socialistas aprenderiam. Como Kautsky escreveu já em 1891, "A luta econômica exige direitos políticos e esses não cairão do céu" (1971: 186).

Além disso, a participação era necessária porque, como um efeito do sufrágio universal, massas de indivíduos podem sofrer consequências políticas por não estarem organizadas. Se não estiverem organizadas como uma classe, estão sujeitas a votar com base em outras fontes de identificação coletiva, como católicos, bavianos, mulhércs, francófonos, consumidores, e assim por diante. Uma vez que as eleições estavam organizadas e os trabalhadores tinham direito de votar, deviam estar organizados para votarem como trabalhadores.

O fato é que as únicas organizações duráveis foram aquelas que escolheram participar em instituições burguesas. Porque, a menos que uma participação seja totalmente ineficaz em melhorar os interesses dos trabalhadores a curto prazo, todas as organizações dos trabalhadores deviam aderir ou desaparecer.

### Participação eleitoral e organização de classe

A razão porque o envolvimento no processo político representativo da sociedade burguesa nunca cessou de provocar controvérsia é que o próprio ato de "tomar parte" neste sistema parâcular modela o movimento para o socialismo e sua relação com os trabalhadores como uma classe. A questão recorrente é saber se o envolvimento no processo eleitoral pode resultar em socialismo ou deve fortalecer o existente, isto é, a ordem social capitalista. É possível para o movimento socialista achar a passagem entre os "dois recifes" mapeados por Rosa Luxemburgo: "renúncia do caráter de massa ou renúncia dos objetos finais?" (Howard, 1973: 93). A participação no processo eleitoral é necessária se o movimento para o socialismo quiser contar com o apoio das massas dos trabalhadores, contudo esta mesma participação parece obstaculizar a consecução dos objetivos finais. Trabalhar para o dia de hoje e trabalhar pensando no amanhã aparecem como as garras de um dilema.

A participação imprime uma estrutura particular sobre a organização dos trabalhadores como uma classe. O efeito da participação sobre as relações internas da classe foi bem analisada por Luxemburgo: "a divisão entre luta política e luta econômica e a separação entre as duas não é mais que um produto artificial, mesmo que historicamente entendível, do período parlamentar. De um lado, no desenvolvimento pacífico, "normal" para a sociedade burguesa, a luta econômica é fracionada, estilhaçada em uma variedade de lutas parciais limitadas a cada firma, a cada ramo de produção. De outro lado, a luta política é conduzida não pelas massas através da ação direta mas em conformidade com a estrutura do estado burguês, segundo o modelo representativo, por pressão exercida sobre o corpo legislativo" (1970a: 202).

O primeiro efeito da "estrutura de estado buguês" é, assim, que os assalariados formam-se como uma classe em um número de organizações independentes e muitas vezes competitivas entre si, mais freqüentemente os sindicatos e partidos políticos, mas também as cooperativas, associações de vizinhos, clubes, etc. Um traço característico da democracia capitalista é a individualização das relações de classe ao nível de processo político e ideologia (Lukács, 1971: 65-66; Poulantzas, 1973). Pessoas que são capitalistas ou assalariados dentro do sistema de produção aparecem todas elas, indistintamente, como "indivíduos" ou "cidadãos". Daí que, mesmo se um partido político for bem sucedido ao formar uma classe no terreno de instituições políticas, as organizações políticas e econômicas jamais coincidem. Sindicatos e partidos variadas, múltiplos muitas vezes, representam interesses diferentes e competem uns com os outros. Mais que isso, enquanto a base classista dos sindicatos limita-se a certos grupos de pessoas mais ou menos permanentemente empregadas, os partidos políticos que organizam assalariados precisam ainda mobilizar pessoas que não são membros de sindicatos. Portanto, há uma tensão permanente entre os interesses mais estreitos dos sindicatos e os interesses mais amplos representados pelos partidos. A classe organizada como uma participante não surge como um ator único em conflitos históricos concretos (Miliband, 1977: 129).

O segundo efeito é que as relações dentro da classe tornam-se estruturadas como relações de representação. O parlamento é uma instituição representativa: recebe indivíduos, não massas. Uma relação de representação é assim imposta sobre a classe pela própria natureza das instituições capitalistas democráticas. As massas não agem diretamente na defesa de seus interesses; delegam essa defesa. Isso é verdade tanto para os sindicatos quanto para os partidos: o processo de barganha coletiva situa-se tão distante da experiência diária das massas quanto as eleições. Os líderes tornam-se representantes. Massas representadas por líderes: esse é o modo de organização da classe trabalhadora dentro das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas.

O dilema organizacional estende-se para mais longe. A luta pelo socialismo resulta inevitavelmente no "embourgeoisement" do movimento socialista esse é o ponto focal da clássica análise de Robert Michels. A luta requer organização; exige um aparato permanente, uma burocracia assalariada; leva o movimento a engajar-se em atividades econômicas de sua própria lavra. Daí que os militantes socialistas inevitavelmente tomam-se burocratas, editores de jornais, gerentes de companhias de seguros, diretores de salas de funerais, e mesmo "parteibudiger" – atendentes de balcão de festa. Todas essas não passam de mesquinhas ocupações burguesas. "Imprimem", concluiu Michels, "...um marcadamente mesquinho selo burguês" (1962: 270). Como um disidente francês escreveu recentemente, "A classe trabalhadora perde-se em si mesma administrando suas cidadelas imaginárias. Camaradas disfarçados de notáveis ocupam-se com depósitos municipais de lixo e cantinas escolares. Ou não estão, esses notáveis, disfarçados de camaradas? Já nem sei mais." (Knopnicki, 1979: 53).

Um partido que participa em eleições precisa abandonar algumas táticas alternativas: esse é o dilema tático frequentemente diagnosticado. Enquanto os trabalhadores não tinham plenos direitos políticos, nenhuma escolha entre táticas revolucionárias e parlamentares era necessária. De fato, direitos políticos podiam ser conquistados por aqueles que não os tinham somente através de atividades extra-parlamentares. César de Paepe, o fundador do "Parti Socialiste Brabançon", escreveu em 1877 que "ao usar nosso direito constitucional e meios legais à nossa disposição não renunciamos ao direito à revolução" (Landauer, 1959, 1:457). Essa afirmação era frequentemente ecoada, notadamente por Engels em 1895. Alex Danielsson, da ala esquerda do Partido Socialista Sueco, dizia, numa disposição mais pragmática, que os social-democratas não deviam prender-se a "um dogma com respeito a táticas que obrigam o partido a agir do mesmo modo sob quaisquer circunstâncias" (Tingsten, 1973: 362). Que uma greve de massa fosse o meio para alcançar o sufrágio (tratava-se de sufrágio masculino) universal não era questionado, e ambos os partidos belga e sueco realizaram bem sucedidas greves gerais que resultaram em extensões do sufrágio.

Contudo, tão logo o sufrágio universal foi conquistado, a escolha entre táticas "legais" e "extra-parlamentares" tinha que ser feita. J. McGurk, o presidente do Partido Trabalhista, disse de maneira inequívoca em 1919:

"Ou somos constitucionalistas ou não somos constitucionalistas. Se somos constitucionalistas, se acreditamos na eficácia da arma política (e acreditamos, ou então por que teríamos um Partido Trabalhista?) então é insensato e não democrático que falhemos em obter a maioria nas urnas para as mudanças, pleiteando sua substituição pela ação puramente sindical." (Miliband, 1975: 69).

Para ganhar votos de outras pessoas que não os trabalhadores, em

particular a pequena burguesia, formar alianças e coalizões, administrar o governo no interesse dos trabalhadores, um partido não pode dar a impressão de ser "irresponsável", dar qualquer indicio de não ser totalmente sincero em sua submissão às regras e aos limites do jogo parlamentar. As vezes o partido deve mesmo refrear os seus filiados contra ações que colocariam em risco o progresso eleitoral. Além do mais, um partido voltado para conquistas parciais, um partido em que seus líderes-representantes mantêm um estilo de vida pequeno-burguês, um partido que por anos tem se esquivado das ruas não pode "fluir através do buraco das trincheiras", conforme a colocação de Gramsci, mesmo quando esse buraco é forjado por uma crise. "A dificuldade da esquerda revolucionária nas sociedades industriais estáveis", observou Eric Hobsbawm (1973: 14-15), "não é que sua oportunidade nunca chegou, mas que as condições normais em que precisa agir impedem-na de desenvolver os movimentos a fim de aproveitar os raros momentos em que é proclamada a comportar-se como revolucionária... Ser um revolucionário em países como os nossos é simplesmente difícil".

Esse dilema tornou-se ainda mais agudo quando a democracia representativa que caracteriza a sociedade burguesa deixou de ser apenas uma tática e foi abraçada como a doutrina básica da futura sociedade socialista. Os partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcende formas diferentes de organização da produção. Jean Jaurés (1971: 71) proclamou que "o triunfo do socialismo não será uma ruptura com a Revolução Francesa, mas a realização da Revolução Francesa em novas condições econômicas", Eduard Bernstein viu no socialismo simplesmente a "democracia trazida à sua conclusão lógica". A democracia representativa tornou-se para os social-democratas simultaneamente o meio e o fim, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, simultaneamente a estratégia e o programa, instrumental e pré-figurativo. (Para os pontos de vista de Kautsky e Luxemburgo, que eram um pouco mais cautelosos, ver respectivamente Salvadori, 1971, e Geras, 1976).

Daí que os social-democratas enfrentavam um dilema, dramatizado por Gay em sua biografia de Bernstein:

"O socialismo democrático, então é impossível? Ou pode ser alcançado apenas se o partido está pronto a abandonar o método democrático temporariamente para tomar o poder pela violência, na esperança de um retorno ao parlamentarismo tão logo o controle esteja assegurado? Certamente, a segunda alternativa contém possibilidades trágicas: um movimento democrático que se vale de métodos autoritários para conseguir seu objetivo pode não permanecer um movimento democrático por muito tempo. Ainda, a primeira alternativa – agarrar-se a procedimentos democráticos sob todas as circunstâncias – pode condenar o partido a uma contínua impotência política." (1970:7).

### A Promessa de Eleições

A despeito de toda ambigüidade, a despeito da pressão de preocupações de curto prazo, os socialistas entraram na política burguesa para ganhar eleições, para obter um mandato incontestável tendo em vista as transformações revolucionárias, e para legislar a sociedade dentro do socialismo. Este era o objetivo e esta era a esperança que tinham.

A participação eleitoral era baseada na crença de que a democracia não é apenas necessária mas é suficiente para alcançar o socialismo. "Se uma coisa é certa", Engels escreveu em uma carta em 1891 que deveria contar com a imediata desaprovação de Lenin, "é que nosso Partido e a classe trabalhadora somente podem chegar ao poder sob a forma de uma república democrática. Esta é mesmo a forma específica da ditadura do proletariado" (1935: 486). Jaurés viu na democracia "o mais amplo e o mais sólido terreno sobre o qual a classe trabalhadora pode erguer-se... o leito de pedra que a burguesia reacionária não pode dissolver sem abrir fissuras na terra e ser tragada por elas" (Derfler, 1973: 59). Millerand foi, como sempre, mais incisivo: "Para realizar reformas imediatas capazes de suavizar a sorte da classe trabalhadora, e assim prepará-la para ganhar a sua própria liberdade, e para começar, conforme está condicionado pela natureza das coisas, a socialização dos meios de produção, é necessário e suficiente para o partido socialista esforçar-se para conquistar o governo através do sufrágio universal" (Ensor, 1908: 54).

Os socialistas participaram das eleições porque tinham que se preocupar com melhorias imediatas das condições dos trabalhadores. Contudo, entraram para fazer do socialismo uma realidade. Essa divergência entre causa e propósito é um sintoma de racionalização? Era o "pathos" dos objetivos finais apenas uma forma de autodecepção?

Tais questões devem ser deixadas para os psicólogos resolverem. Mas uma coisa é certa: aqueles que conduziram os partidos socialistas para as batalhas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser "batidas em seu próprio terreno". Os socialistas estavam firmemente persuadidos que ganhariam as eleições, que obteriam para o socialismo o apoio de uma incontestável maioria numérica. Colocaram todas as suas esperanças e seus esforços na competição eleitoral porque estavam certos de que a vitória eleitoral estava próxima. Sua força estava nos números, e as eleições são uma expressão de força numérica. Daí que o sufrágio universal parecia garantir a vitória socialista, se não imediatamente, no futuro próximo. A revolução seria feita nas urnas. Entre as várias expressões dessa convicção está a impressionante apologia feita por Engels em 1895: "Os trabalhadores alemães... mostraram aos camaradas em todos os países como fazer uso do sufrágio universal... Com a bem sucedida utilização do sufrágio universal... um método inteiramente novo de luta proletária foi efetivado, e esse método

desenvolveu-se ainda mais rapidamente. Constatou-se que as instituições de estado, em que o regime burguês está organizado, oferecem à classe trabalhadora oportunidades ainda mais amplas para combater essas mesmas instituições de estado". E Engels formulou uma previsão: "Se o progresso eleitoral continuar desta maneira, pelo fim do século cresceremos... como o poder decisivo na terra, ante o qual todos os outros poderes inclinar-se-ão, gostem ou não gostem" (1960: 22).

As bases desta convicção eram a um só tempo teóricas e práticas. Já no "Manifesto Comunista", Marx e Engels descreveram o socialismo como o movimento "da imensa maioria" (1967: 147). Em um artigo de 1850, "The Chartists", no "Daily Tribune", de Nova York, e novamente em 1867 no jornal polonês de emigrantes "Glos Wolny", Marx repetiu que "o sufrágio universal é equivalente ao poder político para a classe trabalhadora da Inglaterra, onde o proletariado forma a grande maioria da população...". "A Luta de Classe" de Kausky, provavelmente a mais influente exposição teórica da primeira fase do movimento socialista, sustentava que o proletariado já constituía a maior classe "em todos os países civilizados" (1971: 43). E mesmo se as primeiras batalhas eleitorais não terminassem em triunfo, mesmo se o proletariado não fosse ainda a maioria, a vitória eleitoral era apenas uma questão de tempo, já que o capitalismo estava inchando as fileiras do proletariado. O desenvolvimento da produção fabril e seu corolário, a concentração de capital e terras, iriam reduzir rapidamente à condição de proletários os artesãos, mercadores e pequenos proprietários agrícolas. Mesmo "o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciência" também seriam reduzidos a proletários, segundo o "Manifesto Comunista". Este aumento do número de pessoas que vendem sua força de trabalho por um salário não era acidental, temporário ou reversível. Era visto como um traço necessário do desenvolvimento capitalista. Daí que seria apenas uma questão de tempo antes que quase todos, "exceto um punhado de exploradores", tornassem-se proletários. O socialismo responderia ao interesse de quase todos, e a arrasadora maioria das pessoas expressaria eleitoralmente seu desejo pelo socialismo. Um jovem teórico sueco formulou o seguinte silogismo em 1919:

"A luta pelo estado é política. Seu desfecho – em grande medida contingencial – é, portanto, a possibilidade aberta aos membros da sociedade, tornados proletários devido ao processo capitalista, de exercer suas próprias influências ao nível da decisão política. Se a democracia é alcançada, o crescimento do capitalismo significa uma correspondente mobilização de votos contra o próprio sistema capitalista. A democracia, portanto, possui um controle automático que aumenta a oposição ao capitalismo em proporção ao desenvolvimento do capitalismo." (Tingsten, 1973: 402).

De fato, enquanto aqueles que eventualmente tornaram-se comunistas viam na Revolução Russa a prova que uma bem sucedida revolução é sempre possível para os social-democratas a necessidade de confiar na revolução de uma minoria significa apenas que as condições para o socialismo ainda não estavam maduras (Kautsky, 1919). Enquanto Branigh, por exemplo, concordava com a primeira reação de Gramsci à Revolução de Outubro (ver Fiori, 1973: 112), quando sustentava que “toda a idéia desenvolvimentista do socialismo está anulada no Bolchevismo”, ele chegou precisamente à conclusão que os socialistas deveriam esperar até que as condições estivessem maduras a ponto de uma esmagadora maioria de pessoas expressarem eleitoralmente suas preferências pelas transformações socialistas (Tingsten, 1973: 405). Uma vez que estavam totalmente persuadidos que tais condições seriam trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo, os social-democratas não se desapontavam com desastres eleitorais, que, segundo viam, somente significavam que o momento ainda não havia chegado. Mesmo quando tinham que renunciar ao controle sobre o governo, os social-democratas não se deixavam tentar pela possibilidade de mudar o curso da história. A história fala através das pessoas, as pessoas através das eleições, e ninguém duvidava que a história faria as pessoas expressarem seu desejo pelo socialismo.

Estas expectativas, baseadas na convicção sobre o curso futuro da história, foram quase imediatamente asseguradas pelo progresso eleitoral dos partidos socialistas. O partido alemão – citado por Engels como modelo a ser seguido –, a despeito dos anos de depressão, cresceu de 125.000 votos em 1871 para 312.000 em 1881, para 1.427.000 em 1890, para 4.250.000 na véspera da Primeira Guerra Mundial. De fato, tão logo as leis anti-socialistas foram proscritas, o SPD tornou-se em 1890 o maior partido da Alemanha, com 19,7% dos votos. Em 1912 sua parcela de 34,8% era mais que o dobro daquela do segundo maior partido. Não é de admirar que Bebel, em 1905 pode tornar “explícita a convicção mantida de modo geral por seus companheiros socialistas que a classe trabalhadora continuaria a crescer e que o partido iria um dia congregar a maioria da população...” (Schorske, 1955: 43). Vários partidos ingressaram ainda mais espetacularmente na disputa dos votos. Em 1907, os social-democratas finlandeses ganharam a maioria, 37%, na primeira eleição sob sufrágio universal. Os social-democratas austríacos ganharam 21% depois que o direito a voto tornou-se universal em 1907, 25,4% em 1911, e a maioria de 40,8% em 1919. O “Parti Ouvrier” belga ganhou 13,2% quando o “régime censitaire” foi abolido em 1894 e continuou a crescer em saltos para ganhar em 1925 a maioria de 39,4%, um sucesso que “estimulou a todos que a contínua industrialização produziria um crescente eleitorado operário socialista.” (Mabille e Lorwin, 1977: 392). Mesmo naqueles países onde os primeiros passos não foram igualmente dramáticos, o progresso eleitoral parecia ine-

xorável. Nos Países Baixos, religiosamente politizados, o socialismo marchou em grandes passos, de 3% em 1896 para 9,5%, 11,2%, 13,9% e 18,5% em 1913. O partido dinamarquês obteve 4,9% em 1884, a primeira eleição que disputou e somente 3,5% em 1889; deste momento em diante, o partido nunca deixou de aumentar seus votos até 1935, quando ganhou 46,1%. Outra vez, “houve uma expectativa geral que, como o único partido representando o movimento trabalhista, iria chegar ao poder através de uma absoluta maioria do eleitorado.” (Thomas, 1977: 240). O partido sueco iniciou humildemente lançando candidatos em chapas conjuntas com os liberais: ganhou 3,5% em 1902, 9,5% em 1905, 14,6% em 1908, saltou para 28,5% em 1911, depois da extensão do sufrágio, aumentou sua parcela para 30,1% e 36,4% nas duas eleições sucessivas de 1914, e juntamente com sua ala esquerda ganhou a maioria dos votos, 39,1%, em 1917. O Partido Trabalhista Norueguês cresceu cerca de 5% em cada eleição desde 1897, quando obteve 0,6%, até 1915, e aí sua participação alcançou 32,1%.

A prática confirmava a teoria. De eleição em eleição as forças do socialismo cresciam em vigor. Cada rodada era um novo sucesso. De uns poucos milhares, quando muito, durante os primeiros momentos difíceis, os socialistas viram seu eleitorado aumentar para milhões. O progresso parecia inexorável; a maioria e o mandato para o socialismo implícito eram apenas uma questão de uns poucos anos, um par de eleições. Apenas um esforço a mais e a humanidade cruzaria o umbral de uma nova era, pela expressão esmagadora da vontade popular. “Estou convencido”, Bebel declarou durante o Congresso Erfurt, “que a realização de nossos objetivos acha-se tão próxima que há poucos nesse recinto que não estarão vivos nesse dia.” (Derfler, 1973: 58).

### Democracia social e classe trabalhadora

O partido socialista deveria ser a classe trabalhadora organizada. Como Bergounioux e Manin (1979: 27) observaram, “autonomia dos trabalhadores” fora do processo político ou em emancipação política que não seria especificamente de trabalhadores, essas eram as duas tendências no momento em que Marx e Engels contribuíram para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores. A influência decisiva de Marx foi uma síntese dessas duas posições: socialismo como um movimento da classe trabalhadora no processo político. A orientação que Marx advogava era nova: organizar um “partido” mas de tal maneira que fosse distintamente um partido de trabalhadores, independente e oposto a todas as outras classes. A organização de trabalhadores “como uma classe, e consequentemente como um partido político” (Marx e Engels, 1967: 144) era necessária para os trabalhadores conquistarem o poder político e, na visão de Marx, não deveria afetar e não afetaria a autonomia da classe trabalhadora como uma força política. “A emancipação da classe trabalhadora deve ser”, conforme a célebre frase, “tarefa da própria classe trabalhadora.”

Sabemos porque Marx esperava que os trabalhadores chegassem a ser a força motriz do socialismo: em virtude de sua posição dentro da sociedade capitalista, os trabalhadores eram simultaneamente a classe que era explorada da maneira especificamente capitalista e a única que tinha a capacidade para organizar a produção por conta própria, uma vez que fossem abolidas as relações capitalistas (Mandel, 1971: 23). Contudo essa ênfase na "relação orgânica" entre o socialismo e a classe trabalhadora – relação entendida como uma identificação entre a missão histórica e o agente histórico – não explica por ela mesma por que os socialistas pretenderam durante o período inicial organizar somente trabalhadores e todos os trabalhadores. As razões para essa relação privilegiada entre partidos socialistas e a classe trabalhadora eram mais imediatas e mais práticas que aquelas que podiam ser encontradas na teoria da história de Marx.

Primeiro, o capitalismo é um sistema em que os trabalhadores competem uns com os outros, a menos que sejam organizados como uma classe. Igualdade de posição de classe não resulta necessariamente em solidariedade, uma vez que os interesses que os trabalhadores compartilham são precisamente aqueles que os colocam em competição uns com os outros, primeiramente quando rebaixam salários na procura de emprego. Interesse de classe é algo atribuído aos trabalhadores como uma coletividade e não como uma coleção de indivíduos, seus interesses de "grupo" muito mais que "de série" (Sartre, 1960). Um aumento geral de salários é do interesse de todos os trabalhadores, mas não afeta as relações entre eles. Por outro lado, uma lei estabelecendo um piso mínimo de salários, estendendo a educação compulsória, melhorando a idade de aposentadoria, ou limitando as horas de trabalho, afeta as relações entre os trabalhadores sem ser necessariamente do interesse de cada um deles. De fato, alguns trabalhadores preferiam trabalhar além de sua idade normal de aposentadoria, mesmo que estivessem excluindo outros trabalhadores do emprego; algumas pessoas que não conseguiram trabalho estavam prontas a aceitarem emprego por menos que o salário mínimo mesmo que isso rebaixasse o nível geral dos salários; alguns estavam prontos a preencher vagas de trabalhadores em greve, mesmo se a greve, com isso, fracassasse.

Interesse de classe não corresponde necessariamente ao interesse de cada trabalhador como indivíduo. Trabalhadores individuais, assim como aqueles de um setor ou firma específica têm um incentivo poderoso para assegurar o interesse particularístico de cada um em detrimento de outros trabalhadores, a menos que alguma organização – um sindicato, um partido, ou um estado diretamente – tenha os meios para obrigar a disciplina coletiva. Daí que, com o objetivo de superar a competição, os trabalhadores devem se organizar e agir como uma força coletiva. Conforme Marx disse, "a combinação sempre tem dois objetivos, aquele de parar a competição entre os trabalhadores para que possam levar adiante a competição com o capitalista" (n.d.: 194). Os partidos socialistas deveriam ser as organizações que limitariam

a competição dentro da classe uma vez que se confrontavam com os inimigos da classe. A mobilização de toda a classe era essencial precisamente para impedir grupos particulares de trabalhadores de corromper a solidariedade de classe pela competição entre seus próprios membros organizados.

Segundo, a ênfase nos interesses disjuntos da classe trabalhadora era necessária para impedir a integração dos trabalhadores como indivíduos na sociedade burguesa. Sob o capitalismo, os capitalistas naturalmente surgem como condutores dos interesses universais futuros enquanto os interesses de todos os outros grupos surgem como hostil ao desenvolvimento futuro e, portanto, particularístico. Na medida em que as pessoas que vivem na mesma sociedade são passíveis de ter alguns interesses econômicos "gerais", "comuns" ou "públicos", o universalismo é a ideologia natural da burguesia que como classe se põe a representar estes interesses.

A nova sociedade que se institucionalizou na Europa Ocidental na esteira da revolução industrial foi a encarnação desse universalismo. Pela primeira vez na história a classe econômica dominante identificou-se com o futuro de toda a sociedade: esta foi a revolução que a burguesia introduziu no reino da ideologia (Gramsci, 1971: 260). As normas legais burguesas estabeleceram o *status* universal de "indivíduos" que estavam em igualdade em suas relações com as coisas – independente de serem estes meios de produção ou de consumo – e estavam em igualdade em suas relações uns com os outros – novamente não importando se surgiam contratualmente como vendedores ou compradores de força de trabalho (Balibar, 1970). Ao mesmo tempo, a ideologia burguesa postulava uma básica harmonia de interesses entre os indivíduos-cidadãos.

As instituições políticas burguesas expressam esta visão da sociedade. O parlamento seria o fórum de deliberação racional em busca do bem geral. Enquanto o processo econômico era visto como o reino da paixão originada pelo estreito egoísmo, o processo político seria o reino autônomo da razão. Os partidos, assim como outras divisões baseadas em agrupamentos de interesses, eram considerados como perversos e perigosos. O processo político deveria permanecer acima das divisões econômicas da sociedade.

Se o movimento pelo socialismo não era para ser absorvido por esta ideologia e estas instituições, tornava-se necessário transformar a própria visão do processo político. Contra o abstrato racionalismo do "puro processo político" os socialistas justapunham uma imagem representando o conflito de interesses numa sociedade dividida em classes. No lugar do ideal de indivíduos racionais em busca do bem comum, os socialistas mostravam a "realidade" de homens que eram os condutores de seus interesses de classe. O próprio conceito de sociedade baseada na harmonia de interesses foi duramente negada pela ideologia do conflito de classe.

Os socialistas sustentavam que a burguesia tem não apenas interesses particularísticos mas também que estes estão em conflito com os interesses dos

vam-se arredios à propaganda socialista, e de Paepe dizia que “a palavra socialista assusta muitos trabalhadores”. Assim, em 1885 apareceu o “Parti Ouvrier Belge”: partido dos trabalhadores no lugar de socialista. Na Inglaterra, sindicalistas fizeram protestos e até o ano de 1918 conseguiram impedir a admissão no Partido Trabalhista de membros de outras classes em bases individuais. O partido dos socialistas, portanto, caso desejasse o sucesso, teria que ser um partido de trabalhadores. Na Suécia, as primeiras células locais do Partido Social Democrata foram de fato chamadas “Arbetearekommuner”, Comunidade de Trabalhadores (Fuslier, 1954: 29). Os socialistas estavam dispostos a enfatizar o caráter de classe do movimento e dispostos também a fazer concessões doutrinárias para implantar o socialismo entre os trabalhadores.

### O dilema eleitoral

A maioria que os socialistas esperavam conseguir nas eleições deveria ser formada de trabalhadores. O proletariado – agindo a partir de seus interesses e consciente de sua missão – deveria ser a força social a impelir a sociedade para o socialismo. Mas esse proletariado não era e nunca tornou-se a maioria numérica dos eleitores de qualquer sociedade. A previsão, segundo a qual os membros desalojados das antigas classes médias iriam tornar-se proletários ou alistarem-se no exército dos desempregados, nunca confirmou-se.

As antigas classes médias, particularmente os proprietários agrícolas independentes, quase desapareceram como um grupo na maior parte dos países da Europa Ocidental, mas seus filhos e filhas tendiam mais facilmente a encontrar emprego em escritórios e lojas do que em fábricas. Além disso, enquanto a proporção da população adulta exercendo qualquer atividade fora do lar diminuiu drasticamente no decorrer do desenvolvimento capitalista, os que estavam excluídos de atividades remuneradas não se tornaram um proletariado de reserva. Educação compulsória extensiva, aposentadoria compulsória, grandes exércitos permanentes e impedimentos efetivos à participação econômica de mulheres – tudo levou à redução da entrada no proletariado. Como resultado, de 1890 a 1980 o proletariado continuou a ser a minoria do eleitorado. Na Bélgica, o primeiro país europeu a construir uma indústria substancial, a proporção de trabalhadores chegou a romper o mágico número da maioria quando alcançou 50,1% em 1912. Desde então, tem declinado sistematicamente, baixando para 19,1% em 1971. Na Dinamarca, a proporção de trabalhadores no eleitorado nunca excedeu 29%. Na Finlândia, nunca foi além de 24%. Na França, essa proporção declinou de 39,4% em 1893, para 24,8% em 1968. Na Alemanha, os trabalhadores tiveram um aumento na proporção do eleitorado de 25,5% em 1871 para 36,9% em 1903 e desde então constituem cerca de um terço do eleitorado. Na Noruega, os trabalhadores constituíram 33% do eleitorado em 1894 e sua proporção alcançou o cume em 1900 com 34,1%. Na Suécia, a proporção de trabalhadores no eleitorado

trabalhadores. Os trabalhadores não são “indivíduos” da sociedade burguesa: são uma classe distinta numa sociedade dividida em classes. Se os seus interesses surgem como particularísticos dentro da sociedade capitalista, é porque essa sociedade ergue-se sobre o conflito de interesses particularísticos de classes diferentes. Somente separando-se de outras classes podiam os trabalhadores assegurar seus direitos e consequentemente cumprir a missão histórica de emancipar a sociedade. Em seu “Discurso para a Liga Comunista” em 1850 (Marx e Engels, 1966, I: 117), Marx enfatizou que os trabalhadores “devem, eles próprios, fazer o máximo para a vitória final procurando uma definição clara para os seus interesses de classe, tomando uma posição como um partido independente e mais breve possível e não se deixando seduzir nem por um momento pelas frases hipócritas da mesquinha pequena burguesia democrática, de renunciar à organização independente do partido do proletariado”. Rosenberg (1965: 161) assinala a tendência do socialismo alemão na década de 1860 a “isolar-se a si próprio e a enfatizar estas qualidades que o diferenciavam de todos os grupos e tendências das classes bem aquinhoadas.” Nessa fase, o movimento proletário radical tendia particularmente a considerar a nobreza e os camponeses, os artesãos e os intelectuais como “uma só massa reacionária”. O mesmo poderia ser dito dos primeiros candidatos trabalhistas que competiram na eleição de Paris de 1863 (Ibid.: 165). A noção de “uma só massa reacionária” está subjacente no “Programa de Gotha” de 1875 e reapareceu no programa suco de 1889 (Tingsten, 1973: 357). Já em 1891, quando pediram a Engels um comentário sobre uma tiragem do Programa Erfurt, ele fez uma objeção à expressão “o povo em geral” perguntando “quem é esse?” (n.d.: 56). E com sua típica eloquência, Jules Guesde argumentava em Lille em 1890: “A Revolução a que vocês estão obrigados é possível apenas na medida em que vocês permanecerem autênticos, classe contra classe, não sabendo e não querendo saber sobre as divisões que possam existir no mundo capitalista” (Fiechter, 1965: 258).

De fato, a dificuldade inicial que os socialistas enfrentaram reduzia-se a que os trabalhadores mostravam-se desconfiados de quaisquer influências oriundas fora de sua classe. O socialismo surgia para eles como uma ideologia abstrata e estranha em relação à experiência diária. Não estava claro para os trabalhadores que uma mudança para melhor de suas condições requeria que o próprio sistema de trabalho assalariado devia ser abolido. Bergounioux e Manin assinalam que, de acordo com um estudo junto a trabalhadores franceses no começo da Terceira República, havia uma resistência entre os trabalhadores contra a mensagem socialista, uma ênfase ao conflito direto entre trabalhadores e patrões, e um desprezo ao processo político (1979: 25). Na Bélgica, um partido sob um rótulo socialista, “Parti Socialiste Belge”, foi fundado em 1879 mas tinha dificuldades para persuadir as associações de trabalhadores de se filiarem. De acordo com Landauer (1959, I: 457-8) os trabalhadores mostra-

A social-democracia como fenômeno histórico 59  
 cresceu de 28,9% em 1908 para 40,4% em 1952; então declinou para 38,5% em 1964.

As regras do jogo democrático, enquanto universais e, às vezes, justas, não mostram compaixão. Para um partido governar sozinho, sem o óbice da influência moderadora de alianças e os débitos de concessões, deve obter alguma específica proporção de voto, não muito diferente de 50%. As instituições eleitorais precederam o nascimento dos partidos que procuram usá-las como veículos para chegar ao socialismo, e tais instituições abrigam a regra fundamental que torna impossível a vitória de uma minoria isolada. Um partido representando uma classe que tem um menor número de filiados que as outras classes combinadas não pode ganhar batalhas eleitorais.

A combinação do *status* de minoria com a regra da maioria constitui a condição histórica sob a qual os socialistas devem agir. Essa condição concreta impõe sobre os partidos socialistas uma escolha: os socialistas devem escolher entre um partido homogêneo em sua expressão classista mas condenado a perpétuas derrotas eleitorais e um partido que luta pelo sucesso eleitoral à custa da diluição de seu caráter de classe. Esta escolha não é entre revolução e reforma. Não há, *a priori*, nenhuma razão e nenhuma evidência histórica para supor que um partido eleitoralmente homogêneo em sua base classista seria muito mais revolucionário que um partido heterogêneo em sua base classista. De fato, partidos eleitoralmente homogêneos de trabalhadores, dos quais o SPD durante o período Weimar é provavelmente o primeiro exemplo (Hunt, 1970), podem ser totalmente comprometidos com a defesa de interesses particularísticos de trabalhadores dentro dos limites da sociedade capitalista. Tais partidos de classe podem facilmente tomar-se meros grupos eleitorais de interesse, pressionando por uma participação maior no produto nacional sem qualquer preocupação pela maneira como é produzido. Um partido homogêneo de trabalhadores que constituísse a maioria do eleitorado teria talvez mantido o seu compromisso básico sem uma concessão, conforme os socialistas disseram que fariam quando viam a classe trabalhadora como maioria. Mas continuar como um partido minoritário dedicado exclusivamente a objetivos básicos em um jogo em que a maioria é necessária – ou mais, um mandato incontestável – à realização desses objetivos, seria absurdo. Para ganhar influência eleitoral a fim de alcançar quaisquer objetivos, desde o básico ao mais imediato, os partidos da classe trabalhadora deveriam procurar apoio de membros de outras classes.

Dado o *status* de minoria dos trabalhadores dentro da estrutura de classe das sociedades capitalistas, a decisão de participar em eleições altera a própria lógica do problema da transformação revolucionária. O sistema democrático pregou uma peça perversa nas intenções socialistas: a emancipação da classe trabalhadora não podia ser uma tarefa dos próprios trabalhadores se essa emancipação fosse para ser realizada através de eleições. Restava saber se a

maioria para o socialismo poderia ser conquistada com a busca de apoio eleitoral fora da classe trabalhadora.

Há uma tendência peculiar entre os observadores contemporâneos em ver na estratégia de recorrer a uma base classista heterogênea um efeito relativamente recente da “desradicalização” do movimento socialista. O “Mittelclass Strategie” alemão é visto como o protótipo desta nova orientação, e Kurt Schumacher, como o seu arquiteto (Paiserson, 1977). Nesta interpretação, os partidos socialistas começam a aceitar apoio de outros grupos que não de trabalhadores somente depois que abandonam seus objetivos socialistas.

Esta visão é simplesmente errada. Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe trabalhadora tão logo a possibilidade de vitória eleitoral tornou-se uma realidade e desde então continuaram em zig-zague entre uma busca por aliados e a ênfase na classe trabalhadora. A triunfante previsão feita por Engels em 1895 afirmando que os socialistas iriam tomar-se a força perante a qual “todos os poderes irão inclinar-se” condicionava-se ao sucesso do partido “em conquistar a camada média da sociedade, baixa burguesia e pequenos camponeses”. O seu conselho ao partido francês – conselho que os franceses não necessitavam, uma vez que já o colocavam em prática (Landauc, 1961) – era o mesmo: conquiste os pequenos camponeses. O Programa de Erfurt de 1891 deu o tom em que apelos para “as classes médias” eram expressos: seus interesses “eram paralelos” aos do proletariado; elas eram os “aliados naturais” do proletariado (Kautsky, 1971). Os Guesdistas na França começaram a aprovar alianças tão logo Guesde foi eleito para o Parlamento em 1893 (Derfler, 1973: 48). Na Bélgica, o primeiro programa adotado em 1894 pelo “Parti Ouvrier” fazia apelos à baixa classe média à *intelligentsia* (Landauc, 1959, I: 468). Na Suécia, uma estratégia de base classista múltipla foi debatida já no ano de 1889 e o partido continuou seguindo o rumo de uma orientação de classe heterogênea até a sua plena aceitação em 1920 (Tingssten, 1973). O Partido Trabalhista Inglês chegou a derrotar em 1912 a proposta permitindo a inscrição, em base individual, de “gerentes, diretores, (c) pessoas envolvidas em ocupações comerciais por sua própria conta” (McKibbin, 1974: 95). Mas em 1918, quando tomou um rumo programático para a esquerda, o Partido Trabalhista abriu suas fileiras aos “trabalhadores intelectuais”. De fato, em sua polémica com Beer (1969), McKibbin interpreta a própria ênfase sobre o socialismo no programa de 1918 como uma tentativa de aliciar “as classes médias profissionais” (1974: 97). Os revisionistas de toda a parte asseveravam que os trabalhadores não eram a maioria e que o partido devia procurar apoio fora da classe trabalhadora. Bernstein, Jaurés e MacDonald chegaram à mesma conclusão independentemente: uma vez que um partido obrigou-se a uma competição eleitoral, eles tinham que abraçar esta conclusão. À altura de 1915, Michels já pode caracterizar a estratégia social-democrata da seguinte maneira:

“Por razões predominantemente eleitorais, o partido dos trabalhadores procura apoio dos elementos pequeno-burgueses da sociedade e isso provoca reações mais ou menos amplas dentro do próprio partido. O Partido Trabalhista converte-se em partido de todo o povo. Seus apelos se dirigem não só aos trabalhadores braçais, mas a todos os produtores, a toda população trabalhadora, a todas as classes, a todos os estratos da sociedade, com exceção dos que não trabalham, que vivem de rendas de investimentos” (1962: 254).

A inclinação de diversos partidos social-democratas, no pós-guerra, na direção das camadas médias, não foi resultante de uma nova postura estratégica, mas um reflexo sobre a mudança da estrutura de classes na Europa Ocidental. A proporção da população engajada na agricultura declinou bastante durante o século XX, mais rapidamente nos anos 50 do que nas décadas precedentes. As “novas classes médias” quase que passaram a suplantar as “velhas”, numericamente. As estratégias partidárias refletem, embora com algum atraso, essa evolução numérica na estrutura de classes. O que é relativamente novo, no entanto, é apenas a indicação explícita de que os empregados assalariados em geral se constituem na principal base potencial de apoio ao socialismo. Foi Bernstein, e não Schumacher ou Brandt, quem introduziu a noção do “volkspar-tei”. A busca de aliados é inerente ao eleitoralismo.

Uma vez decididos a competir por votos de “aliados naturais”, fossem eles das camadas médias velhas ou novas, os socialistas apelavam para a esmagadora maioria da população. A estimativa de Branting em 1889, de que o “povo” constituía 95% da sociedade sueca, estava, é provável, ligeiramente exagerada, dada a sua definição de “povo” (Tingsten, 1973: 135). Buscando uma distribuição equitativa do peso da dívida da 1ª Guerra Mundial, “Trabalho e Nova Ordem Social”, um documento programático do partido, asseverava que “desta forma, o Partido Trabalhista reivindica o apoio de quatro quintos de toda a nação” (Henderson, 1918: 125). Não há porque duvidar que hoje a classe operária, juntamente com seus aliados, compreenda cerca de 80% da população da França (Partido Comunista Francês, 1971) ou dos Estados Unidos (Wright, 1976). Se somarmos aos trabalhadores na indústria os empregados de colarinho-branco, pequenos-burgueses, donas de casa, aposentados e estudantes, quase ninguém representará os interesses antagonísticos ao socialismo. Exploradores continuam a existir, mas em pequeno número: “o homem de negócio com conta de crédito não tributada, o especulador com ganhos de capital não tributados, o diretor de empresa aposentado com uma remuneração extra não tributada”, nas palavras do manifesto eleitoral de 1959 do Partido Trabalhista (Craig, 1969: 130).

No entanto, os partidos social-democratas nunca obtiveram os votos de 4/5 do eleitorado em qualquer país. Só em alguns casos conseguiram o apoio da metade das pessoas que realmente foram às urnas. Estão longe de obter votos de todos aqueles que asseguram representar. Além disso, não podem nem mesmo conseguir os votos de todos os trabalhadores – o proletariado, no

sentido clássico da palavra. Em vários países, cerca de 1/3 dos trabalhadores braçais votam nos partidos burgueses. Na Bélgica, cerca de metade dos trabalhadores não votam nos socialistas (Hill, 1974: 83). No Reino Unido, o Partido Trabalhista perdeu 49% dos votos da classe trabalhadora na eleição de 1979. Os social-democratas parecem condenados à minoria quando são um partido de classes e parecem igualmente relegados quando procuram ser um partido de massas, da nação toda. Como um simples partido de trabalhadores, não conseguem o mandato para o socialismo, mas como um partido da nação como um todo, também nunca o conseguiram.

Algumas das razões porque nenhum partido político jamais conseguiu a maioria com um programa de transformação socialista são indubitavelmente externas ao sistema eleitoral. No entanto, os partidos social-democratas enfrentam um dilema puramente eleitoral. As classes expressam o comportamento político dos indivíduos somente quando trabalhadores são organizados politicamente como trabalhadores. Se os partidos políticos não mobilizam pessoas como trabalhadores, mas como “massas”, “povo”, “consumidores”, “pagadores de impostos” ou simplesmente “cidadãos”, então os trabalhadores irão se identificar menos ainda como trabalhadores. Estendendo seu apelo às “massas”, os social-democratas enfraquecem a proeminência geral da classe como um determinante no comportamento político dos indivíduos.

As estratégias destinadas a alargar o apoio eleitoral tiveram efeito não somente sobre as relações entre trabalhadores e outras classes, mas primeiramente dentro da classe, sobre as relações entre os trabalhadores. De forma a ter êxito na competição eleitoral, os partidos social-democratas devem se apresentar aos diferentes grupos como um instrumento para a realização de seus interesses econômicos imediatos, no sentido de que estes interesses possam ser defendidos quando o partido for vitorioso na eleição futura. Alianças supra-classes devem ser baseadas numa convergência de interesses econômicos imediatos da classe trabalhadora e de outros grupos. Os social-democratas devem oferecer créditos à pequena burguesia, subsídios a empregados assalariados, salários mínimos aos trabalhadores, proteção aos consumidores, educação para os jovens, pensão familiar. Esta convergência não pode ser baseada em medidas que estreitem a coesão e combatividade dos trabalhadores contra outras classes. Quando os social-democratas estendem seu apelo, devem prometer lutar não por objetivos específicos dos trabalhadores como uma coletividade – aqueles que constituem os benefícios públicos para os trabalhadores enquanto classe –, mas apenas por aqueles que os trabalhadores dividem, enquanto indivíduos, com membros de outras classes. Os pontos comuns podem ser encontrados numa mudança de taxa indireta para direita, em leis de proteção ao consumidor, em melhorias no transporte público, etc. Estes são interesses que os trabalhadores, como indivíduos, dividem com outros que recebem baixas rendas, que adquirem produtos consumíveis, que



viam para o trabalho. Não são interesses de trabalhadores como classe, mas dos pobres, dos consumidores, etc.

Isso não significa que o partido não represente mais os trabalhadores quando apela às massas. Embora a convergência nunca seja perfeita e alguns interesses dos trabalhadores sejam frequentemente comprometidos, o partido continua a representar aqueles interesses que os trabalhadores, como indivíduos, partilham com outras pessoas. Conseqüentemente, os partidos social-democratas, orientados em direção ao "povo", continuam a ser partidos de trabalhadores como indivíduos. O que deixam de ser é organização dos trabalhadores como classe, que disciplina os indivíduos na sua competição entre si colocando-os em luta contra as outras classes. É o próprio princípio do conflito de classe – o conflito entre coletividades inteiramente coesas – que fica comprometido quando partidos de trabalhadores convertem-se em partidos de massas. A diluição do apelo de classe, no entanto, afeta não somente a organização dos trabalhadores como classe. Repercute agudamente na forma dos conflitos políticos nas sociedades capitalistas, uma vez que restabelece uma visão não classista da política. Quando os partidos social-democratas se convertem em partidos "de toda a nação", reforçam a visão da política como um processo de estabelecimento do bem estar coletivo, de "todos os membros da sociedade". A política, uma vez mais, é definida na dimensão individual-nação, não em termos de classe.

Esta desenfaturação do conflito de classe repercute entre os trabalhadores. A medida em que a identificação de classe torna-se menos evidente, os partidos socialistas perdem sua única atração perante os trabalhadores. Os partidos social-democratas não são muito diferentes, qualitativamente, de outros partidos: a lealdade de classe não é mais a principal base de auto-identificação. Os trabalhadores vêem a sociedade como composta por indivíduos; vêem-se a si mesmos como membros de coletividades e não de classes; comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais, ou outras. São católicos, sulistas, francófonos, ou simplesmente cidadãos.

Agora está claro que o dilema aparece com uma vingança do próprio sistema de competição eleitoral. A escolha entre pureza de classe e apoio amplo deve ser abandonada continuamente pelos partidos social-democratas porque, quando conseguem ampliar seu apoio eleitoral para além da classe operária, estes partidos reduzem sua capacidade de mobilizar os trabalhadores. Esta escolha não foi feita de uma vez por todas por nenhum partido, nem representa uma evolução unidirecional. De fato, se existe uma negociação eleitoral entre atrair as massas e recrutar trabalhadores, então mudanças estratégicas são imperativas do ponto de vista puramente eleitoral. As histórias de cada partido estão repletas de reviravoltas estratégicas, com drásticas mudanças de direção, controvérsias, cismas e cisões. O SPD, em 1905, voltou a enfatizar as classes sociais; os social-democratas suecos abandonaram temporariamente sua in-

tenção de tornar-se um partido policlassista, primeiro em 1926 e de novo em 1953; o Partido Trabalhista Norueguês reforçou sua orientação classista em 1918; os jovens socialistas alemães lançaram um sério ataque à *Mittleklass Strategie* uma década atrás; conflitos entre uma tendência obrerista e uma policlassista hoje atinge vários partidos. Em termos de considerações puramente eleitorais, os social-democratas enfrentam um dilema. São levados a hesitar entre enfatizar as classes ou agradar a nação. Parecem incapazes de acertar o caminho e comportam-se da mesma maneira que o fazem as pessoas racionais quando enfrentam problemas: se lastimam e se arrependem, mudam sua estratégia e de novo se lastimam e se arrependem.

Os social-democratas não tiveram êxito em transformar as eleições em um instrumento de transformação socialista. Para serem eficazes e vencerem as eleições, devem procurar aliados que se unam aos trabalhadores sob a bandeira socialista, ainda que, ao mesmo tempo, desgastem a teoria que está na origem de sua força junto aos trabalhadores. Não podem permanecer exclusivamente como um partido de trabalhadores, e tampouco deixam de ser um partido de trabalhadores.

### Reforma e revolução

Os socialistas sempre participaram de eleições com objetivos finais. O Congresso de Haia da 1ª Internacional proclamava que "a organização do proletariado em partido político é necessária para assegurar a vitória da revolução social e seu objetivo final – a abolição das classes" (Chodak, 1962: 39). O primeiro programa sueco especificava que "a social-democracia difere dos outros partidos pelo fato que aspira a transformar completamente a organização econômica da sociedade burguesa e completar a libertação social da classe operária ..." (Tingsten, 1973: 118-19). Mesmo o mais reformista entre os revisionistas, Millerand, advertia que "quem quer que não admita a necessária e progressiva substituição da propriedade capitalista pela propriedade social, não é um socialista." (Ensor, 1908: 51).

Estas eram as metas que deveriam ser atingidas através da legislação, no mandato de uma maioria eleitoralmente manifestada, como resultado do sufrágio universal. Os socialistas aboliriam a exploração, superariam a divisão da sociedade em classes, removeriam todas as desigualdades econômicas e políticas, acabariam com o desperdício e a anarquia da produção capitalista, erradicariam todas as fontes de injustiça e preconceito. Emancipariam não apenas os trabalhadores, mas toda a humanidade, construiriam uma sociedade baseada na cooperação, orientariam racionalmente energias e recursos para a satisfação das necessidades humanas, criariam condições sociais, para um desenvolvimento ilimitado da personalidade. Razão, justiça e liberdade eram as metas-guias do movimento social-democrata.

Constituíam-se em objetivos finais: não podiam ser concretizadas

imediatamente, por razões econômicas e políticas. E os social-democratas insistiam em esperar pelo dia em que estes objetivos pudessem ser finalmente atingidos. Sustentavam representar os interesses dos trabalhadores e outros grupos não apenas quanto ao futuro, mas também quanto ao seu presente cotidiano, capitalista. O Partido Socialista Francês, liderado por Jaurés, proclamava em seu Congresso de Tours, em 1902, que "o Partido Socialista, rejeitando a política de tudo ou nada, possui um programa de reformas cuja realização persegue permanentemente" e enumerava 54 reivindicações específicas em relação à democratização, secularização e organização da justiça, da família, da educação, dos impostos, das condições de trabalho, da segurança social, da nacionalização das indústrias e da política exterior (Ensor, 1908: 345 ff). O primeiro programa dos social-democratas suecos, em 1897, pedia tributação direta, desenvolvimento de atividades produtivas estaduais e municipais, crédito público – incluindo o controle estatal direto do crédito fornecido aos fazendeiros –, legislação referente às condições de trabalho, velhice, doença, seguro contra acidentes, igualdade jurídica, liberdade de organização, de reunião, de manifestação e de imprensa (Tingsten, 1973: 119-20).

Esta orientação, dirigida a melhorias imediatas, nunca foi vista por seus arquitetos como um afastamento de seus objetivos finais. Uma vez que o socialismo era considerado como inevitável, não havia razões para que medidas imediatas não fossem defendidas pelos partidos socialistas: não havia o perigo, nem mesmo a possibilidade, que tais medidas pudessem evitar o advento do inevitável. Como disse Kautsky, "seria um profundo erro imaginar que tais reformas pudessem atrasar a revolução social" (1971: 93). Os objetivos finais realizariam-se porque a história estava do lado do socialismo. Os revisionistas dentro do movimento eram, de fato, mais deterministas do que aqueles que defendiam láticas insurrecionalistas. Millerand, por exemplo, argumentava, no discurso de Saint-Mande, que "os homens não organizam e não organizarão o coletivismo; este organiza-se por si próprio, diariamente; vai sendo secretado, se assim podemos dizer, pelo regime capitalista." (Ensor, 1908: 50).

Mesmo quando os movimentos social-democratas deixaram a guarda da história para redescobrir a justificativa do socialismo em valores éticos, nenhum dilema apareceu na consciência dos seus líderes. A famosa renúncia de Bernstein em relação aos objetivos finais não significava que estes não seriam realizados, mas apenas que o caminho para atingi-los era a concentração nos objetivos imediatos. Jaurés, falando sobre a conquista do poder político pelos trabalhadores, dava a clássica imagem: "Não creio, tampouco, que haverá necessariamente um salto abrupto, o cruzamento do abismo; talvez venhamos a perceber que entramos na zona do Estado socialista como os navegadores percebem ter cruzado a linha de um hemisfério – não que eles tenham esticado uma corda sobre o oceano, para certificarem-se da sua passagem, mas foram, pouco a pouco, sendo conduzidos a um novo hemisfério pelo progresso de sua

embarcação." (Ensor, 1908: 171). De fato, para os social-democratas, as reformas constituem "degraus", no sentido que gradualmente acumulam em direção a uma completa reestruturação da sociedade. Antecipando-se à argumentação de Bernstein, Georg von Vollmar, o líder da ala bavariana do SPD, declarou no Congresso de Erfurt: "Ao lado da meta geral ou final, vemos um objetivo mais próximo: a satisfação das necessidades mais imediatas do povo. Para mim, a realização das exigências imediatas é o mais importante, não só porque é de grande valor propagandístico e serve para ganhar a adesão das massas, mas também porque, na minha opinião, esse progresso gradual, essa socialização gradual, é o método mais indicado para uma transição progressista." (Gay, 1970: 258).

Reforma e revolução, dentro da visão social-democrata, não são alternativas excluídas entre si. Para realizar a "revolução social" – conceito que, antes de 1917, denotava transformação das relações sociais, mas não necessariamente insurreição –, é suficiente seguir a trilha das reformas. Supõe-se que as reformas sejam cumulativas e irreversíveis: não havia nada de estranho no raciocínio de Jaurés de que, "precisamente porque é um partido da revolução... o Partido Socialista é o mais ativamente reformista..." (Fiechter, 1965: 163). Quanto mais reformas, quanto mais rapidamente são introduzidas, mais próxima estará a revolução social, mais cedo o navio socialista rumará em direção ao novo mundo. É mesmo quando os tempos não forem tão auspiciosos para galgar novos degraus, mesmo quando circunstâncias políticas ou econômicas exigirem que as reformas sejam adiadas, cada nova reforma eventual partirá das realizações do passado. Mitigando-se os efeitos do capitalismo e transformando-o passo a passo, chegar-se-ia finalmente a uma completa reestruturação da sociedade. Revisando o livro de Milliband (1969), Benjamin Barber foi quem melhor expressou esta perspectiva: "seguramente, a partir de um certo ponto a mitigação converte-se em transformação, a atenuação transforma-se em abolição; a partir de um certo ponto, as 'concessões' do capitalismo aniquilam o capitalismo... Não quer dizer que se atingiu tal ponto, mas que haverá este ponto." (1970: 929).

### Projetos econômicos e realidades políticas

A "revolução social" visada pelos social-democratas era necessária porque o capitalismo era irracional e injusto. E a causa fundamental dessa ineficiência e iniquidade era a propriedade privada dos meios de produção. Enquanto a propriedade privada era ocasionalmente vista como a fonte dos mais diferentes infortúnios – desde a prostituição e do alcoolismo até as guerras –, era sempre considerada como diretamente responsável pela irracionalidade do sistema capitalista, e pela injustiça e miséria que gerava.

Já em *Socialismo Utópico e Científico*, uma das mais importantes fontes do movimento socialista, Engels enfatizava que a racionalidade crescente da

história pode ser resumida rapidamente. A socialização foi imediatamente colocada na agenda dos partidos social-democratas da Áustria, Finlândia, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Suécia e da CGT francesa. Em diversos países, especialmente na Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia, os "comitês de socialização" foram formados pelos respectivos parlamentos, enquanto na França, Léon Blum introduziu na Câmara um projeto de lei para nacionalizar a indústria ferroviária. Das comissões esperava-se a preparação de programas detalhados de socialização – em alguns casos para todas as indústrias de base e em outros para todas as indústrias específicas, tipicamente as de carvão. A comissão britânica terminou rapidamente sua carreira quando Lloyd George simplesmente ignorou suas recomendações; na Alemanha, o surgimento da nacionalização do carvão foi protelado após a demissão da primeira comissão; e, na Suécia, o comitê de socialização trabalhou dezesseis anos, gastando a maior parte do seu tempo estudando esforços similares em outros lugares e expirou sem fazer qualquer recomendação. Embora os social-democratas formassem ou participassem de governos em vários países, o resultado global destas primeiras tentativas de socialização foi nulo: com exceção da indústria de armamentos da França, em 1936, nem uma única companhia foi nacionalizada na Europa Ocidental por um governo social-democrata durante todo o período entre guerras.

Como se explica que o movimento que se propôs revolucionar a sociedade mudando a própria base de sua organização produtiva terminou o período integrando-se a instituições políticas capitalistas, sem nunca pôr em causa seus fundamentos? Quando Marx descreveu, em 1850, a anatomia da democracia capitalista, estava certo que, salvo por um recuo, o sufrágio universal levaria "da emancipação política à social"; que, uma vez presenteados com direitos políticos, os trabalhadores começariam imediatamente a destruir o "poder social" dos capitalistas, socializando os meios de produção (1952a: 62). Ainda em 1928, Wigforss viu este resultado como inevitável: "O sufrágio universal é incompatível com uma sociedade dividida entre uma pequena classe de proprietários e uma grande classe sem propriedade. Tampouco o rico e o proprietário irão ignorar o sufrágio universal, ou o pobre, com a ajuda de seu direito ao voto, irá conseguir por si mesmo uma parte das riquezas acumuladas" (Tingsten, 1973: 274-5). E ainda, enquanto os social-democratas conseguiram poder na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia, a riqueza permanecia quase intacta e com certeza a propriedade privada dos meios de produção não era incomodada.

Pode-se citar várias razões. A ambigüidade teórica dos próprios projetos de "expropriação dos expropriadores" não é negligenciável. Uma dificuldade reside na ambígua relação entre "socialização" – a posse das indústrias por seus empregados – e a estatização "nacionalização" – sua direção geral pelo estado. De um lado, como apontaram Korsch (1975: 68), Wigforss (Tingsten,

produção capitalista dentro de cada empresa é acompanhada, fatalmente, pelo caos e pela anarquia da produção em escala social. "A contradição entre produção socializada e apropriação capitalista", escreveu Engels, "agora se apresenta como um antagonismo entre a organização da produção no trabalho do homem e a anarquia da produção da sociedade em geral." (1959: 97-8). Falando em 1920, Brating repetiu que, "nas premissas básicas da presente organização social, não há garantias satisfatórias até mesmo para que a produção como um todo seja dada uma orientação a mais racional possível, ou então para que os lucros dos diversos ramos sejam aplicados da melhor maneira, do ponto de vista nacional, econômico e social." (Tingsten, 1973: 239).

A segunda consequência da propriedade privada é a distribuição injusta das riquezas materiais por ela gerada. "A condição econômica para o socialismo", escreveu um teórico do Partido Trabalhista, "está amplamente baseada na inviabilidade do capitalismo em efetuar qualquer distribuição equitativa ou mesmo praticável das mercadorias, numa era de mecanização e produção em massa" (Cripps, 1933: 475). Mesmo o programa de Bad Godesberg, de 1959, marco do mais drástico rompimento com a tradição marxista, mantinha que "na economia de mercado não se assegura uma justa distribuição de rendas e propriedades".

Dada esta análise, a socialização ou a nacionalização dos meios de produção eram a principal forma de se alcançar os objetivos socialistas e consequentemente a primeira tarefa a ser cumprida pelos social-democratas depois da conquista do poder. "A revolução social", escreve Tingsten (1973, 131) "foi sempre entendida como socialização sistemática, encaminhada sob a liderança da classe trabalhadora social-democrata". Socialização ou nacionalização – uma ambigüidade terminológica significativa – era a forma pela qual a revolução socialista poderia ser realizada.

Até a Primeira-Guerra Mundial, enquanto os partidos socialistas concentravam seus esforços vencendo eleições e organizando os trabalhadores como uma classe, pouco do pensamento efetivo era voltado aos meios pelos quais se conquistaria a socialização. A própria possibilidade de estar em reais condições de levar a cabo um programa de socialização pegou todos os partidos socialistas de surpresa quando a guerra destruiu a ordem estabelecida, desatrelou movimentos espontâneos de ocupação de fábricas e abriu as portas à participação governamental. De fato, a onda de ocupação das fábricas que ocorreu na Áustria, Alemanha, Finlândia, Itália e Suécia pareceu, aos partidos socialistas estabelecidos e aos sindicatos, uma ameaça à sua própria autoridade e organização, assim como à ordem capitalista (Maier, 1975: 63; Spriano, 1967: 50-63; Williams, 1975: 121-45; Wigforss, 1924: 672).

Enquanto estes movimentos espontâneos eram reprimidos ou esvaziados, a lógica do parlamentarismo voltava a agarrar o movimento social-democrata. Esforços de nacionalização tornaram-se tão similares em vários países, que sua

1973: 208) e outros, o controle direto de empresas particulares pelos próprios produtores removeriam o antagonismo entre produtores e consumidores, ou seja, trabalhadores de outras empresas. Por outro lado, o controle centralizado do estado teria o efeito de substituir a autoridade privada do capital pela autoridade burocrática do governo, e o exemplo soviético logo apareceria como um exemplo negativo. A tendência "gestionária" dominou na Alemanha, onde os princípios eram até incorporados à Constituição, e na Suécia; a tendência "planista" encontrou sua articulação mais importante na Bélgica e na França, sob a influência de Henri de Man.

Uma verdadeira onda constituinte ocorreu após a Primeira Guerra Mundial: Otto Bauer na Áustria (1919), Karl Kautsky na Alemanha (1925), G. D. H. Cole na Grã-Bretanha (1919), Henri de Man na Bélgica – todos buscaram a elaboração de um modo de combinar a racionalização da sociedade com todo o controle do operariado sobre a produção.

Entretanto, esta explosão de atividade teórica chegou com atraso em relação às exigências da prática política. Mas o fato, freqüentemente admitido pelos políticos social-democratas, é que não sabiam como proceder para realizar seu programa. A escolha de quais as indústrias deviam ser nacionalizadas, método de financiamento, técnicas administrativas e as relações mútuas entre os setores tornaram-se problemas técnicos para os quais os social-democratas estavam despreparados. Então formaram grupos de estudo e esperaram.

Entretanto, a causa da inércia da Social Democracia era muito mais profunda do que a ambigüidade dos seus planos. Em nenhum lugar os socialistas obtiveram maioria parlamentar para que pudessem legislar sem o apoio, ou pelos menos o consentimento, de outros partidos. Surpreendentemente, os partidos socialistas, em diversos países, foram convidados a assumir como governos minoritários ou a entrar em governo de coligações multipartidárias. O problema do que fazer como governo minoritário apresentava-se com as seguintes opções: ou o partido perseguia seus objetivos socialistas, sendo prontamente derrotado, ou se comportava como qualquer outro partido, administrando o sistema introduzindo somente aquelas reformas para as quais podia obter maioria parlamentar.

Cada estratégia foi analisada pelos seus efeitos a longo prazo. Os defensores da estratégia maximalista argumentavam que o partido educaria o eleitorado para o programa socialista e exporia o caráter reacionário dos partidos burgueses. Alegavam que o povo responderia outorgando-lhes o poder com maioria e com mandato para implantar seu programa socialista. Esta estratégia foi adotada somente na Noruega; lá, o governo durou apenas três dias, em 1928. O partido voltou ao poder somente quatro anos depois quando moderou seus objetivos socialistas.

Os que propunham um programa mínimo defendiam que a tarefa mais importante de um partido seria demonstrar que é "competente para governar",

que é um partido de governo. "Não assumiremos o poder para preparar Eleições Gerais", disse MacDonald em 1924, "assumiremos o poder a fim de trabalhar" (Militband, 1975: 101). Em contrapartida, sua expectativa repousava na crença de que as reformas eram irreversíveis e cumulativas. Como colocou Layman:

"Os gradualistas imaginavam que o socialismo pudesse ser alcançado através de reformas graduais, cada reforma sendo aceita sem objeções mais sérias por parte dos conservadores do que aquelas que a oposição trabalhista dava aos governos 'Tory'. Cada reforma permaneceria intocável mesmo com a volta dos 'tories', prontos para serem a base no qual o próximo governo trabalhista reassumiria a construção do Estado Socialista." (1965, 142-3).

Assim, o partido assumiria o poder introduzindo aquelas reformas para as quais conseguiria maioria parlamentar, sairia do poder, retornando com um novo mandato delegado pelo eleitorado. "Não esperamos permanecer no poder por muito tempo, mas certamente pelo tempo suficiente para efetuar um bom trabalho que remova muito dos obstáculos que sabemos enfrentar e que restringiriam governos futuros"; esta era a intenção do Partido Trabalhista em 1924 (MacDonald, citado por Lyman, 1957: 106; para a declaração similar por Branting em 1920, veja Tingsten, 1973: 238). Blum introduziu uma distinção entre "exercício de poder" e "conquista de poder" da seguinte forma: como minoria os socialistas podiam apenas exercer o poder, mas deveriam exercê-lo de uma forma tal que resultaria na sua conquista (Colton, 1953).

### O compromisso

Se os socialistas não podiam seguir com um programa imediato de nacionalização, o que fazer nesse ínterim? Poderiam buscar e buscar medidas "ad hoc" destinadas a melhorar as condições de vida dos trabalhadores: desenvolver programas habitacionais, introduzir o salário mínimo, instituir formas de amparo aos desempregados, impostos sobre a renda e herança, aposentadoria. Tais medidas, favoráveis aos trabalhadores, eram politicamente praticáveis e não causariam choque econômico – davam continuidade à tradição das reformas de Bismarck, Disraeli e Giolitti. Também não modificariam a estrutura da economia nem o equilíbrio das forças políticas.

O fato é que os social-democratas, até a década de 30, não tinham uma política econômica própria. A teoria econômica da esquerda era de crítica ao capitalismo, de afirmação da superioridade do socialismo, e conduzia a um programa de nacionalização dos meios de produção. Uma vez suspenso este programa – ainda não fora abandonado – não sobrou nenhum programa econômico socialista (Bergounioux e Manin, 1979: 110). O partido socialista comportava-se como todos os outros partidos: com a tendência de beneficiar seu eleitorado, respeitando, porém, os princípios do equilíbrio orçamentário, políticas deflacionárias anticrise, padrão-ouro, e assim por diante. A caracterização do Partido Trabalhista feita por Skidelsky é de validade geral: "A cultura

E mais: o Keynesianismo não era apenas uma teoria que justificava a participação socialista no governo como também, de maneira ainda mais fortuita do ponto de vista social-democrata, era uma teoria que repentinamente garantia um *status* universal para os interesses dos trabalhadores. Anteriormente, as demandas para o incremento do consumo eram encaradas como prejudiciais aos interesses nacionais: salários mais altos significavam lucros menores, reduzindo a oportunidade de investimentos e o desenvolvimento futuro. A única resposta concebível à crise seria cortar os custos de produção, isto é, os salários. Em 1929 esta ainda era a visão do Partido Trabalhista. Mas, pela lógica da teoria de Keynes, maiores salários, particularmente se a massa salarial aumenta preferencialmente através do aumento da taxas de emprego e não dos níveis salariais (que na Suécia não aumentou até 1936), significavam um aumento da demanda agregada, o que implicaria um incremento das expectativas de lucro, maiores investimentos e, portanto, estímulo econômico.

Influenciada ou não pela obra de Keynes (Collon, 1969: 198), a “*Front Populaire*” da França introduziu, em 1936, uma política onde “Através do aumento salarial, diminuição da jornada semanal de trabalho, um programa de empregos públicos e gastos com viagens e férias... o poder aquisitivo e o consumo aumentariam, a indústria elevaria a produção para atender o aumento da demanda... e a depressão seria superada” (Collon, 1969: 190). O aumento salarial deixou de ser visto como impedimento ao desenvolvimento econômico e passou a ser considerado como estimulador. Interesses particulares de curto prazo dos trabalhadores e outros que consumiam a maior parte de sua renda podiam, agora, ser considerados coincidentes com os interesses de longo prazo da sociedade. A defesa corporativista dos interesses dos trabalhadores, uma política social perseguida pelos social-democratas na década de 20, e a estratégia eleitoral para o “povo” encontravam agora numa teoria econômica técnica sua justificativa ideológica. Transformou-se o discurso ideológico: “os custos do serviço de saúde”, escreveu Bertil Ohlin (1938: 5), “representavam investimento no mais valioso dos instrumentos produtivos, o povo. Em anos recentes tornou-se óbvio que isso também é verdadeiro para muitas outras formas de ‘consumo’ – alimentação, vestuário, habitação, lazer. Desta forma, dá-se ênfase à política social produtiva...” Também houve outra implicação: “A tendência”, continua Ohlin, “se dá na direção da nacionalização do consumo, em oposição à nacionalização dos meios de produção do socialismo marxista”.

A virada keynesiana logo levou os social-democratas a desenvolver uma ideologia abrangente do “estado do bem estar” (Briggs, 1961). Os social-democratas definiram seu papel como o de modificadores do jogo das forças do mercado, resultando no total abandono do projeto de nacionalização. O bom êxito da aplicação dos instrumentos keynesianos era encarado como uma demonstração de que a nacionalização – tão cheia de problemas e incertezas como provou ser – não somente era impossível de ser alcançada por via parla-

política inglesa era relativamente homogênea. Haviam certas idéias, ou padrões de pensamento dominantes e que todos os homens sensatos aceitavam. Isto aplicava-se principalmente ao pensamento econômico. Na década de 20, os políticos desenvolviam um saber econômico que era uma espécie de codificação daquilo que assumiram ter sido uma prática bem sucedida no século 19...” (1970: 6). Sobre Blum é dito que ele “não podia imaginar qualquer estágio intermediário entre a pura doutrina socialista e o livre jogo do capitalismo...” (Wael, 1970: 541) e, ao que parece, sobre ninguém mais. A única teoria conhecida de reformas era a que pregava a nacionalização; nenhuma outra alternativa coerente existia.

Tal alternativa surgiu em resposta à Grande Depressão. Na Suécia, Noruega e, em menor extensão na França, os governos socialistas responderam ao desemprego com uma série de políticas anticíclicas que quebraram a ortodoxia econômica existente. E ainda matéria de controvérsia se as políticas suacas foram desenvolvidas autonomamente, a partir de Marx via Wicksell, ou se foram uma aplicação das idéias já conhecidas de Keynes (Gustafsson, 1973). O fato é que os social-democratas logo descobriram nas idéias de Keynes, particularmente após o aparecimento de sua *Teoria Geral*, algo que necessitavam urgentemente: uma política distinta para a administração da economia capitalista. A revolução Keynesiana – e isto é o que foi – munuiu os social-democratas com uma meta e consequentemente com a justificativa do seu papel governamental, e ao mesmo tempo transformou o significado ideológico das políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora.

De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado transformou-se, quase da noite para o dia, numa instituição pela qual a sociedade poderia regular as crises, mantendo o pleno emprego. Gustav Moller, o arquiteto do programa para o desemprego, descrevendo a política do governo sueco de 1932, enfatizou que anteriormente a assistência ao desemprego era um “sistema destinado somente a suprir as necessidades mínimas dos desempregados, e não tinha o propósito de impedir a depressão... Dizia-se que os ciclos econômicos seguem leis econômicas naturais, e que a interferência governamental é, no mínimo, inútil e, do ponto de vista econômico, perigosa a longo prazo.” (1938: 49). Tanto Moller como Wigforss (1938) descreveram como os social-democratas suacos descobriram que o desemprego pode ser reduzido e a economia estimulada se o estado seguir políticas anticíclicas, permitindo que o crescimento do déficit financiasse a produção pública durante a depressão, sendo que o pagamento das dívidas ocorreria durante os períodos de expansão. A sociedade pode não ficar impotente perante os caprichos do mercado capitalista, a economia pode ser controlada, e o bem estar dos cidadãos pode ser continuamente elevado através do papel ativo do estado: esta foi a nova descoberta dos social-democratas.

temente no confisco de propriedades alemãs; na Grã-Bretanha e França uma onda de nacionalização seguiu a Segunda Guerra Mundial. Nacionalizações radicais – transferência de companhias privadas já existentes para as mãos do estado – foram muito raras, mas em diversos países o estado desenvolveu atividades econômicas próprias. Em muitos países as empresas públicas têm o mesmo *status* legal e operam com a mesma lógica das empresas privadas; o estado é simples acionista. Na Itália, Grã-Bretanha e França as empresas estatais têm sido usadas ocasionalmente como instrumentos de política econômica. Apesar destas variações, a base filosófica da propriedade pública é a mesma: os social-democratas estão comprometidos com a livre empresa sempre que possível e com a propriedade pública quando necessário.

É característico que as empresas estatais estejam limitadas a instituições de crédito, carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transporte e comunicação. Fora esses setores, apenas as companhias ameaçadas de falência, com conseqüente diminuição de empregos, passam às mãos públicas. Casos em que o estado esteja envolvido na produção e venda de produtos de consumo final são extremamente raros e parecem estar limitados à indústria automobilística. O estado ocupa-se das atividades econômicas necessárias à economia como um todo e vende seus produtos e serviços principalmente para empresas privadas. Estas, por sua vez, vendem aos consumidores. Assim, o estado não compete com o capital privado e sim fornece os *inputs* necessários ao funcionamento lucrativo da economia como um todo.

Esta divisão entre o estado e o mercado tem sido cultivada pela “teoria do estado dos bens públicos” (Samuelson, 1966; Musgrave, 1971). Esta teoria assume que o mercado capitalista é uma forma natural de atividade econômica; aceita-se o mercado existente e suas leis tal como são. Supõe-se que o papel do estado fique limitado a prover os chamados “bens públicos”; aqueles que são indivisíveis e que, se fornecidos, os são para todos. É apropriado ao estado construir vias públicas e treinar a mão-de-obra: empresários privados racionais não fornecerão tais coisas pois não podem impedir o uso público de vias públicas ou as pessoas de venderem aos concorrentes suas novas apúdoes. Assim, supõe-se que o papel do estado fique limitado às atividades que não são lucrativas para empresários privados, mas necessárias ao conjunto da economia. É verdade que em diversos países o estado envolve-se na produção de bens privados – carvão e aço – mas também aqui ocorreu, com raras exceções, a transferência ao setor público quando e porque estas indústrias eram deficitárias, sob as condições da concorrência internacional. De fato, estas eram as indústrias de mais fácil nacionalização e manutenção pelo setor público, visto que seus proprietários não tinham razões para lutar contra a nacionalização de uma indústria deficitária.

Desta forma, a estrutura do sistema capitalista construída pelos social-democratas revelou o seguinte: (1) o estado opera aquelas atividades não

mentar mas era simplesmente desnecessária. Keynes escreveu que “o estado o importante não é assumir a propriedade dos instrumentos de produção. Se o estado é capaz de determinar o montante de recursos destinado a ampliar os instrumentos e a taxa básica de retorno àqueles que os detém, terá cumprido todo o necessário” (1964: 378). Wigforss (Lervin, 1975: 286) completa essa argumentação dizendo que a estatização de certas indústrias apenas levaria o governo socialista a se comportar como uma empresa capitalista, sujeito ao “caos do mercado”, quando, em contrapartida, um controle indireto pelo estado poderia racionalizar a economia como um todo e orientá-la para o bem estar geral.

O suporte teórico dessa nova perspectiva foi a distinção entre o conceito de propriedade como atividade administrativa e o de propriedade como posse legal. Bernstein já dizia que “a base da socialização é colocar a produção, o processo econômico, sob o controle público” (citado por Korsch, 1975: 65). Em vez do controle direto, o estado poderia atingir todos os objetivos socialistas influenciando o setor privado a se comportar de acordo com os interesses gerais. “A essência da nacionalização”, escreveu Man em 1934 (Bergounioux e Manin, 1979: 114), “é menos a transferência da propriedade do que a transferência da autoridade...”. Se o estado pudesse, quando necessário, regular a indústria privada e se pudesse atenuar os efeitos do livre jogo das forças do mercado, então a estatização seria desnecessária e desaconselhável: este tornou-se o lema dos social-democratas, após a revolução keynesiana.

Concluindo, como governos de minoria incapazes de implantar o programa socialista, em meados da década de 30, a social democracia encontrou uma política econômica distinta que justificava o seu papel no governo, que especificava um conjunto de reformas intermediárias que podiam ser efetuadas com sucesso nos marcos do capitalismo, e que iniciavam diversos países com uma plataforma eleitoral eficaz. Arrebatados nos anos 20 por uma posição de “tudo-ou-nada”, os social-democratas descobriram um novo caminho para as reformas, abandonando o projeto de nacionalização pelo do bem estar geral. O novo projeto envolvia um compromisso fundamental com os que ainda eram denunciados como explorados, considerado economicamente viável, socialmente benéfico, e, talvez o mais importante, politicamente praticável sob condições democráticas.

### O abandono do reformismo

O abandono do programa de nacionalização dos bens de produção não implicou que o estado nunca se envolvesse em atividades econômicas. Em países ocidentais contemporâneos, de 5 a 20% do produto bruto tem sido produzido por empresas nas quais o estado de alguma forma é proprietário único (Le Monde, 1977). As formas como este “setor público” desenvolveu-se são variadas demais para serem descritas aqui. Na Itália e Espanha o setor público é principalmente um legado fascista; na Áustria consiste predominantemente

empregado para a aquisição ou desenvolvimento de outras indústrias. Mas tendo-se envolvido com setores deficitários, os social-democratas minaram sua própria capacidade de estender gradualmente o domínio do setor público. Ainda, os efeitos ideológicos não podem ser negligenciados. Criou-se uma situação em que o setor público é notoriamente ineficiente, pelo critério capitalista, e o resultado foi o impedimento da expansão do Estado. Isto é, as empresas que entraram para o setor público foram as mais ineficientes dentro do critério capitalista e agora aparentam ser ineficientes justamente por serem públicas. Assim, a principal preocupação de todos os governos, socialistas ou não, é a redução dos custos, o que por sua vez significa que as indústrias públicas sequer podem ser utilizadas como instrumentos de política macroeconômica – contendo, por exemplo, os preços do aço para reduzir pressões inflacionárias.

Ao mesmo tempo, tendo fortalecido o mercado, os social-democratas perpetuam a necessidade de atenuar os efeitos distributivos da sua operação. As reformas sociais sequer precisam ser “desfeitas” pelos governos burgueses. Basta permitir que o mercado opere por si mesmo durante um período qualquer de tempo em que as desigualdades crescem, o desemprego flutua, as mudanças de demanda no mercado de trabalho expõem novos grupos ao empobrecimento, etc. Como Martin observou sobre a Grã-Bretanha, “a estrutura básica do estado de pleno emprego” não provou ser tão duradoura como previam as análises de Crosland. Entretanto, isto não ocorreu à ação desarticuladora dos governos conservadores entre os anos 1951 e 1964. Para desmantelar o estado de pleno emprego, bastou ao governo conservador nada fazer para impedir tais processos” (1975: 28). A mitigação não se converte em transformação: de fato, sem transformação o ato de mitigar se perpetua. Os social-democratas encontram-se na mesma situação que Marx atribuiu a Louis Bonaparte: suas políticas parecem contraditórias, desde que são coagidas a fortalecer a capacidade produtiva do capital e, ao mesmo tempo, contra-atacar seus efeitos.

O resultado final desta orientação é que os social-democratas acham-se outra vez sem uma alternativa própria, distinta, para enfrentar a crise do sistema internacional. Quando estão no poder são forçados a se comportar como qualquer outro partido, confiando nas medidas anti-inflacionárias e de corte de custos para assegurar a lucratividade do setor privado e a capacidade de investimento. Não é surpreendente que medidas visando a ampliação da democracia no local de trabalho – a mais recente redescoberta dos social-democratas (Brandt, Kreisky e Palme, 1976) – façam eco à postura do movimento nos anos 20, período em que a esquerda também carecia de uma concepção econômica própria. Essas medidas não resolverão os problemas econômicos mais candentes. Resta saber se a atual crise internacional não prejudicará seriamente as bases eleitorais da social democracia.

lucrativas porém necessárias à economia como um todo; (2) o estado regula, principalmente através de medidas anticíclicas, a operação do setor privado; e (3) o estado atenua, através de medidas sociais, os efeitos de distribuição da operação do mercado.

As atividades regulativas do estado baseiam-se na crença de que os capitalistas privados podem ser induzidos a alocar recursos da maneira desejada pelos cidadãos e expressa pelo eleitorado. A concepção básica é que na democracia capitalista os recursos são alocados através de dois mecanismos: o “mercado”, no qual o peso das preferências de quem decide é proporcional aos recursos que controlam, e o estado, no qual o peso das preferências é distribuído igualmente entre os cidadãos. A essência da social-democracia contemporânea é a convicção de que o mercado pode ser direcionado para alocar aqueles bens, públicos ou privados, que são preferidos pelos cidadãos e que, ao racionalizar gradativamente a economia, o estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do público sem alterar o *status* jurídico da propriedade privada.

A intervenção do estado na economia deve ser guiada pelos critérios de eficiência, que são muito distintos de um interesse pela justiça. A noção de eficiência é independente de quaisquer considerações de ordem distributiva. Uma eficiente alocação de recursos – à luz do critério entendido como técnico, que está acima de diretrizes políticas – é aquela na qual ninguém pode ser favorecido sem que haja o prejudicado. Sob tal situação algumas pessoas podem estar em melhores condições do que as outras, porém o problema da distribuição é, deste ponto de vista, melhor administrado quando tratado *ex post*. Assim a política social dos social-democratas consiste, geralmente, em mitigar os efeitos da distribuição dos recursos, guiada pelo critério da eficiência. Esta política não visa transformar o sistema econômico mas sim corrigir os efeitos de sua operação.

Tendo assumido o compromisso de manter a propriedade privada dos meios de produção, para assegurar a eficácia e atenuar os efeitos distributivos, a Social Democracia deixou de ser um movimento reformista (veja as posições de Brandt em Brandt, Kreisky e Palme, 1976). O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção às transformações estruturais; tradicionalmente o reformismo era justificado pela crença de que reformas eram cumulativas, que constituem passos, que levam a algum lugar. A política atual dos social-democratas pela sua própria lógica não permite mais a acumulação de reformas.

O abandono do reformismo é consequência direta das próprias reformas executadas. Desde que o estado está envolvido quase exclusivamente nas atividades não lucrativas, do ponto de vista capitalista, está privado dos recursos necessários à continuidade do processo de nacionalização: se as indústrias de propriedade pública fossem as mais rentáveis, então o lucro poderia ser

### As bases econômicas da conciliação de classe

Tão logo compuseram governos – depois que a Primeira Guerra Mundial acabou – os social-democratas descobriram que a preocupação com a justiça não era imediatamente compatível com o objetivo de aumentar a produtividade. Nas palavras de Wigforss: “Porque a Social Democracia trabalha por uma distribuição mais igualitária e mais justa da propriedade e da renda, n[ão] deve nunca esquecer que há que produzir antes de ter o que distribuir” (Tilton, 1979: 516). A preocupação em restaurar e ampliar rapidamente a capacidade industrial dominou os primeiros debates na Alemanha e Suécia sobre a socialização da indústria (Maier, 1979: 194; Tingsten, 1973: 230). A justa distribuição da pobreza não era certamente o que os socialistas prometiam, e para elevar a riqueza geral os social-democratas tinham que concentrar seus esforços no incremento da produtividade.

Entretanto, sem a nacionalização dos meios de produção, aumentos de produtividade requerem a lucratividade da empresa privada. Enquanto o processo de acumulação for privado, toda a sociedade depende da manutenção dos lucros e do destino que o capitalista dá a estes lucros. Assim, a eficiência dos social-democratas – e de qualquer outro partido –, em controlar a economia e atenuar os efeitos sociais, depende da lucratividade do setor privado e da cooperação dos capitalistas. A própria capacidade dos social-democratas regular a economia depende dos lucros do capital. Esta é a barreira estrutural que não pode ser quebrada: o limite de qualquer política é que, a longo prazo, os investimentos – e portanto os lucros – devem ser protegidos. Como os lucros são privados, a decisão dos capitalistas quanto ao volume e à direção dos investimentos condicionam a eficiência das intervenções do estado e devem ser previstas. O estado que intervém na economia depende da ação capitalista para seus recursos fiscais, para informações, para ser capaz de elaborar políticas e planos, para ser capaz de oferecer serviços sociais, e assim por diante. Além disso, o próprio apoio eleitoral de qualquer governo depende da ação dos capitalistas. Quando vota em um partido, o povo não vota exclusivamente por “bens públicos”: vota contra o governo quando sua renda pessoal cai ou quando o partido depende do capital privado até mesmo para sua sobrevivência eleitoral.

Qualquer governo numa sociedade capitalista depende do capital (Off e Runge, 1975: 140). A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural: uma característica do sistema e não dos ocupantes do governo, os vencedores das eleições. Estar “no poder” dá pouco poder: os social-democratas estão sujeitos à mesma dependência estrutural, tanto quanto os outros partidos.

O compromisso dos social-democratas com o capital é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. Uma vez que a

propriedade privada dos meios de produção permaneceu intacta, a apropriação dos lucros pelos capitalistas tomou-se algo do interesse dos assalariados. No capitalismo os lucros de hoje são a condição para os investimentos e, portanto, para a produção, o emprego e o consumo de amanhã. Como colocou o primeiro-ministro Schmidt, “os lucros das empresas hoje são os investimentos de amanhã, e os investimentos de amanhã são os empregos de depois de amanhã.” (*Le Monde*, 6 de julho de 1976). Esta expectativa – que os lucros correntes pudessem ser transformados em melhorias futuras dos assalariados – tornou-se o fundamento da adesão dos social-democratas ao capitalismo. Os social-democratas consentem no direito dos capitalistas em se apropriarem de parte da produção social porque espera-se que os lucros aquinhoados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva, e parcialmente distribuídos para outros grupos sociais. Assim, tal consentimento tem uma base econômica: é reflexo dos interesses materiais dos assalariados dentro da sociedade capitalista.

Os social-democratas protegem os lucros das demandas das massas porque políticas redistributivas extremas são contrárias aos interesses dos assalariados. Não havendo reprodução, o sistema capitalista é projetado de tal forma que se os lucros são insuficientes, então os níveis de salário ou emprego devem cair. As crises do capitalismo não interessam a ninguém materialmente: são uma ameaça aos assalariados, uma vez que o capitalismo é um sistema no qual as crises recaem sobre suas costas.

É por isto que os social-democratas trocam a abolição da propriedade privada dos meios de produção pela cooperação dos capitalistas em aumentar a produtividade e distribuir os ganhos. É por isto que os social-democratas tentam não apenas reproduzir o capitalismo como também esforçam-se por melhorá-lo, mesmo contra a vontade dos capitalistas. A nacionalização dos meios de produção provou ser eleitoralmente impraticável; políticas redistributivas radicais resultam em crises econômicas, que por sua vez não interessam aos assalariados; e a riqueza global pode ser aumentada, se se convence os capitalistas a cooperar e se se educa continuamente os assalariados a esperar.

### A social-democracia e o socialismo

Os social-democratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo. Mesmo que os trabalhadores preferissem viver sob o socialismo, o processo de transição necessariamente levaria a uma crise antes que o socialismo pudesse ser organizado. Para alcançar picos mais elevados tem-se de atravessar um vale, e esta descida não pode ser completada sob condições democráticas.

Suponha que os social-democratas vençam as eleições e tentem usar sua posição para uma transição democrática ao socialismo. Dada a estrutura da sociedade capitalista, tal vitória eleitoral é possível somente com a obtenção do



apoio de diversos grupos: trabalhadores da indústria, funcionários não-produtivos, pequena burguesia, produtores rurais, donas de casa, aposentados e estudantes. Assim, pressões por melhorias materiais significativas irrompem de diversos setores. Salários, principalmente os salários mínimos (*sueldo vital* no Chile, SMIC na França), devem ser elevados. Deve haver diminuição do desemprego. O crédito para pequenas empresas e propriedades rurais produtivas deve tornar-se mais barato e exposto a um risco maior. Estas demandas podem ser financiadas por: (1) redistribuição de renda (através de taxas diretas e da redução das disparidades salariais); (2) utilização da capacidade ociosa; (3) gastos das reservas de divisas estrangeiras ou empréstimos; e/ou (4) redução da taxa de lucro (Kölm, 1977). A soma das três primeiras medidas serão insuficientes para atender a demanda. Redistribuição das altas rendas tem pouco efeito quantitativo e não pode descer muito na escala salarial sem ameaçar o apoio eleitoral dos assalariados. Quando a capacidade ociosa é repentinamente ativada ocorre um estrangulamento, e esta rapidamente se esgota. Recursos externos devem ser gastos com cuidado para não deixar a moeda à mercê dos credores estrangeiros. Ainda, mesmo que as contas estejam equilibradas em termos monetários, uma economia organizada para produzir certos bens e serviços não pode ser transformada abruptamente para atender novas demandas de bens de consumo.

Forçados a pagar salários mais altos e manter o nível de emprego acima do nível de eficiência, os capitalistas podem responder apenas com aumento nos preços dos bens de consumo. A inflação também é alimentada pelas dificuldades da balança de pagamentos resultantes da necessidade de importar bens de consumo e de pressões especulativas. Assim ocorre inflação ou, se os preços são controlados, escassez; o mercado negro se organiza, e assim por diante. Eventualmente os aumentos nominais de salário são corroídos, como na França em 1936 (Kalecki, 1936), Chile e Portugal.

Em circunstâncias normais pode-se esperar que o aumento da demanda agregada estimule o investimento e o nível de emprego. Medidas de redistribuição, mesmo que incluam emissão inorgânica, são geralmente embasadas não só por intenções de justiça mas também de eficiência. Com a elevação do poder aquisitivo das faixas mais baixas de renda, há o aumento da demanda por bens de consumo. A utilização da capacidade ociosa e de reservas estrangeiras são vistos como um modo de estabilizar os preços frente à elevação da demanda durante o curto período anterior à retomada de investimentos e de uma previsível expansão do abastecimento. É de se esperar que os lucros provenientes de um volume maior de vendas sejam reinvestidos e que, assim, a economia seja estimulada a crescer com mais velocidade. Este foi, por exemplo, o programa *Vuskovic* no Chile – até razoável em circunstâncias normais.

Tal programa, no entanto, não pode ser bem sucedido quando demandas econômicas crescem espontaneamente e são acompanhadas de transformações

estruturais. Nestas circunstâncias, reivindicações salariais tendem a se tornar confiscatórias, e os capitalistas, a temer que estas sejam atendidas, ou no mínimo, toleradas pelo governo. Como colocou Bevin, “estaremos na situação de ter que ouvir os apelos do nosso próprio povo” (Lyman, 1957: 219). O aumento da intervenção governamental significa que uma racionalidade não característica do mercado é imposta ao processo de acumulação, isto é, os capitalistas são forçados, a fazer alocações de recursos fora da lógica do lucro. Medidas de nacionalização, distribuição de terras e monopolização do crédito e da taxa de câmbio pelo Estado ameaçam a instituição do lucro privado. Sob tais circunstâncias, um capitalista racional não fará investimentos. São desnecessárias articulações políticas ou conspirações: empresários racionais não investem se o retorno esperado for nulo ou negativo e quando o risco é alto.

No entanto, a produção deve continuar: nas palavras de Kautsky, “se a produção não continuar a sociedade inteira perecerá, incluindo o proletariado”. “O proletariado vitorioso”, continua Kautsky, “não somente tem todas as razões para facilitar a continuidade da produção capitalista, quando a imediata socialização for desaconselhável, como também deve impedir que a socialização provoque uma crise econômica” (1925: 273). Mas capitalistas cujos meios de produção estejam a salvo da socialização durante um determinado tempo não investirão por receio de que o momento da socialização virá. É por isso que Lange (1964: 125) pensava que a nacionalização deveria ser feita de “um só golpe”: “um governo socialista que pretenda de fato o socialismo tem que aplicar seu programa de socialização de uma só vez, ou abandoná-lo inteiramente. A própria tomada de poder por tal governo causará pânico financeiro e colapso econômico. Assim, o governo socialista deve garantir a imunidade da propriedade e da empresa privada para permitir o funcionamento normal da economia capitalista, abandonando seu objetivo socialista, ou seguir com seu programa de socialização à máxima velocidade.”

Mesmo que o governo socialista seja resolutivo, fazendo inclusive todas as tentativas para tranquilizar pequenos empresários e proprietários, como recomenda Lange, a transformação das relações de produção será acompanhada por uma crise econômica. A pressão da demanda opera tanto em relação às empresas públicas quanto privadas. Mesmo que aquelas empresas sejam autogeridas, para ambas será ainda melhor cobrar altos preços pelos seus produtos. A rigidez que impede o deslocamento repentino para a produção de bens de consumo é física, não meramente organizacional. Além do mais, a nacionalização gera problemas econômicos por si mesma. Se era ou não uma estratégia política deliberada, como sustentam Bologna (1972) e Marglin (1974), o fato é que a produção capitalista reorganizou-se na esteira do movimento dos conselhos, na medida em que os produtores imediatos enquanto classe perderam a capacidade de dirigir por sua própria conta o sistema de produção. A classe operária era caracterizada por Marx não apenas por sua

exploração mas também por sua capacidade de organizar, em escala social, o sistema socialista de produção.

Mas, ainda que isso seja verdade, não é mais possível aos produtores imediatos assumirem automaticamente o controle sobre o processo de produção social: talvez qualquer cozinheira possa ser ensinada como administrar a sociedade socialista, porém um longo período de aprendizado é necessário. A transformação socialista exige uma capacidade administrativa e organizativa que não pode ser adquirida da noite para o dia. Não existem modelos e a experiência é limitada. Aprender por tentativa e erro, com todos os tropeços envolvidos, é inevitável.

Uma transição ao socialismo forçosamente gerará uma crise econômica. Os investimentos caem acentuadamente, preços aumentam, e os ganhos nominais de salários são corroídos, com possível queda da produção, retração da demanda e o ressurgimento do desemprego como principal problema. O que não é factível, portanto, é o programa enunciado por Allende, quando diz que “o modelo político para a transição ao socialismo que meu governo está aplicando requer que a revolução sócio-econômica realize-se simultaneamente com uma expansão econômica ininterrupta” (De Vylder, 1976: 53). O que não é possível é a concretização da crença de Blum “que uma melhor distribuição... reanimaria a produção e ao mesmo tempo realizaria a justiça” (Weill e Reynal, 1956: 54). O que não é possível é uma transição ao socialismo que comecemos com “une argumentation substantielle des salaires et traitement...” (*Parti Socialiste Français, Parti Communiste Français*, 1972:III).

Defrontados com uma crise econômica, ameaçados com a perda de apoio eleitoral, preocupados com a possibilidade de uma contra-revolução fascista, os social-democratas abandonam o projeto de transição ou ao menos ficam à espera de tempos mais auspiciosos. Encontram coragem para explicar aos trabalhadores que é melhor ser explorado do que criar uma situação que contém riscos que podem se virar contra eles. Recusam-se a empenhar seu futuro numa piora da crise. Dispõem-se ao compromisso, e a defenderem-no perante os trabalhadores. A questão que permanece é saber se existe um caminho de escapar à alternativa traçada por Olof Palme: “*Retornar a Stálin e Lenin ou tomar o rumo da tradição social-democrata*” (Brandt, Dreisky, Palme, 1976: 120).

Este é um livro cuja atualidade se projeta no futuro.

A concepção de uma forma de sindicalismo que, partindo da idéia original de associação dos trabalhadores, que começa nos próprios locais de trabalho, reflete e projeta um modo de produção que difere de todos os concertos tradicionais sobre o que seja autoridade e governo, capitalismo e Estado. Revolucionário, de ação direta, federalista, o anarco-sindicalismo é um meio e não um fim. É uma escola de força de vontade, entusiasmo e pensamento criativos.

JAIME CUBERO



*pierre besnard*

*os sindicatos operários  
e  
a revolução social*

*vol. I*

  
Nova Tempus Editora

Tais são as razões históricas, na realidade, pelas quais não pode haver, não há interesse geral.

Elas bastam amplamente para me permitir negá-lo, para declarar que todo o sistema ao qual ele deu origem nada mais é senão uma ficção.

Quando voltarmos a tratar do princípio da igualdade social, será lógico falar de interesse geral. Antes não.

Mas, antes de tudo, que se faça desaparecer as castas, as classes, a propriedade, tudo o que faz com que os homens ainda sejam senhores ou escravos.

O interesse geral é um mito.

Vejamos agora se a colaboração das classes é outra coisa além de um embuste.

### A colaboração de classes é impossível

Após ter demonstrado que existem, na verdade, duas classes sociais antagônicas, que cada uma tem seu interesse particular: *o interesse de classe*, o que exclui necessariamente a idéia do interesse geral, creio ter chegado o momento de provar que a colaboração de classe é não somente um imenso embuste, mas ainda um perigo extremamente sério que convém evitar.

Fazer o proletariado colaborar com a defesa, com o salvamento, com o reequilíbrio do capitalismo, foi a idéia genial da burguesia contemporânea de tendência, por assim dizer, democrática.

Graças a esta colaboração, da qual os liberais foram sempre partidários em todos os países, a burguesia inteligente esperava e ainda

espera afastar de seu caminho os graves perigos que ameaçavam sua existência e continuam a torná-la precária.

Para dizer a verdade, não é uma verdadeira façanha a de reequilibrar um regime, completamente fora do eixo, com o concurso deste proletariado que possui todo o interesse em vê-lo desaparecer e cujos esforços totais deveriam tender a isto?

Se o capitalismo realizasse seus desejos, com o concurso de parte enganada do proletariado, as almas de Waldeck-Rousseau e de Walter Rathenau estremeçeriam de contentamento.

Isto porque são estes homens que sonhavam, segundo parece, fazer do século XX o século do Trabalho; que lançaram a idéia da colaboração de classes e tentaram realizá-la.

Os políticos social-democratas da II Internacional, os líderes da Federação Sindical Internacional, democratas de formação, apesar de suas afirmações teóricas socialistas, comunistas ou anarquistas, foram os artesãos internacionais da materialização da idéia da colaboração de classes.

A guerra fornece uma excelente ocasião de praticar esta colaboração nas melhores condições, para eles, evidentemente.

A defesa nacional em regime capitalista foi proclamada necessária em cada país e, por uma emulação que foi recompensada, os socialistas e os sindicalistas de todos os países da Europa e da América sentiram-se honrados em afirmar-se completamente solidários às suas respectivas burguesias.

Esta colaboração na guerra, praticada sob

o reinado da Censura, isto é, com o máximo de vantagens, prosseguiu na paz. A empreitada era mais difícil. Ela, entretanto, conseguiu, e hoje o capitalismo pode afirmar, sem medo de contradição, que uma parte do proletariado, pelo órgão dos partidos socialistas, no plano político, e das Centrais aderentes à Federação Sindical de Amsterdã, no plano econômico, colabora ativamente, no território nacional e em escala internacional, no salvamento do capitalismo, segundo a doutrina do interesse geral, para a instauração da "democracia social" e "o advento do Trabalho no Poder". Mussolini, Coty, etc, são também da mesma opinião e se consagram, com meios mais rápidos e mais violentos, ao triunfo da mesma causa. Isto, por si só, basta amplamente para julgar aquilo.

Para tornar esta colaboração eficaz, foi necessário preparar sabiamente o terreno, enganar com destreza os trabalhadores, política e economicamente.

O melhor meio consistia em afirmar que a colaboração de classes, "nascida da fraternidade nas trincheiras", permanecia indispensável para reconstruir as ruínas, para recuperar a difícil situação do país. Foi assim que a *defesa nacional* se transformou, em cada país, em *interesse nacional*.

Mas este vocábulo soava mal nos ouvidos dos trabalhadores, e estes manifestavam apenas um gosto muito restrito pela colaboração de classes. Para captar sua confiança, os espertalhões políticos, socialistas e sindicalistas, batizaram o *interesse nacional* com o nome de *inter-*

*se geral*, enquanto a colaboração de classes tornava-se a *associação do capital e do trabalho*.

Foi então que os líderes políticos e sindicais, tomados os defensores titulares do capitalismo, começaram sua obra de dissociação das forças operárias em todos os países onde importantes minorias obstavam seus desígnios.

Cisões sucederam cisões, em pouco tempo os democratas operários, ajudados amplamente, por sinal, pelos agentes da III Internacional, desmembraram todas as forças políticas e econômicas operárias universais.

É assim que, hoje, quer seja porque governam efetivamente, quer seja porque apóiam governos burgueses ou deles participam, estes, por assim dizer, defensores dos trabalhadores, são os melhores auxiliares do capitalismo, às voltas com as dificuldades criadas por sua própria evolução. Eles serão também seus últimos defensores e a revolução social deverá passar sobre seus corpos antes que o proletariado possa pegar seu inimigo pela garganta.

Hoje, em todos os países, os políticos social-democratas, associados aos líderes sindicais de Amsterdã, dispõem das forças ativas do Estado, constituídas pelos funcionários deste Estado e de certos trabalhadores enganados, que lhes permitem tomar assento em todos os conselhos políticos e econômicos das instituições burguesas. A Sociedade das Nações — esta Liga dos imperialistas — o Escritório Internacional do Trabalho de Genebra, os conselhos nacionais econômicos, nos países onde existem, os diferentes comitês consultivos, são os órgãos onde representantes dos Estados, dos capitalistas e

dos proletários enganados, reúnem-se para encontrar e traduzir na vida as famosas fórmulas de interesse geral, de associação entre o capital e o trabalho sobre a base dos contratos coletivos.

É conveniente, neste ponto de minha demonstração, dar uma definição tão precisa quanto possível da *colaboração de classes*, meio de realização da democracia social.

Eis a definição que dá sobre isto o Congresso constitutivo da *Confederação Geral do Trabalho Sindicalista Revolucionário* da França, na Carta desta organização:

“Condenando a “colaboração de classes” e o sindicalismo de “interesse geral”, o Congresso tem a declarar que não são *as discussões inevitáveis entre patrões e operários* que constituem atos de colaboração de classes. Vendo, nestas discussões, que resultam do estado de coisas atual, apenas um aspecto da luta permanente das classes, o Congresso especifica que a *colaboração de classes é caracterizada pelo fato de, nas organizações que reúnem representantes dos operários, dos patrões e do Estado, participar do estudo em comum dos problemas econômicos, cuja solução apresentada só poderia prolongar, reforçando-a, a existência do regime atual*”.

Esta definição está exata. Ela era, por sinal, em 1921, comum às tendências sindicalistas revolucionárias, anarco-sindicalista e sindicalista comunista.

Insisto ainda mais sobre esta definição que, para fazer crer aos operários que os sindicalistas revolucionários praticam também “a colaboração

de classes” e não se distinguem deles, os reformistas, partidários do interesse geral, sempre tentaram apresentar *as discussões inevitáveis* entre patrões e operários – quer se trate de um patrão privado ou do Estado – como atos de classes.

Este modo de denigrir a doutrina sindicalista revolucionária permitiu-lhes mascarar sua própria ação pelo tempo que foi necessário para enganar a classe operária e atrelar uma parte desta ao carro atolado do capitalismo.

Desde 1921, a Internacional Sindical de Amsterdã, pela voz de Jouhaux, seu líder mais autorizado, rejeitou definitivamente a doutrina, os princípios e os meios de ação do sindicalismo revolucionário.

De nada adiantará este homem tentar justificar sua atitude ao declarar que são os próprios operários que, por seus pedidos de intervenções junto aos poderes públicos e sua incapacidade de lutar diretamente, levaram os líderes da colaboração de classes a estabelecer compromissos com a burguesia, isto não mudará o fato de que a passividade atual do movimento operário sindical se deve, em todos os países, às derrotas que o Estado-maior sindical internacional deixou infligir ao proletariado para compor com o adversário.

Se o objetivo foi freqüentemente ultrapassado, como na Itália, na Espanha, na Hungria, na Bulgária, etc, pode-se estar certo de que não é culpa dos colaboracionistas. Todos seus protestos, quando das sessões do Escritório Internacional do Trabalho, em Genebra, não impedem Rossini, o secretário das Corporações fascistas

de tomar assento. Também não impedem Mussolini de poder dizer, com razão, que ele, segundo a definição que seus próprios adversários reformistas dão a respeito disso, realizou a fórmula do interesse geral, pela colaboração, numa mesma corporação, de todos os elementos, capitalistas e operários, pertencentes a esta mesma corporação.

Não é duvidoso que Mussolini tenha instaurado este sistema social pela força, mas não é menos verdade que a ordem social italiana repousa sobre agrupamentos econômicos, do seio dos quais a luta de classes está banida e substituída pela arbitragem obrigatória, onde o Estado, reforçado em suas prerrogativas e confirmado em sua missão, é suposto representar o povo italiano por inteiro, fundido no cadinho da classe única.

Evidentemente, este sistema é imposto e não aceito. Repousando sobre a força, pode ser por ela derrubado, mas ele existe e permite a Mussolini, aos pseudos-realizadores social-democratas, dizerem que a verdadeira associação do Trabalho e do Capital, é, na Itália, um fato consumado.

Mussolini tem razão contra os colaboradores de classes do movimento operário.

O interesse geral realizado por ele, o regime que saiu da "colaboração" do trabalho e do capital, na Itália, representam exatamente o ponto de vista dos capitalistas partidários da colaboração de classes.

É lá que eles querem chegar com o concurso de uma parte do proletariado, e quando o Sr. Bottai declara na Conferência Internacional

do Trabalho de Genebra, em 10 de junho de 1926, na qualidade de subsecretário de Estado do ministério das Corporações fascistas: "*que está convencido de que os princípios que regem atualmente a ordem nacional italiana tornar-se-ão, um dia, princípios fundamentais de organização na ordem internacional*", ele interpreta exatamente o estado de espírito e os desejos de todo o capitalismo mundial.

As tendências que existem no seio deste último só são, na realidade, opostos em aparência. Uma e outra querem conservar os privilégios de classe e instituir a ordem social que permitirá defendê-los e salvaguardá-los integralmente.

Estas duas tendências, cuja identidade de objetivo é completa, distinguem-se apenas pelos meios a empregar para alcançar este objetivo. Na realidade, *ao invés de se oporem, elas se completam*. Quando a tendência de colaboração de classes tiver alcançado seu objetivo, que é o de reequilibrar o capitalismo com o concurso do proletariado, ela considerará sua missão terminada e se juntará à segunda tendência que, ela, segundo os princípios da luta de classes, batalha abertamente contra a classe operária, sem abandonar o que quer que seja, mesmo momentaneamente, de seus privilégios de classe.

E, unidas de novo, diante de seu adversário desamparado, as duas tendências capitalistas instaurarão, segundo os princípios definidos pelo Sr. Bottai, em nome do Sr. Mussolini, a ordem social internacional que entregará, mãos e pés atados, o proletariado mundial à exploração mais intensa das potências financeiras, por conta das

quais o ditador italiano faz, atualmente, sua experiência abominável.

Nesse momento, a menos que façam como d'Aragona e Rigola, se juntem ao fascismo, os Jouhaux, os Leipart, os Oudegeest, os Mertens e *tutti quanti*, poderão medir toda a extensão de seu erro criminoso. De seu lado, os proletários compreenderão também, muito tarde, infelizmente, a imensa burla da qual terão sido objeto.

Querer utilizar o adversário, tal é, de parte a parte, a tática. Neste jogo, repito, o capitalismo tem tudo a ganhar e o proletariado tudo a perder.

Pretendendo penetrar em todas as engrenagens políticas e econômicas do capitalismo, *para nelas fazer o aprendizado do governo e da gestão, com o concurso da burguesia*, os líderes sindicais reformistas cometem o mais lamentável dos erros, *a mais grave das faltas*.

Como eles poderiam crer, com efeito, que os capitalistas seriam bastante ingênuos para lhes mostrar todos os segredos de sua fortaleza, cujo conhecimento permitiria a seus adversários conquistá-la sem combater?

Quem pode admitir, de boa fé, que os capitalistas vão iniciar, no funcionamento de todas as engrenagens políticas e sobretudo econômicas, aqueles que declaram querer substituí-los, chamando, dizem eles, o "Trabalho ao Poder", no sentido exato desta expressão?

Seria a mesma coisa que admitir a idéia de que, cansado de viver, fatigado da existência, o capitalismo quisesse suicidar e que, antes de fazer "haraquiri", fizesse questão, por uma ampla e profunda preocupação humanitária, de deixar a

máquina social em boas mãos, a pessoas de sua escolha, bem experimentadas?

Muito bem, não! O capitalismo não é tão ingênuo, por um lado, e todos os esforços que faz para escapar de sua difícil situação atual provam, por outro lado, que ele quer viver e não suicidar.

A colaboração de uma parte do proletariado à tarefa de restauração do capitalismo, em nome do interesse geral, só pode, por conseqüência, retardar e tornar mais difícil a liberação dos trabalhadores.

O capitalismo provoca e aceita a colaboração das Centrais sindicais reformistas, mas se opõe com todas as suas forças ao controle sindical da produção exercido pelos trabalhadores revolucionários.

Ele sabe muito bem que a primeira só pode ajudá-lo em sua tarefa, e que o segundo, indo do *direito de controlar à expropriação*, opõe-se, por seu exercício sério, à integralidade de seus desígnios.

O capitalismo quer colaborar, mas unicamente em seu proveito, e pretende retornar à luta de classes quando não mais precisar do concurso dos trabalhadores.

Nesse momento, de uma só vez, anulará as vantagens que tiver concedido durante o período de colaboração.

E é para conquistar estas vantagens que os democratas sindicalistas ousam chamar de "realizações positivas", que o proletariado abandonaria seu ideal e trairia seus interesses seguros? Ora, convenhamos, isto não acontecerá, ou pelo menos não durará. Os trabalhadores recusar-se-



ão, definitivamente, a hipotecar tão gravemente o futuro de sua classe, por melhorias (?) passagens e puramente formais.

Que os líderes reformistas de Amsterdã vejam em sua concepção, generalizada em sua aplicação, uma fonte de proveitos pessoais e de honra fáceis, são livres para isso; mas que parem de apresentar a colaboração de classes como o meio seguro de libertar os trabalhadores.

Uma vez mais, repito, que, neste jogo da colaboração de classes, por assim dizer, de participação da gestão e da direção das empresas capitalistas, o proletariado tem tudo a perder, e o capitalismo tudo a ganhar.

Pode apenas dar-se novas correntes ou dourar as suas, mas está certo de permanecer acorrentado.

Assim como ele deve negar a existência do interesse geral, deve rejeitar, com todas as suas forças, a colaboração *impossível* das classes.

A colaboração de classes, tal como o capitalismo a compreende, nada mais é, na realidade, senão uma forma hábil da luta de classes correspondente a uma determinada situação: *a das dificuldades*. Ela será substituída automaticamente pela verdadeira luta de classes tão logo estas dificuldades sejam vencidas.

Vista sobre o plano sindical operário, é uma *falta imperdoável* que conduzirá o movimento operário à mais humilhante das derrotas, à mais degradante das domesticações.

A colaboração de classes prepara o acorrentamento definitivo do proletariado ao carro capitalista e ao *advento do fascismo*.

Cabe ao proletariado, pois, rejeitá-la com

todas suas forças, como nefasta a seus interesses imediatos e futuros, materiais e morais.

Assim como não existem classe única e interesse geral, não pode haver um meio de liberação que se chame colaboração de classes.

### A luta de classes é uma necessidade

A luta de classes tem por objetivo:

1º Permitir ao capitalismo conservar, consolidar e desenvolver seus privilégios, reforçando a ordem social atual;

2º Dar ao proletariado a possibilidade de destruir os privilégios burgueses, abolindo a ordem social que os engendra.

Ela é a consequência direta da exploração do homem pelo homem. Exerce-se em todos os tempos e em todos os lugares.

Sua existência não pode ser negada, *de boa fé*, por ninguém.

Tenho a declarar, imediatamente, que não foram os trabalhadores que instituíram a luta de classes, que a impuseram a seus adversários. Eles a sofreram e a sofrem ainda, mais forte do que nunca. Não depende deles que ela cesse. Que os possuidores façam espontânea e generosamente o sacrifício de todos seus privilégios sobre o altar da unidade e da igualdade sociais de todos os humanos e a luta de classes terá vencido.

Parodiando Alphonse Allais, o proletariado pode se voltar para a burguesia, que deplora a luta de classes, e declarar-lhe ousadamente: "*Que os senhores capitalistas comecem*".

Com efeito, até agora, ela é, nas mãos do

capitalismo, muito mais uma arma de ataque do que de defesa, enquanto, nas mãos dos trabalhadores, na realidade, outra coisa não é, no tornará, para ele, um meio realmente ofensivo após um longo período de preparação e organização, enquanto as reações provocadas pelos excessos do capitalismo terão reduzido este último à defensiva.

Quem ousaria achar anormal que à ação de uma minoria de privilegiados, usurpadores, exploradores, que atentam todos os dias contra a vida, a liberdade, o bem-estar dos trabalhadores, estes ripostem energicamente?

Somente uma casta de privilegiados, ajudada por todos seus auxiliares pode pretender se opor a este acesso da imensa maioria da Humanidade à maior liberdade, a maior bem-estar, porque quer absolutamente conservar para ela, sem contribuir efetivamente para o esforço produtivo, o fruto do trabalho de todos.

Esta concepção do *patronato de direito divino* – que faz da luta de classes um instrumento de luta permanente – teve necessariamente como conseqüência a escolha de um meio de luta correspondente pelo proletariado.

É assim que, de um modo constante, o capitalismo e o proletariado, praticando a luta de classes, enfrentam-se numa batalha que durará o tempo que persistir a desigualdade social.

Se se admite que empregando a luta de classes, para manter seus privilégios, o capitalismo tem razão, pode-se recusar ao proletariado o direito de recorrer a este meio para derrubar o regime que o oprime? Seria, pois, uma loucura abandonar esta arma. Assim também, contraria-

mente ao que indica Rhillon, em sua brochura, muito interessante por sinal: O Trabalho-Dinheiro<sup>1</sup>, a luta de classes não é repudiada pelo proletariado. Este último está talvez “inquieto quanto ao porvir social”, mas sabe perfeitamente que o sindicalismo revolucionário e federalista, que preconiza e emprega a luta de classes e a ação direta, é o único capaz de liberá-lo.

Ela também não é repudiada pelo capitalismo. Se uma parte deste último, agindo de comum acordo com os democratas sindicais do movimento operário no plano do interesse geral, acreditou ser prudente e hábil mascarar seus desígnios, praticar a política de colaboração de classes, para permitir ao capitalismo ultrapassar o limite das dificuldades atuais, pode-se estar certo de que a luta de classes permanece sendo a arma de combate por excelência das forças sociais capitalistas.

É até mesmo certo que esta parte da burguesia que se deu como missão desobstruir o caminho dos obstáculos que o atravancam, nada mais faz que praticar um jogo hábil.

Ela compreendeu que, no momento em que as dificuldades são tais que arriscam provocar uma crise de regime, convinha não fazer, absolutamente, unanimidade do proletariado contra o capitalismo.

Ao contrário, esta tendência do capitalismo estima que é preferível, *no momento*, pagar um certo preço pelo concurso ativo e mesmo passivo do proletariado ou, somente, de uma parte deste.

1. “*La Brochure mensuelle*”, Editora Bidault; 39, rue de Bretagne, Paris (3<sup>e</sup>).

Não é uma suprema habilidade dar algumas satisfações de pouca importância para manter intacto um regime em perigo.

É, na minha opinião, luta de classes, e da melhor.

Os capitalistas partidários da colaboração de classes são mais lúcidos, mais hábeis, mais maliciosos do que os partidários, a qualquer preço e em qualquer circunstância, da luta de classes.

Como seus associados "sindicalistas", que fazem papel de trouxas ou de cúmplices, todos procuram trunfos antes de jogar definitivamente a partida.

Não há, com efeito, nenhuma analogia entre o objetivo e a ação dos colaboracionistas da classe capitalista e os de seus parceiros proletários.

Os capitalistas, partidários deste método, podem legitimamente pretender salvar seu regime com o concurso do proletariado enganado. Não seria outra coisa, senão a repetição das revoluções políticas de 1789, de 1830, de 1848, e até mesmo de 1871, durante as quais a burguesia utilizou o povo para realizar seus desígnios e se aproveitar da mudança ocorrida.

O mesmo não acontece com os partidários operários. Eles não podem pretender liberar o proletariado, estabelecer um regime de igualdade com o concurso do capitalismo.

As duas tendências, capitalista e operária, nada têm em comum e não conduzem ao mesmo objetivo.

Enquanto que os capitalistas, intérpretes inteligentes de sua classe, servem com muita des-

treza seus interesses em perigo, os proletários lhes dão uma colaboração que desserve o interesse operário e volta-se, definitivamente, contra sua classe social.

*Pode-se dizer, dos capitalistas "colaboracionistas de classes", que eles são os mais hábeis dos partidários da luta de classes, que sabem reconhecer, discernir e utilizar a melhor forma de luta a empregar.*

Por melhor que seja a boa vontade que se tenha, não se pode dizer que os democratas sindicais operários façam prova da mesma lucidez, da mesma inteligência, da mesma habilidade.

Pode-se, portanto, afirmar que, hoje, todos os capitalistas compreenderam que sua ação devia ser cindida em duas partes e que, de acordo com as circunstâncias, dever-se-ia praticar ou a luta de classes brutal ou a luta de classes mascarada: a *colaboração de classes*.

Os mais atrasados dos capitalistas, os partidários mais entusiastas da luta constante e sem piedade, hoje, aderiram completamente a esta tática.

A evolução da crise de desemprego, consecutiva à guerra, é a prova formal disto.

O capitalismo bateu com força. Inicialmente, desencadeou um desemprego maciço, intenso, universal, que atingiu mais ou menos 40 milhões de indivíduos; em seguida, após ter esmagado seu adversário, fingiu estender-lhe a mão de socorro.

De total, o desemprego se tornou parcial neste ou naquele país; quase cessou em tal ou qual outro, a fim de obter o concurso do proletário.

riado para realizar a *racionalização em curso* no mundo inteiro.

A tática a empregar foi fixada segundo a situação da indústria ou as condições particulares deste ou daquele país. O objetivo permaneceu imutável.

“Colaboradores” e “lutadores” capitalistas estão de acordo quanto ao objetivo, e a junção de suas forças, já quase completamente operada, é certa.

No momento, são os “colaboradores” que operam. Realizada sua tarefa, passarão a mão nos “lutadores” e, Gros-Jean à frente, nossos líderes operários colaboracionistas nada mais terão a fazer senão readquirir um lugar que nunca deveriam ter abandonado, a menos que passem definitivamente para o inimigo, o que não surpreenderia ninguém.

### **A ação de classe capitalista. Sua tática e seus objetivos.**

Durante muitos anos, o capitalismo lutou sem ordem, sem método, quase sem objetivo contra o proletariado que, ele, estava mais ou menos organizado.

O patrão, industrial ou comerciante, discutia diretamente com seus operários ou empregados. Segundo estes fossem mais ou menos combativos, ou aqueles se encontrassem mais ou menos inclinados a dar prova de compreensão, a se mostrarem mais ou menos humano, as relações dos adversários eram mais ou menos tensas.

Hoje, esta situação terminou. Como já vimos nos capítulos precedentes, as forças antagonicas se organizaram. Fixaram seus objetivos, escolheram suas táticas e meios de ação.

O patrão não tem mais a ver somente com alguns operários, e os operários não têm mais diante deles um patrão isolado. São forças, potências, às vezes desiguais, mas sempre temíveis, que se confrontam constantemente.

Para *sistematizar* sua ação, as forças sociais, capitalistas e operárias, procuram estabelecer uma doutrina clara, definir objetivos precisos, indicar meios de ação únicos.

Vimos como a forma de luta de classes, preconizada e empregada pelos democratas sociais burgueses junta-se, forçosamente, num dado momento, à outra forma de luta: a verdadeira luta de classes.

Na realidade, a primeira nada mais é que uma expressão momentânea e necessária da segunda.

Os partidários da luta de classes, assim como os da colaboração de classes, escolheram como objetivo concreto de sua ação, e isto universalmente, a *racionalização*.

Sob este vocábulo bárbaro, eles agruparam todos os problemas que tocam à existência, ao equilíbrio, ao desenvolvimento do capitalismo sob o tríplice terreno econômico, político e social.

Eu não tenho a intenção de expor aqui, detalhadamente, o que é a “*racionalização*”. Para tratar desta questão, seria preciso consagrar-lhe pelo menos uma obra. Só posso dar, pois, sua definição e suas grandes linhas.

Se me refiro ao Sr. Julius Hirsch, professor

introdução da máquina na exploração que o empregava. Lá, onde havia dez ceifeiros, há uma ceifadeira; onde havia dez lavradores, há um trator; onde havia quarenta debulhadores, há uma debulhadora mecânica para várias fazendas; onde havia dez sulfatadores ou enxofradores, há um sulfatador ou um enxofrador munido de uma máquina que permite um rendimento superior, etc ...

Expulso da Terra pela máquina, o camponês dirigiu-se à cidade. Só poderá retornar ao campo após a supressão da propriedade individual e a instauração da propriedade coletiva, que permitirá valorizar todas as terras, e não algumas dentre elas: *aquelas que mais rendem*. Só permanecem na terra aqueles que podem nela viver. Os outros a deixam, sem esperança nem possibilidade de retorno.

O retorno à terra não pode constituir um remédio ao desemprego. Não é sequer um paliativo. É, quando muito, um efeito de tribuna, e nada mais.

Como é fácil perceber, o capitalismo sabe tirar proveito de tudo, mesmo dos defeitos de seu sistema.

É assim que de sua incapacidade de adaptar, na prática, o progresso, de seguir o ritmo deste, na aplicação industrial, ele soube fazer uma arma para si, da qual extrai o máximo de resultados.

Esta arma de defesa e de ataque, sobretudo de ataque, ele a maneja com uma segurança, uma habilidade, uma conveniência que dizem muito sobre a experiência daqueles que comandam e dirigem a ação patronal.

Assim também, em presença de tais adversários, cujos objetivos são agora conhecidos, o proletariado não deve mais hesitar.

Ele deve se afirmar como o adversário irreductível da *"racionalização"*, que só pode servir ao capitalismo.

Para lutar contra o capitalismo "concentrado" de nossa época, o sindicalismo deve começar por fazer sua própria *racionalização*, no plano nacional, industrial e internacional, e dar à palavra *solidariedade* seu verdadeiro sentido.

O futuro pertencerá à força social, operária ou capitalista, que souber se organizar o mais sólida e rapidamente possível.

Se os operários o quiserem, pode ser o proletariado.

### **A ação da classe operária, sua tática e seus objetivos**

A ausência de interesse geral e a impossibilidade para as forças sociais rivais de se entenderem e de colaborarem, impõem o proletariado o dever de ter sua ação específica de classe e a obrigação de lutar sem trégua contra o capitalismo.

Com efeito, se a luta de classes "variada" que caracteriza a atividade incessante da burguesia tem por objetivo, como já indiquei no início deste capítulo, *conservar, consolidar e desenvolver* os privilégios capitalistas, reforçando a ordem social atual, não há dúvida que o mesmo método, empregado em plano diametralmente

oposto, deve tender a destruir estes privilégios e a abolir a ordem social que os engendra.

O capitalismo – senhor do momento, não o esqueçamos – tornando impossível qualquer acordo entre os indivíduos, proíbe ao proletariado qualquer colaboração honesta com ele para o bem coletivo. Ao pretender chamar o proletariado a colaborar com ele, em seu único proveito, concedendo-lhes apenas vantagens tão ilusórias quanto momentâneas, ele próprio determina o caráter forçado da ação do proletariado.

É uma constatação que tem seu valor. Convém fazê-la aparecer para situar historicamente as verdadeiras responsabilidades sociais das classes em luta e legitimar a atitude do proletariado neste conflito permanente, neste duelo implacável, nesta luta incessante e desigual, pelo número e pelos meios de que dispõem os adversários, revolução social é o resultado inelutável.

Quer se queira ou não, uma minoria ínfima e destituída de escrúpulos, vexa, oprime e explora, há séculos, uma enorme maioria.

Como fazer cessar isto? Tal é o verdadeiro problema social.

É preciso que a causa desta minoria seja má para que seus advogados, que são homens inteligentes e instruídos, que se afirmam freqüentemente bons e generosos, sejam obrigados a colocar tanto ardor, empregar todos os recursos do casuísmo para recorrer, em definitivo, à perpétua mentira para defendê-la?

A verdade é que esta causa é absolutamente indefensável e eles o sabem; mas se trata, para eles, de reprimir a marcha do progresso,

de preservar o edifício que os abriga, salvaguardar, – mesmo pela força – o regime que faz, deles, privilegiados.

E para isto, estão prontos a tudo. Ceder verdadeiramente uma parcela de sua autoridade e de seu bem-estar, aumentar por pouco que seja a felicidade da multidão, aparece-lhes como uma capitulação abominável e vergonhosa, um crime para com eles próprios.

Mas então, se eles possuem realmente tais sentimentos – e é absolutamente certo – se estimam lógica uma tal atitude, como podem achar ilógica esta outra atitude da maioria que, mais humana, visa instaurar a igualdade social, fazer de todo homem o igual de seu semelhante, proclamando a igual nobreza das funções e a idêntica utilidade de cada uma delas?

Se afirmativo, que esta minoria, que comete todos os crimes desde os tempos mais remotos, cesse de choramingar como uma criança de quem um "perverso" quer tomar sua fatia de pão, porque, consciente de seus direitos, a maioria é obrigada, apesar dela, a recorrer aos métodos de luta que seu adversário emprega, para restabelecer um equilíbrio fraudulosa e violentamente rompido.

O proletariado não possui a escolha dos meios. Sua atitude lhe é ditada pela do capitalismo. À violência organizada e sistematizada, é obrigado a responder pela violência organizada e sistematizada; à força, é obrigado a opor a força, esta parteira tradicional das Sociedades.

E assim será até que a classe adversa aceite sua derrota, reconheça que seus privilégios injustos devem chegar ao fim, que a igual-

dade social é a única capaz de dar origem a um interesse geral verdadeiro.

A missão histórica do proletariado está, portanto, bem traçada, e seu meio de luta bem indicado.

Pela força das coisas, *segundo a vontade de seu adversário*, a classe operária é obrigada a fazer tender todos seus *esforços para o desaparecimento das classes* e, para alcançar este resultado, praticar a luta de classes que pode, somente ela, permitir-lhe abater um adversário que só capitulará diante de uma força superior à sua. Quando o raciocínio se revela impotente e a inteligência se rebela, é preciso fazer intervir a força, quer isto agrade ou desagrade.

Em conseqüência, o proletariado, assim como o capitalismo, deve estabelecer seu sistema de defesa e de ataque, elaborar seus planos destrutivo e construtivo, agrupar todos os elementos do problema que se propõe resolver em sua vantagem e organizar suas forças, levando em conta, ao mesmo tempo, o objetivo a atingir e as modificações constantes que seu adversário aporta à sua estrutura e à sua ação.

É totalmente claro, hoje, que a primeira tarefa do proletariado consiste em *racionalizar* inicialmente sua própria organização interior, e isto em *escala internacional*, se quiser lutar com chances de sucesso contra o capitalismo. É preciso, pois, *unificar* sua organização no plano mundial, sem cessar, para isto, de levar em consideração as necessidades de cada dia; é preciso estabelecer um princípio geral de organização para hoje, e também para amanhã; é preciso que ele esteja em condição de opor, às formações

capitalistas modernas, formações sindicais de mesma natureza. De outra forma, qualquer luta será vã. O fracasso será certo, de antemão.

Assim como se deve estabelecer e *aplicar* um princípio geral de organização, é preciso *escolher*, adotar e exprimir um princípio geral de propaganda e de ação.

Com efeito, até agora se contentou com uma propaganda disparatada e confusa, e, se frequentemente se falou de ação direta, pouco se preocupou em defini-la claramente.

Esta lacuna deve ser absolutamente preenchida e após ter exposto e comentado este princípio, convém aplicá-lo.

Enfim, é preciso estabelecer uma tática geral. A melhor parece consistir, no período pré-revolucionário atual, em procurar, em todas as questões que interessam diretamente o proletariado, aquelas que o tocam mais de perto, de uma maneira permanente, e ligá-las ao problema geral, lançando ousadamente os olhares para o futuro.

Feito isto, convém escolher os meios de propaganda e de ação mais apropriados para atingir os objetivos fixados.

Atualmente, três grandes reivindicações parecem de natureza a formar o programa geral de propaganda do proletariado universal; são: a redução da jornada de trabalho, o salário único, o controle sindical da produção. Estas três questões reunidas formam um programa *permanente e mundial*.

Sua realização comportará forçosamente um certo número de estratos que convém indicar

e representar, como tantos estágios de ação operária.

O importante será agir constantemente no mesmo sentido, "encadear" a ação levando em conta os acontecimentos, sem perder de vista, sequer um instante, os objetivos a atingir.

As três reivindicações supra-indicadas são completas.

A primeira: *a redução da jornada de trabalho*, permite atacar toda a tática patronal; estancar nitidamente a ofensiva capitalista; reduzir a nada seus esforços de reequilíbrio; impedir radicalmente a racionalização, privando-o de sua arma, *o desemprego*; tornar impossível, conseqüentemente, toda tentativa de instituição de uma nova ordem social destinada a garantir a segurança dos possuidores e do Estado.

Retirando do capitalismo a possibilidade de opor, *a qualquer momento*, o desempregado ao empregado, o proletariado pode, ele também, romper *a qualquer momento*, a ação de classe de seu adversário, pela reivindicação *permanente* da redução da jornada de trabalho. Mas é apenas uma reivindicação *defensiva*.

A segunda: *o salário único* tem por objetivo derrubar os princípios odiosos da *lei de bronze\**. Recusando ao patronato o direito de fixar o limite das necessidades dos trabalhadores, declarando que o trabalho não é uma mercadoria, estabelecendo desde agora a igual remuneração de todas as funções da qual ele proclama a idêntica utilidade, o proletariado inverterá todo o problema dos salários.

\* Nome dado por Lassale à lei que reduz, em regime capitalista, o salário do operário ao mínimo vital. N. do T.

O estudo necessário, que se fará sobre este assunto, indicará as razões materiais e morais que o sindicalismo tem para apresentar uma tal reivindicação, cujo alcance será compreendido, estou convencido disto.

A terceira reivindicação: *o controle sindical da produção*, é mais uma tarefa a realizar do que uma reivindicação a impor.

Sua realização depende, com efeito, exclusivamente do proletariado, de sua capacidade e de seu desejo de aplicação. Ela só toma o caráter de uma reivindicação em razão da luta que o patronato sustentará para impedir as organizações sindicais de exercerem, *sem seu consentimento*, o controle de suas empresas.

Ela é, em razão disto, a reivindicação ofensiva mais completa do proletariado.

É igualmente necessário consagrar-lhe um estudo especial. Encontrar-se-á no lugar que lhe é indicado.

O futuro e o presente estão estreitamente ligados. Da presente tática, do emprego judicioso que se fará dos meios de ação *atuais da classe operária*, de sua *aptidão em apresentar reivindicações concretas e completas dependerá, em definitivo, a salvação do proletariado*.

Que este último saiba bem que sua salvação só pode ser obra sua, que ele se lembre que a famosa fórmula da 1ª Internacional: "*a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores*" continua sendo a mais ardente atualidade. Que ele esteja bem convencido de que esta salvação ele deve prepará-la *minuciosamente*.

E sobretudo, que não creia sequer um úni-



co instante que a melhoria de seu bem-estar, sua libertação, serão a obra, por pouco que seja, de seu adversário, de suas instituições, desviadas um momento de seu objetivo, de sua razão de ser.

O senhor pode alongar a corrente ou dourar a coleira de seu escravo, não as suprime. Para se livrar delas, é preciso que ele próprio o faça.

Que o patronato e o governo, atualmente em dificuldade, procurem adormecer *o sentido de classe* do proletariado, chamando este último a colaborar com eles em organismos permanentes criados pelo capitalismo e pelo Estado, para sua salvação, é normal. É mesmo ainda mais normal que esta colaboração – que só será, apesar de tudo, momentânea e condicionada – seja, em suma, como já disse, a forma *mais hábil* da luta de classes.

Mas o que não se pode compreender é que líderes operários, mais desejosos de representar o papel de homem de Estado do que preocupados com os interesses de seus mandatos, consagrem toda sua atividade em salvar o regime capitalista – que dizem compuscar – e, ao mesmo tempo, assegurar a escravidão de seus camaradas operários e camponeses.

Rejeitando para longe dele uma tal concepção da luta social, o sindicalismo revolucionário não tem nem um homem nem um instante a dar ao capitalismo.

Ele conserva todos seus conhecimentos, toda sua razão, toda sua atividade, toda sua inteligência para abolir a propriedade individual, base do poder atual e da exploração humana,

para destruir o Estado, conseqüência forçada dos regimes autoritários.

Posicionado com todas suas forças diante de seu implacável inimigo, não poderia em nenhum momento *pactuar, fazer um "trecho do caminho com ele"*, esquecer seu destino e sua missão, trair a confiança nele depositada.

À luta de classes praticada pelo capitalismo, em todos os tempos e lugares, ele só pode, na realidade, opor a luta de classes; ao poderio capitalista organizado, só pode opor, ainda e sempre, o poderio operário mais fortemente, mais sistematicamente organizado se possível.

A implacável evolução, entravada pela conjugação de todas as forças capitalistas de exploração, prosseguirá apesar de tudo.

Mas só se realizará pela revolução social, tornada inevitável pelo capitalismo e não pelo entendimento impossível das classes.

Visto que o capitalismo quer absolutamente que ele seja assim, que cesse de reclamar deste estado de coisas e de *"lamentar a paz social"*. Que ele tenha pelo menos a coragem de sua atitude e não se disponha a gemer, a suscitar em caso de fracasso, uma piedade que lhe será recusada, em nome de seus próprios princípios.

### **Sem a revolução, a transformação social impossível**

A teoria da evolução sem revolução é a mais velha das idéias reformistas. Nunca teve, entretanto, mais crédito do que hoje, em certos meios. Foi ela que deu origem à doutrina relati-

vamente recente do interesse geral. Está na base desta concepção tão perigosa – somente para o proletariado – que é a colaboração de classes.

Ela faz, portanto, parte integrante de um sistema social completo, do qual incumbi-me de mostrar toda a nocividade e de pronunciar a condenação.

As demonstrações já feitas, no que concerne ao interesse geral e à colaboração de classes, deram-me o direito de declarar que não há, em regime capitalista, interesse geral e que a colaboração de classes representa, para o proletariado, o pior perigo.

Vejamos, agora, com toda boa fé, se, apesar disso, a transformação social pode se efetuar por uma evolução que não comportaria em seu curso nenhum movimento brusco, que não necessitaria em nenhum momento da intervenção da revolução.

Se assim fosse, *seria, evidentemente, criminoso fazer a revolução pela revolução*, e o proletariado carregaria uma responsabilidade bem pesada se, passando além das repreensões que lhe são prodigalizadas pelos democratas-sociais burgueses e operários, todos realistas “fervorosos”; recorresse, todavia, à revolução, quando seria possível fazer economia disso.

Qual é a tese daqueles que sustentam que a evolução pode se efetuar sem que a revolução intervenha?

Segundo eles, não se deveria precipitar a marcha do progresso violentando o regime capitalista. Querer acelerar o ritmo da evolução é, afirmam, contrário à ordem natural, e os homens, concluem, só realizam, em todos os períodos de

sua história, em função de sua compreensão e de suas capacidades.

Assim apresentada, esta teoria é admissível. É, portanto, impossível erguer-se contra ela, e se, na prática, fosse assim, somente os loucos poderiam arriscar-se a atacá-la.

Infelizmente para seus defensores, por hábeis e qualificados que sejam, esta doutrina não recebe a consagração que lhe falta: *a dos fatos*. Com efeito, a cada dia, os atos daqueles mesmos que a apóiam, com brio, pela escrita e pela oratória, vêm infligir-lhe os mais veementes desmentidos.

De minha parte, aceitaria de bom grado esta definição da evolução. Seria para mim agradável que a evolução pudesse se realizar normalmente, sem choque, sem violência, segundo a ordem natural, seguindo o grau dos conhecimentos adquiridos, em todos os domínios, pelos indivíduos que vivem numa dada época. O quê, de mais racional, com efeito?

Entretanto, para que eu aceite, *neste momento*, o que precede, é necessário que me provevem que nada se opõe a que seja assim. Se me demonstram que o progresso não está entravado em sua marcha, que ele corresponde às descobertas científicas; que está inscrito na “legalidade” tão logo se impõe; que a ordem social corresponde bem às possibilidades do momento; que o melhor é sempre realizado para o bem e no interesse de todos; que a preocupação constante e dominante do patronato e do Estado é assegurar a todos os homens o máximo de bem-estar e de liberdade, declararei imediatamente, com toda consciência, que a transformação so-

cial pode e deve ser a obra da evolução, sem o socorro da revolução.

Não hesito em afirmar que não temo que alguém faça esta demonstração. Ela é impossível. Não será feita sob este regime.

Ninguém está em condições – quaisquer que sejam as fontes que o casuísmo forneça aos belos espíritos – de provar que o capitalismo não barra o caminho ao progresso de um modo sistemático e permanente, cada vez que arrisca, por pouco que seja, colocar em perigo seus interesses e privilégios, mesmo se deve servir imediatamente o interesse de todos: este interesse geral que o capitalismo ataca com a mesma força que o invoca.

Seja no domínio material, moral ou científico, o capitalismo esforça-se sempre por obstruir a marcha para a frente ou aplicar para o mal as mais belas descobertas científicas, que jamais hesita, por sinal, em utilizar contra a vida dos trabalhadores.

Contestar-se-á, por exemplo, que todas as leis sociais que “legalizam” o esforço do proletariado e referem-se aos salários, aos seguros sociais, às aposentadorias, às condições de higiene, à jornada de trabalho, sempre encontraram, contra elas, para combatê-las ferozmente, todos os defensores parlamentares, todos os capitalistas e seus agentes de todos os tipos?

Pode-se citar um exemplo, um único, de uma lei social votada por proposta do patronato?

É necessário ascender à época ateniense ou romana para demonstrar que o senhor sempre se opôs sistematicamente ao progresso? Não creio.

O sufrágio universal – qualquer que seja o valor que lhe atribuímos – e o ensino público, são conquistas devidas à ação altruísta da burguesia?

E as descobertas científicas? São elas sempre aplicadas no interesse geral? Não se entrava, não se retarda tanto quanto seja possível a aplicação de tudo o que pode servir à coletividade, tudo o que pode aumentar seu bem-estar? Não se reservam somente os privilegiados os meios de locomoção confortáveis e práticos à medida de sua descoberta? O conforto, em todas suas aplicações, não é somente o apanágio dos ricos?

Enfim, não se utilizam para as ações de morte as mais belas invenções do homem? É bem inútil, acredito, por citar exemplos.

Na verdade, o progresso só avança com muita dificuldade, por grandes esforços violentos, do qual cada um derruba um dos obstáculos erigidos em seu caminho pelo capitalismo, que é e só pode ser reacionário por definição e por necessidade vital.

Assim como os governos, por sua atitude, tomam qualquer acordo impossível entre os povos – que fazem com que lutem entre si por mitos ou interesses que lhes são estranhos, em nome da evolução, sem dúvida – os capitalistas, por suas pretensões, impedem qualquer conciliação entre as classes. Uns e outros são responsáveis pelos conflitos que ensangüentam o mundo e que opõem, uma à outra, as classes sociais, tendo por consequência as revoluções.

Assim como não se pode parar o curso de um rio, não se pode, quaisquer que sejam os

meios aplicados, parar indefinidamente a evolução do progresso.

Aprisionando-o no aparelho "legal", pretendendo canalizá-lo e aplicá-lo unicamente em seu proveito, retardando ao máximo possível as aplicações que poderiam ser feitas imediatamente, opondo-se às realizações que se impõem e às transformações indispensáveis cuja hora chegou, o regime burguês tenta, a cada dia, barrar obstinadamente o caminho ao progresso, em todos os domínios.

Todos seus esforços permanecerão, felizmente, vãos. Assim como o rio rompe os diques que o represam e paralisam seu escoamento, o progresso derrubará todos os obstáculos. Ele passará porque é a lei inflexível da evolução, mas passará usando a violência, fazendo intervir, chegado o momento, a revolução.

Já é tempo de definir aqui o que é realmente a revolução, esta revolução da qual a burguesia soube fazer um espantinho, mesmo para um grande número de operários e camponeses.

A revolução nada mais é, todavia, senão um brutal acidente que marca o ponto final de um período de evolução levado a seu termo, e o começo de um outro período de evolução no sentido de mais liberdade e de bem-estar.

Por que há revolução? Porque estrangulado o progresso, para abrir um caminho para si, é obrigado a derrubar os obstáculos acumulados por uma classe social cujos interesses são ameaçados.

Que se suprimam estes obstáculos, esta oposição de uma minoria criminoso e parasitária,

sanguinária quando a ocasião se apresenta, e a revolução se tomará absolutamente inútil.

Ao esperar, que ninguém se surpreenda que esta revolução seja tanto mais violenta quanto mais numerosos e difíceis a serem superados forem os obstáculos.

É, portanto, um erro – e um erro desejado por aqueles que têm interesse em propagar – dizer que o proletariado, por mau instinto, se compraz na violência, que "o leão popular", está sempre ávido de sangue burguês.

Se o proletariado emprega a violência – muito tardiamente, às vezes – é unicamente porque seu adversário o leva a isso. Se o "leão popular" faz derramar o sangue da burguesia, é porque esta, por suas exações, seus crimes e sua imbecilidade, provocou esta réplica dos trabalhadores, levados ao limite da paciência. Tão brutal quanto seja a reação do proletariado, ela é incontestavelmente e sempre justificada pela conduta da burguesia.

Por favor! Que esta última cesse de berrar, ao mínimo arranhão, ela que permanece insensível às reclamações de suas vítimas quando humilha e oprime, aprisiona e mata.

Que ela se lembre bem, antes de condenar a violência necessária de um dia ou de um momento, os séculos de dominação e de pilhagem que asseguraram seu poderio nefasto.

Se a burguesia quer a paz social, se possui verdadeiramente horror pela violência, se quer evitar a revolução, nada mais fácil. Basta-lhe – mas é preciso fazê-lo – renunciar à sua hegemonia de classe, condenar as guerras, realizar a verdadeira humanidade sacrificando-lhe tudo o

que incita governantes e possuidores a agir como o fazem.

Se o capitalismo estiver decidido a fazer estes sacrifícios indispensáveis, a Unidade humana será, amanhã, uma realidade viva, a evolução se realizará sem entraves e as revoluções terão passado.

Infelizmente, não será assim. O capitalismo só cederá pela força; o progresso só avançará, em seu caminho difícil, pela violência. As revoluções permanecerão como forças necessárias para efetuar os partos laboriosos do progresso. Elas permanecerão indispensáveis pelo tempo que a gestação ultrapassar o termo, e a realização do bem-estar e da liberdade for retardada por uma ínfima minoria de indivíduos privilegiados, que têm por pretensão reservar para si todas as alegrias deste mundo.

Como se vê, a revolução nada mais é, na realidade, senão o ato violento, mas necessário, que acelera e precipita, chegado o momento, a marcha de uma evolução muito lenta, por ter sido retardada muito tempo pela força.

Ela não é, como se comprazem em proclamá-lo os historiadores e sociólogos burgueses pagos pelo capitalismo que os nutre, algo de estúpido e inutilmente sanguinário, mítico, sequer místico.

Ela está, exatamente, para a evolução, o que a erupção está para o vulcão.

Todavia, é mais fácil evitar a revolução do que impedir a erupção vulcânica. Basta, para isto, que os homens reconheçam um igual em cada um deles; que o homem cesse de ser um lobo para o homem; que desapareçam os regimes

de opressão e de autoridade e que a solidariedade e a ajuda mútua tornem-se as bases morais da nova ordem social.

Não nos enganemos, todavia. Tenhamos em mente que este resultado só será alcançado após a derrubada brutal do atual regime pela *revolução social*, a única, a verdadeira.

Ninguém possui o poder, no atual estado de coisas, de evitar isto, visto que aqueles que podem não querem fazê-lo; pior para eles. Terão a reclamar somente deles mesmos.

Só se pode desejar uma única coisa, que esta revolução seja bastante completa para ser a *última*.

Os adeptos do interesse geral, os partidários da colaboração de classes, da evolução sem revolução e da transformação social pela via da reforma, que apóiam estas idéias em nome do capitalismo, por assim dizer, democrata, sabem a que se limitar. Estejam certos que no dia da revolução eles não aparecerão em suas janelas para vê-la passar. Estarão nas fileiras opostas, com sua classe.

Quanto aos defensores operários destas mesmas idéias, faço votos de que finalmente vejam com clareza, e que, desta vez, como *verdadeiros realistas*, reintegrem o quanto antes sua classe de origem, para lutar ao seu lado, em seu seio, para a libertação do proletariado.

### **Quem será o artesão da transformação social?**

Agora, uma breve recapitulação se impõe. Vimos sucessivamente que o interesse geral, em



## PROJETO DE INICIATIVA POPULAR DE REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS

*Por um sistema político identificado com as reivindicações do povo*

### INTRODUÇÃO

O povo brasileiro obteve importantes avanços políticos, econômicos, sociais, ambientais e na luta contra todo tipo de discriminação. Todavia persistem graves problemas a serem resolvidos. Eles se expressam, de forma aguda, na crise urbana, na baixa qualidade do transporte público das grandes cidades, na violência crescente, na carência de esporte e lazer para a juventude, na deficiência da educação, na precariedade da saúde pública, na falta de terras para os trabalhadores sem-terra, entre outros tantos problemas.

E por que tais antigos problemas não são resolvidos? Porque a solução delas depende da aprovação de um conjunto de reformas, entre as quais, a reforma urbana, reforma agrária, reforma tributária e democratização dos meios de comunicação. E a aprovação destas reformas dependem da aprovação no Congresso.

Todavia a atual composição do Congresso Nacional impede que tais reformas sejam aprovadas. Isto porque ele representa os interesses da minoria da sociedade e as reivindicações da maior parte da população não são ouvidas. E isto só será possível com uma forte pressão popular sobre os congressistas.

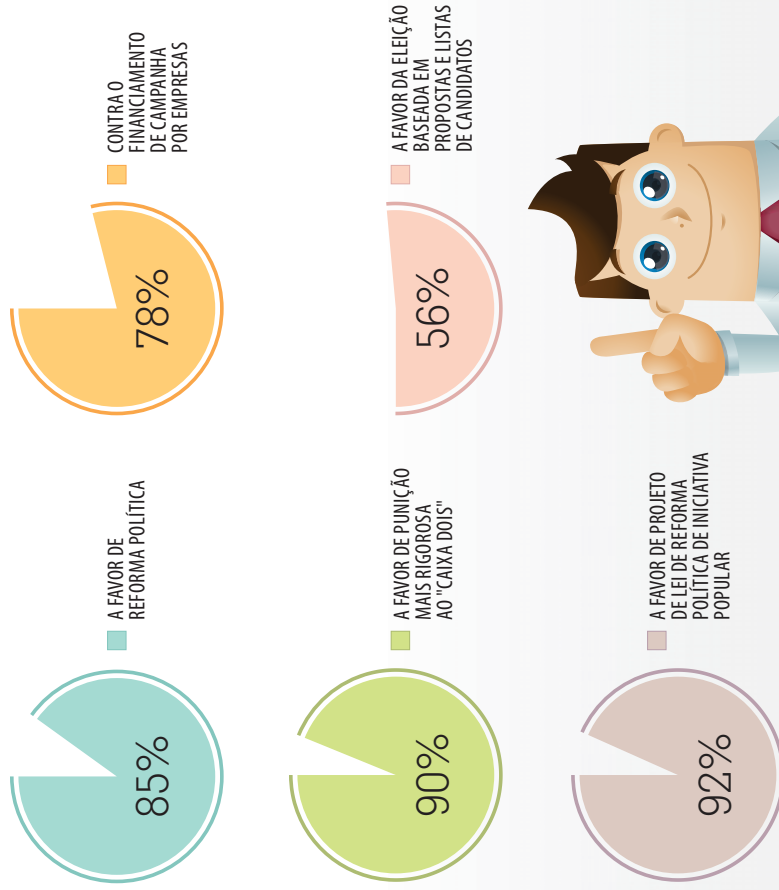
As manifestações de junho do ano passado trouxeram à luz do dia a crise de representação política que enfrentamos e evidenciou a necessidade de uma Reforma Política Democrática que erija um sistema de representação política mais identificada com a maioria da sociedade, capaz de ouvir as reivindicações das ruas e aprovar as reformas de que o País necessita.

Esta aspiração ficou expressa na pesquisa feita a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Seu resultado indicou que 85% dos entrevistados se manifestaram a favor de uma Reforma Política, 78% se manifestaram contra o financiamento de campanha por empresas, 90% apoiaram uma punição mais rigorosa ao “caixa dois” de campanha, 56% defenderam que a eleição seja feita em torno de propostas e listas de candidatos e 92% opinaram a favor de um projeto de lei de reforma política de iniciativa popular<sup>1</sup>.

A Reforma Política foi colocada, definitivamente, na pauta política deste ano em virtude da votação em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do financiamento de campanhas eleitorais por empresas. Quatro ministros já se manifestaram pela inconstitucionalidade e a avaliação é

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.oab.org.br/noticia/26475/pesquisa-78-dos-brasileiros-rejeita-verba-de-empresas-em-campanhas>

## REFORMA POLÍTICA



Fonte: OMB

de que o STF sinaliza que deverá aprovar esta medida. Isto levou ao anúncio de proposta de votação de uma reforma política antidemocrática. Cabe ressaltar que se trata de alternativa que se contrapõe a uma Reforma Política Democrática ao propor a constitucionalização do financiamento de campanha por empresas na contramão das reivindicações populares e da tendência do STF.

Todavia o problema reside em aprovar uma Reforma Política capaz de construir um sistema político mais democrático e representativo no País. No entanto existem várias alternativas colocadas, sendo que elas são polarizadas em torno de duas vertentes. As que pretendem ampliar a participação popular nas esferas de poder. Outras que visam reduzir esta representação para assegurar a "governabilidade" das elites.

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas defende uma proposta visando a ampliação da participação popular nas instâncias de poder. Existe um grande número de problemas em nosso sistema eleitoral que necessita de mudanças. Todavia a Coalizão optou por elaborar um projeto voltado para as questões estruturantes, para uma Reforma Política Democrática que pudesse ser aprovado sem necessidade de emendas constitucionais.

Para a Coalizão não há como avançar no processo democrático sem enfrentar quatro problemas estruturantes do sistema político brasileiro, a saber: 1) o financiamento de campanhas por empresas e a consequente corrupção eleitoral; 2) o sistema eleitoral proporcional de lista aberta de candidatos; 3) a sub-representação das mulheres; 4) a deficiente regulamentação dos mecanismos da democracia direta.

## 7 CONCLUSÕES

Norberto Bobbio, Cientista Político Italiano, fez cáustica crítica às correntes que, a pretexto de reduzir o papel do estado, na verdade fragilizam a democracia, afirmando “Pode-se descrever sinteticamente este despertar do liberalismo através da seguinte progressão ou (regressão) histórica: a ofensiva dos liberais voltou-se historicamente contra o socialismo, seu natural adversário na versão coletivista (que de resto o mais autêntico) ; nestes últimos anos, voltou-se contra o estado do bem-estar social, isto é a versão atenuada (segundo uma parte da esquerda também falsificada); agora é atacada a democracia, pura e simplesmente. A insídia é grave”.

Expressão deste ataque à democracia têm sido as críticas generalizadas aos partidos políticos, aos políticos e às organizações sociais, pois não existe democracia sem estas instituições.

A crítica democrática ao atual sistema político deve ser acompanhada de propostas tendentes a fortalecer e não fragilizar os partidos, a política e os movimentos sociais.

E isto só é possível com fim do financiamento de campanhas por empresa, fator determinante da degradação da democracia brasileira e com a adoção de um sistema eleitoral que conduza os partidos políticos a uma definição programática sem a qual não obterão os votos necessários para assegurar sua representação política. A estas propostas o Projeto inclui, também, a paridade de gênero nas eleições proporcionais e o fortalecimento dos institutos da democracia direta. Este é o conteúdo do Projeto de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas da Coalizão.

Porém a aprovação de uma Reforma Política Democrática, que amplie a participação popular nas instâncias de poder encontra forte resistência no Congresso Nacional. No entanto a experiência política tem demonstrado que com uma forte pressão popular é possível obter conquistas no parlamento. Tal fato ocorreu na Constituinte e na aprovação do Projeto da Ficha Limpa. Mais

recentemente a proposta de voto aberto para a cassação de parlamentares, que ficou vários anos engavetada, terminou sendo aprovada.

Para assegurar o avanço político do País com a aprovação de uma Reforma Política Democrática, a Coalizão desenvolve iniciativas visando unificar amplos setores da sociedade. Esta união se tornou possível pelo conteúdo da proposta apresentada e pela força política e moral das entidades e movimentos sociais que compõem a Coalizão. Por isto mesmo a fase inicial desta campanha tem conquistado expressivo apoio dos mais diferentes segmentos da sociedade.

A consciência democrática da sociedade brasileira impõe unificar suas forças em torno de uma proposta que, no fundamental, dá resposta aos mais graves problemas do atual sistema político brasileiro. Neste momento o que está em jogo não são interesses particularistas, mas a possibilidade concreta de um grande avanço no processo de democratização da sociedade brasileira.

Diante da iminência da aprovação de uma Reforma Política que venha limitar mais ainda nossa democracia, a Coalizão resolveu dar entrada, na Câmara Federal, ao seu Projeto de Iniciativa Popular que recebeu o nº6315/2013.

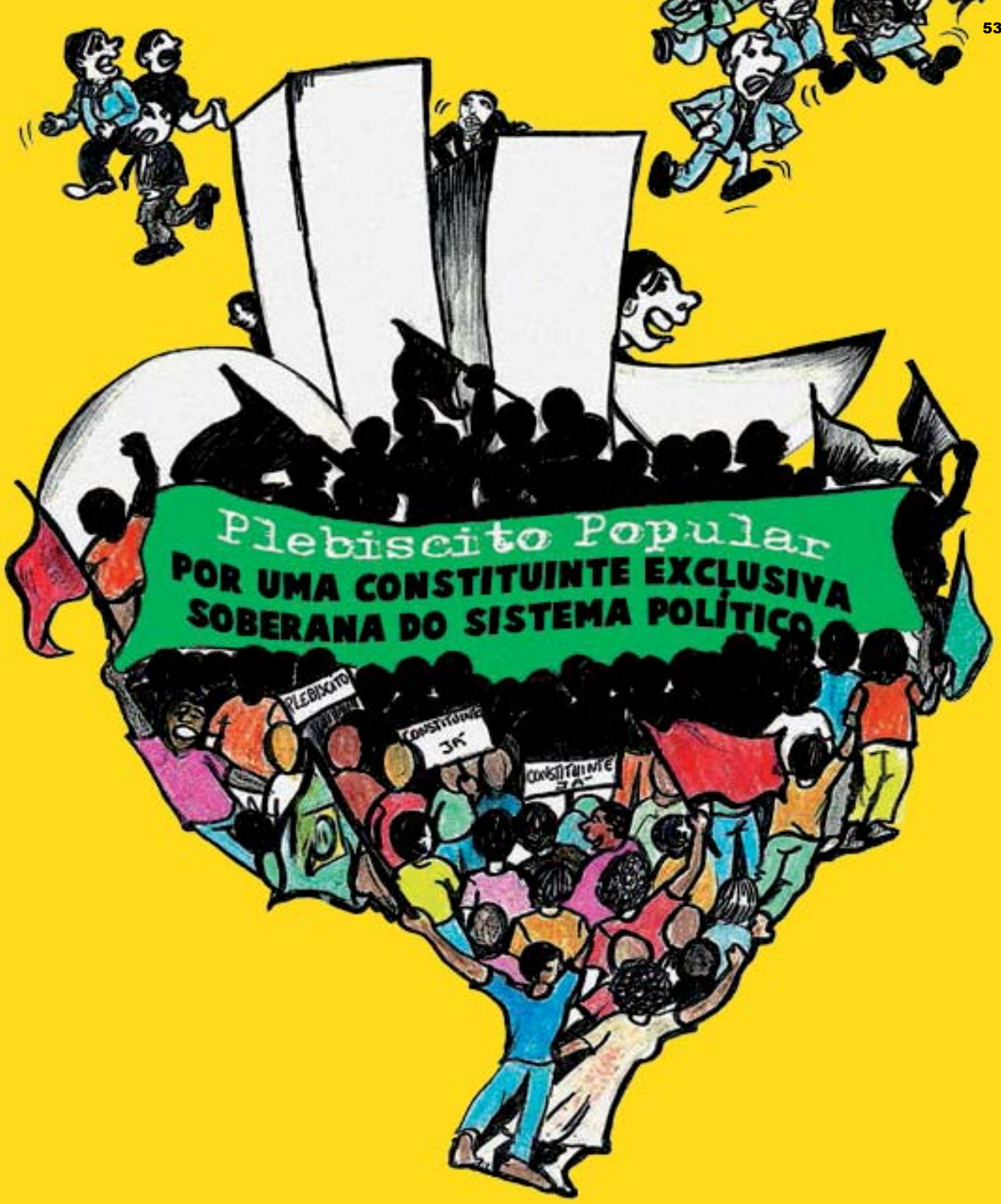
O caráter de Iniciativa Popular do projeto está no seu conteúdo, no fato desta proposta brotar da sociedade civil. A coleta das assinaturas continua sendo indispensável como parte decisiva da pressão popular necessária para sua aprovação.

A aprovação do Projeto de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas depende de seu engajamento nesta luta. Depende do engajamento de todos e cada um brasileiro. Não perca a oportunidade de contribuir, de fato, com o aperfeiçoamento da forma de fazer política, pois

**SUA ASSINATURA VAI VIRAR LEI.**







# CARTILHA PLEBISCITO CONSTITUINTE

2ª edição

## Caminho para avançar na democratização

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Será que é assim? Mas é desta forma que a nossa Constituição define o sistema político atual.

A Constituição afirma que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Contudo, nosso sistema político sempre serviu e é estruturado para atender interesses das elites políticas, econômicas, sociais e culturais.

O Brasil necessita de reformas estruturais que mudem o papel de suas instituições criando uma nova institucionalidade e que avancem na democratização. As reformas agrária, urbana, tributária, do Judiciário, da educação, da saúde, a democratização dos meios de comunicação e outras têm pouca ou nenhuma chance de avançar em um Congresso Nacional composto por parlamentares eleitos com o dinheiro dos empresários e que defendem interesses contrários ao da maioria do povo.

Portanto, a realização de uma reforma no sistema político é determinante para o avanço das demais reformas estruturantes, desde que calcada no interesse público acima do privado. Essa é a garantia para o amadurecimento definitivo das instituições democráticas brasileiras.

As mudanças políticas não devem servir apenas para buscar soluções ligeiras ou contornar uma conjuntura momentânea. Mas sim assegurar a participação de todo o povo - por meio da formulação de leis, decisões e mecanismo de participação popular - e dos movimentos sociais nas decisões de políticas públicas. A reforma não pode se restringir a uma mudança político-eleitoral. É essencial que seja mais abrangente, democrática e participativa e, assim, consolide as bases para uma nação com plena democracia.

Ainda, quando falamos em sistema político, não estamos falando apenas do aspecto eleitoral, mas sim de todos os processos e instituições que de uma forma ou outra exercem poder sobre os espaços de decisão e nas vidas das pessoas.

## Propostas sairão de dois eixos principais

A realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político brasileiro precisa se debruçar em construir propostas a partir de dois grandes eixos: o primeiro é o aperfeiçoamento da democracia representativa, com a reforma do sistema eleitoral; e o segundo dá conta do fortalecimento da democracia direta e participativa, com controle social.

Somente com a articulação desses dois eixos, poderemos obter avanços significativos nas reformas que defendemos, criando novas institucionalidades democráticas nas quais a soberania popular realmente seja a fonte do poder.



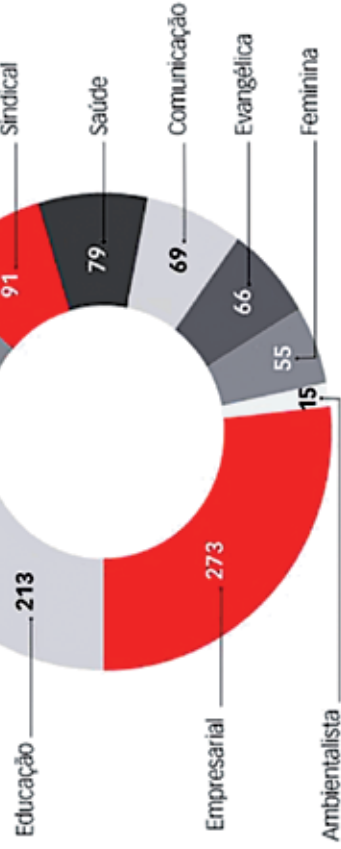
## Aperfeiçoar a democracia representativa

O sistema eleitoral é marcado por uma profunda distorção da realidade brasileira. Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Se os trabalhadores e trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

As mudanças no sistema eleitoral devem enfrentar e alterar os mecanismos que mantêm esses setores excluídos dos espaços de poder e de decisão. Para atingir esse objetivo, são necessários três elementos centrais: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.

### O Congresso por representação

Empresários têm três vezes mais representantes que sindicalistas



Fonte: Diap

## Enfrentar o poder econômico

Só teremos avanços na proposta da reforma política se esta questionar o atual modelo de financiamento privado de campanhas. Será que alguém acredita realmente que um empresário ao doar cem ou duzentos mil reais a uma campanha política o faz por querer “um país melhor”? Não espera ou até mesmo exige nada em troca? Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos.

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha. Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Como é hoje, uma liderança popular sempre sai em desvantagem na disputa eleitoral, pois no atual sistema as eleições passaram a ser um grande negócio.

### Gastos Médios Dos Candidatos Nas Campanhas

Candidatos	Gasto em 2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

## A sub-representação da juventude

Para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então afastados. Democratizar os espaços de poder é tornar a política mais acessível e menos excludente.

O número total de jovens entre 15 e 24 anos no País supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto do total da população brasileira, conforme dados do IBGE do Censo 2010. O número de jovens cresceu 19,5% desde o levantamento anterior, em 2002, que apontou 33,8 milhões. Os jovens são 40% do eleitorado no País (de 16 a 35 anos), mas menos de 3% no Congresso Nacional.

Não queremos a “inclusão” nesta ordem que aí está. Queremos mudar esta ordem. Queremos construir uma outra institucionalidade.

Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcalismo a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar. Lembrando que o nosso sistema político oriundo da Constituição de 1988 não rompeu com várias amarras criadas na ditadura.



## A participação social Fortalecimento da democracia direta

Há uma urgente necessidade de reformar o poder do Estado para democratizar as formas de exercê-lo e ampliar as alternativas de submetê-lo ao controle popular. Também aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, no que se refere ao processo de elaboração e execução do orçamento, para aumentar a transparência e reduzir as vulnerabilidades que levam a distorções na aplicação dos recursos públicos.

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento de políticas.

A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais à vida dos/as brasileiros/as precisa deixar de ser uma excepcionalidade. É preciso também democratizar as regras para validação de projetos de lei de iniciativa popular.

Um dos instrumentos para fortalecer a democracia direta é o povo ter o poder de convocar plebiscitos e referendos (hoje só o Congresso pode fazer isso) e definir que sobre determinados temas somente o povo pode decidir, por meio desses instrumentos. Por exemplo: limite da propriedade da terra, privatizações, leilões de riquezas estratégicas, grandes obras e eventos.

relação a elas. Implica o embate com as correntes reformistas, leva, necessariamente, a elucidar pontos de vista teóricos, e a crítica das raízes sociais e ideológicas da própria concepção foquista. Retornaremos a este tema.

2. **O desenvolvimento das condições políticas e principalmente o das condições ideológicas, não deriva da atividade da guerrilha nos termos bastante mecânicos previstos pelo foquismo.** A atividade do foco armado não foi evidenciada como uma substituição adequada, nem sequer como uma substituição possível e viável da atividade de partido. Esta insuficiência salta a vista na medida em que a luta se prolonga. As respostas políticas, tanto das classes dominantes como das dominadas, não se ajustam às previsões demasiado esquemáticas e retilíneas do foquismo. É evidente que pesou sobre esta concepção uma perspectiva desasiada do simplista da estrutura e funcionamento dos níveis político e ideológico, cuja importância, notoriamente se subestimou. Superestimou-se, por outro lado, notoriamente, a possibilidade de forçar pelas armas a transformação das condições políticas e da mentalidade, crenças, das pessoas. O retardamento no avanço das chamadas condições subjetivas seguiu pesando, produzindo frequentemente, o isolamento do foco rural, e criando assim, as condições de seu aniquilamento.
3. **O rechaço da possibilidade de uma guerrilha urbana e a exclusividade reclamada para a guerrilha rural** é coisa julgada pelos fatos. Existiu e existe uma ampla prática de luta armada urbana. Inclusive é notório que é esta última que vem adquirindo na América Latina e ainda a nível mundial, um maior desenvolvimento.
4. **A mecânica acumulativa e ascendente de ação-repressão, que conduziria a uma polarização favorável de forças, generalizando e isolando a repressão e desenvolvendo e arraigando o foco, não se dá habitualmente.** A repressão tem aprendido a manter sua seletividade, as classes dominantes podem e sabem adotar contramedidas que travem e revertam esta dinâmica. Em sua estratégia, a atividade de contrarrevolucionária do reformismo e o manejo dos velhos mitos ideológicos do liberalismo burguês, (as eleições, a legalidade, etc.) têm jogado um papel de uma importância que o foquismo não previu.

### III – A NECESSIDADE DA ESTRATÉGIA MILITAR REVOLUCIONÁRIA

A influência da concepção foquista pode imputar-se a maioria dos fracassos experimentados nos anos posteriores ao triunfo da Revolução Cubana. Não foi a luta armada o que fracassou, o que fracassou claramente foram as expectativas de curto prazo que o foquismo favorece. **Em meio destes fracassos é inegável - de qualquer modo - que a prática ampla da luta armada contribuiu decisivamente a modificar as pautas e características da ação política na América Latina.**

A prática armada modificou radicalmente a maneira de perceber e encarar os problemas da revolução. Levou a que fossem recolocados em termos concretos e precisos. Pós sobre o tapete com realidade e urgência, os temas relacionados com as formas concretas de alcançar com a violência, a destruição do poder burguês. **Desde então está aberto definitivamente o problema do método a empregar, para desenvolver a via armada da**

# COPEI

**POSIÇÃO ANARQUISTA SOBRE A LUTA ARMADA**

**Federação Anarquista Uruguiaia  
(1972)**

**Série**

**Biblioteca**

**Anarquista**

**VOL. 4**

**PUBLICAÇÕES  
UNTERA**

**revolução. O problema da estratégia militar revolucionária.** Tudo isto proporcionou uma revalorização do emprego, em todos os níveis, da violência revolucionária.

Da revolução faz várias décadas que se fala muito nestes países. Mas fazia tempo que pouco se fazia por ela de concreto. Nada se falava a respeito às formas concretas nas quais o processo revolucionário se moldaria. **Em geral o vazio que este problema sem previsível solução deixava, se alimentava com o mito da chamada “insurreição proletária” concebida em termos de um levante popular generalizado, com gente que saía em massa à rua, barricadas, etc.** Mito herdado do século passado e que a Comuna de Paris de 1871, o Outubro soviético ou o 18 de Julho catalão, atribuindo-lhe realidade, contribuíam para manter vivo na imaginação das pessoas.

Não se trata de que insurreições deste tipo não se possam fazer. Não se trata de que sejam, sob qualquer condição, impossíveis. O “cordobaço” de maio de 69 e jornadas similares em Roário, Tucumán e outras cidades, mostram de maneira mais que suficiente e com exemplos bem próximos, que a era das insurreições populares generalizadas, de rua, está muito longe de haver terminado. **O problema é quando a insurreição se converte em mito, um mito cômodo, oportunamente manejável, isolada da prática política concreta, habitual e cotidiana.** E isto é o que desde há muitos anos fazia e faz o reformismo. Isto é o que fez primeiro a social democracia dos velhos partidos socialistas, que terminou renunciando expressamente a violência, a insurreição e a revolução. Isto é o que fizeram e fazem os neossocialistas dos partidos comunistas que, todavia, falam de revolução enquanto fazem o possível para que ela não chegue.

O reformismo coloca a insurreição no céu dos ideais inalcançáveis. Exaltando-a verbalmente trata - nos fatos - de impedir que se prepare. **Neste desencontro, nesta incoerência entre sua prática política contrarrevolucionária e seu verbalismo sobre um desenlace insurrecional final, buscam fundamentar sua eterna afirmação de que “faltam condições” cada vez que se tenta fazer avançar o processo da luta política, aplicando meios não incluídos em seu muito limitado receituário.** Este se limita basicamente a duas coisas: a) no nível econômico da luta de classes, ação reivindicativa salarial, desenvolvida com o maior respeito pela “legalidade” burguesa e pacífica; b) no nível político, parlamentarismo, eleitoralismo, como forma de capitalizar politicamente os resultados da luta econômica. **Confinando sua prática a todos os níveis dentro dos marcos cada vez mais estreitos da legalidade burguesa, o reformismo cria as condições para sua integração cada vez maior no sistema.** Cria obstáculos e trata de impedir o desenvolvimento das condições para a destruição deste.

É óbvio que se o desígnio e projeto revolucionário não estão presentes guiando a prática cotidiana da luta em todos os níveis, nunca se processarão as condições para um desenlace revolucionário. **O sistema capitalista não será destruído seguindo as regras do jogo que ele mesmo constrói para assegurar sua continuidade. Esta continuidade é a que contribui para manter quem vem a fazer só o que a legalidade burguesa permite, ou seja, só o que a legalidade manejada pela burguesia, recomenda que se faça.** Por isto da linha reformista só pode surgir um reformismo cada vez maior, um retrocesso cada vez maior a respeito do famoso desenlace insurrecional que apontam para um “momento oportuno” indefinível. Por isto não podem formular, nem querem fazê-lo, nenhum lineamento

estratégico-militar.

Convertendo em mito a ideia da “insurreição proletária”, os reformistas a convertem em pretexto legitimador de sua prática contrarrevolucionária, tão útil ao sistema. Longe de representar uma alternativa oposta a este, apontada para destruí-lo, se converte na prática diária, nos fatos concretos e cotidianos, em uma maneira de “aperfeiçoá-lo”, de corrigi-lo em suas manifestações mais extremas e visíveis de injustiça.

Importa insistir sobre isto, porque o mito de uma inapreensível insurreição futura, súbita e milagrosamente surgida, sem que ninguém a prepare, como final paradoxal de uma prática ultrarrealista, é a contrapartida de outro mito arraigado: **o da invencibilidade da repressão.** “A revolução será possível quando haja condições” dizem os partidos comunistas e com eles todos os reformistas agregam “chegará então o dia da revolução”. “Mas os que antes deste dia violem as leis, empunhando as armas, serão fatalmente vencidos” afirmam. E a partir daí condenam sempre como “putchistas”, “aventureiros”, “proveitadores” a quem não se resigna a transitar pela via morta eleitoral, esperando este hipotético dia em que a revolução baixe milagrosamente do céu idealista no qual a aprisiona o discurso barato dos capituladores.

Esta absurda concepção, disfarçada com fraseologias pseudocientíficas, foi durante muito tempo a predominante na esquerda. Ante cada fracasso, ante cada derrota da revolução, se trata, outra vez, de reabilitá-la como um dogma inviolável. Ante cada triunfo da revolução trata-se de adotá-lo, trata-se de inventar pseudo-demonstrações de que na realidade a revolução avança aplicando as doutrinas... dos reformistas.

Mas apesar de seus inesgotáveis recursos “polêmicos” os reformistas não podem nem poderão destruir os fatos. **E é no terreno dos fatos onde se tem demonstrado a viabilidade da luta armada, já incorporada definitivamente à estratégia política das organizações revolucionárias.**

O problema vigente é o das características precisas que deve assumir em cada formação social, nacional ou regional, esta estratégia.

Não está sobre o tapete uma polémica em torno da adoção da guerrilha urbana ou rural como formas exclusivas ou excludentes. Não radica aí o centro da análise útil que pode realizar-se em torno da experiência de luta armada passada ou atual. O tema central é a análise da concepção foquista que em sua formulação primária e ortodoxa sustentou a guerrilha rural como forma prioritária e exclusiva, mas que logo se adaptou também a formas de guerrilha urbana. É esta concepção foquista em todas as suas variantes que está em crise e não a luta armada, que mantém sua vigência. **A luta armada como a concebemos, ou seja, como aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino que atua também com base em uma estratégia harmônica e global no nível de massas, é esta a concepção correta da luta, a que resulta reafirmada pela experiência acumulada.**

#### IV – O ASPECTO VIOLENTO DA PRÁTICA POLÍTICA

O desenvolvimento da luta mudou totalmente nestes últimos anos os termos em que tradicionalmente se colocava a luta na América Latina. Significou a superação, segura-

mente definitiva, de uma longa etapa na qual aquela luta se concebia segundo duas pautas:

- a. No nível econômico da luta de classes: atividade de massas, sindical, de conteúdo reivindicativo, fundamentalmente salarial, processada pelos métodos tradicionais (manifestações, greves, atos, etc.) praticados dentro dos marcos da legalidade burguesa.
- b. No nível político da luta de classes: atividade de partidos legais com seus métodos tradicionais (sedes públicas, atos, propaganda, publicações, difusão ideológica, etc.) apontada decisivamente para obter resultados eleitorais.

A via para chegar ao poder (identificado falsamente com o governo) era o voto. A obtenção de representações parlamentares cada vez mais numerosas significava etapas rumo a este desenlace. **A violência nos níveis tanto econômicos como políticos da luta de classes - dizem - era negativa posto que implicava pôr obstáculos, "pretexar" obstáculos à via eleitoral.** Concebida esta como a única via possível para chegar ao "poder" e sendo este o problema cardinal da prática política, tudo devia contribuir para manter aberta esta via. Dito de outro modo: **sendo a obtenção do poder o politicamente decisivo, chegando-se ao poder pela via eleitoral e sendo as eleições algo "legal", dever-se-ia estar dentro da lei para poder votar... e assim poder chegar ao poder.**

Esta tem sido e é a medula do sentido político reformista, eleitoralista. Com base neste sentido, toda violência deveria ser rechaçada porque faz perigar as eleições e, portanto, a possibilidade de chegar ao poder. **Complementa-se esta "argumentação" identificando o legalismo com a possibilidade de realizar qualquer tipo de atividade de massas. Ainda a nível sindical, somente se poderá manter "contato com as massas" atuando "legalmente":** A violência só dá "pretexos" à repressão, repressão que fatalmente "isola", tal parte do raciocínio que os reformistas fazem. No nível da luta econômica, a violência dá "pretexos" à repressão, isola, prejudica a atividade de massas e até pode dar pretexto a que a reação ponha obstáculos para a única via - necessariamente eleitoral e, portanto, necessariamente legal - para chegar ao poder. Seria então "infantilismo", "espontaneísmo". E aí os reformistas se valem dos erros do anarco-sindicalismo, que ao subordinar, efetivamente, o nível político o nível econômico da luta de classes, ao não propor uma solução clara ao problema da destruição do poder burguês, fica "desarmado" para críticas demasiadamente fáceis dos reformistas.

**De nossa parte - e repetimos por via das dúvidas - afirmamos que o objetivo da violência no nível da luta econômica NÃO É SÓ nem sequer é PRINCIPALMENTE a obtenção das reivindicações econômicas em si mesmas. Que a violência na luta econômica tem por função contribuir - entenda-se bem, CONTRIBUIR - para elevar o nível destas lutas ao nível político.** Contribuir (junto com os outros meios: propaganda, luta ideológica, luta pública legal ou não) para elevar a luta econômica na maior medida possível, ao nível de luta política. Contribuir para elevar a consciência gremial (associativa e reivindicativa) de interesse econômico que anima a luta econômica. **Contribuir, dizemos, para elevar a consciência política, de interesse político que é a consciência necessária para destruir o poder político burguês - o estado burguês - objetivo último de toda prática política revolucionária.**

Destruição do estado capitalista, destruição do poder burguês que é necessariamente

te violento, que não se pode alcançar chegando (supondo que se possa...) através de eleições a ocupar certos cargos oficiais (nas Câmaras ou ainda na Presidência) que são apenas alguns elementos e não os mais importantes, através dos quais opera o poder burguês. E como é impossível, nunca se viu, nem ninguém sensatamente pode pretender que o estado capitalista se "extinga" para deixar passar o socialismo, nem que a burguesia vá "doar" pacificamente suas propriedades ao povo ou vá renunciar pacificamente a sua dominação e a seu poder, **estes devem ser destruídos pela força.**

Só os caras de pau burgueses, mentindo despidoradamente, falam que o capitalismo vem transformando-se em sua própria essência. Que agora é "capitalismo do povo" como dizem os ideólogos ianques e reproduz aqui, repetindo-os Rafael Caldera. Somente os ingênuos reformistas creem que o vão transformar, aos pouquinhos, com "sábias" leis parlamentares. Ou que possa haver um capitalismo "bom", dirigido por uma "burguesia nacional", que alguns inventam cada vez que a coisa fica mais feia...

**A afirmação desta necessidade da violência revolucionária, a necessidade da revolução, e a superação teórico-prática do reformismo pequeno-burguês (nacionalista ou democristiano, "populista" como é chamado) ou operário (social-democrata, trotskista, o comunista, "marxista" como é chamado) tem sido o aporte fundamental que as organizações armadas da América Latina têm conferido ao processo ascendente das lutas de nossos povos.**

Uma organização é realmente revolucionária se coloca e resolve realmente o problema do poder, e o problema do poder só se resolve com uma adequada linha de prática da violência, ou seja, com uma adequada linha militar. A demonstração em suma de que só haverá socialismo com revolução, ou seja, com destruição violenta do estado burguês. Que só haverá destruição violenta do estado, do poder burguês, com uma prática político-militar adequada, são todos aportes feitos nestes anos pelas organizações armadas do continente. Dito de outro modo. **Nenhuma organização é realmente revolucionária até que se coloque e resolva os problemas do aspecto violento, militar de sua prática política.**

**Não há política revolucionária sem teoria revolucionária. Não há política revolucionária sem linha militar revolucionária.** Tudo isto tem ficado claro, e clarificar isto tem sido um avanço inestimável. Tem feito avançar a luta de classes em todos os seus níveis.

Mas a realidade é dialética. Quando se fazem certas comprovações, a partir destas comprovações surgem problemas novos. Quando se chega a um nível superior, mais elevado de compreensão, de prática, e de experiência (e a compreensão -salvo para os charlatões do café - sempre indica experiência, prática) novos problemas, também a um nível mais alto, mais fino, requerem nossa atenção e devem ser resolvidos.

Nosso país não tem sido, como prognosticavam alguns, uma exceção dentro do processo de avanço da revolução latino-americana. Aqui também temos vivido praticamente aquelas experiências. Aqui tem havido e há uma vasta e fecunda prática político-militar. Analisá-la, aprofundar em seu conteúdo, compreender realmente as causas e o sentido de seus avanços e seus retrocessos, é uma tarefa decisiva de hoje a qual não podemos nos subtrair.

## O Reformismo do PT: um dos braços da dominação capitalista no Brasil.

### Por União Anarquista

No texto intitulado "A esquerda e as reformas", publicado no Estado de São Paulo, em 07/06/2003, o presidente nacional do PT, José Genuíno, afirma: "O PT já havia definido o caminho estratégico da luta pela hegemonia em 1991, quando realizou seu primeiro congresso. Naquela ocasião recusou os postulados da ditadura do proletariado,

em relação à estratégia revolucionária. "Chamaríamos revolucionário aquele movimento que visa um tipo de ordenamento social (...) antitético em todos os campos – econômico, político, cultural e civil – em relação ao ordenamento capitalista democrático. E é em razão da oposição radical que predominam em tal movimento a

*tais princípios se traduzem na prática. E, por isso, em seu seio, predomina, naturalmente os defensores da via gradual e pacífica, , uma vez que a violência poderia certamente comprometer os valores fundamentais"*<sup>1</sup>.

Genuíno fala dos desavisados – 170 milhões de desavisados – frente à



Das ilusões de 2002 ...

*do partido único, e da ruptura revolucionária. Somente os desavisados se podem surpreender com as atuais postulações do PT e com as atitudes e medidas do governo Lula".*

É sabido que o PT nunca se colocou a tarefa da Revolução. Desde sua formação, e segundo sua trajetória, pode ser identificado como um partido reformista. No sentido da tradição política clássica, define-se o reformismo

*tendência a julgar indispensável o recurso à violência. Reformista é, pelo contrário, o movimento que visa melhorar e aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca destruir o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios em que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas, que em situações particulares se possa dirigir ao modo concreto como*

máscara que cai, deixando explícita a traição. Traição, porque, ainda que poucos conheçam as definições da teoria política, é pouco provável que alguém esperasse do governo Lula uma revolução social, porem, o que se esperaria de um governo de "frente popular" seria no mínimo algumas reformas também populares. A questão que se coloca, hoje, é o caráter das reformas que estão em curso, que só tem uma qualificação –



neoliberais. Leia-se, antipopulares.

Segundo Gilberto Cunha, o Brasil viveu durante as últimas eleições o paradoxo do aparente consenso em torno da figura de Lula. Enquanto uns o apoiavam como única saída viável para a continuidade do modelo neoliberal, outros, os “desavisados”, o apoiavam esperando uma guinada contrária a linha de FHC.

Chegado o país a um estado de saturação pela crise social, Lula, ao conquistar a confiança do sistema financeiro internacional, aliar-se aos setores da elite nacional à margem do acordo político dos anos anteriores, e sendo, ainda, o candidato mais capaz de evitar, ou pelo menos adiar um colapso social interno, devido à infiltração do PT nos movimentos sociais e à imagem do partido junto à população, pôde capitalizar esse consenso.

Nesse sentido, Mario Maestri aponta a “fala imprudente” do presidente: *“Diante de público seletivo, com suficiência infantil, Lula da Silva verbalizou o argumento sugerido quando das eleições, de que apenas um candidato popular poderia realizar as reformas neoliberais engasgadas pela resistência social. Por que eu dizia na campanha que somente eu poderia fazer a reforma? Não porque eu fosse melhor que os outros. Era porque eu sabia que a reforma terá que enfrentar uma base muito organizada e uma grande parte dele votou em mim, votou no Ciro, não votou no governo [FHC]”*<sup>22</sup>.

O que, afinal, se concretizou e verbalizou, foi a continuidade e o aprofundamento do modelo de política econômica anterior – onde as reformas eram parte da pauta de ajustes/condicionamentos estabelecidas em acordo com o FMI, órgão a serviço do imperialismo norte americano nos países periféricos.

*“Pelos seus estatutos, o FMI existe apenas para prover linhas de crédito de curto prazo a países com dificuldades momentâneas em suas contas*

*externas, de modo a que eles possam superar esses desequilíbrios temporários. A partir da década de 1980, porém - agindo à revelia desses estatutos, que não foram alterados -, a instituição passou a ser o “veículo multilateral” usado pelo governo dos Estados Unidos para promover reformas neoliberais (ou “reformas condicionadas”) nas instituições econômicas, sociais e políticas dos países periféricos (ou “emergentes”), no contexto de construção da nova ordem internacional. Em vez de lidar com problemas localizados de liquidez, o FMI começou a promover rearranjos internos, profundos e duradouros, nesses países. Passou a interferir pesadamente na reorganização das economias (abertura comercial e financeira, por exemplo) e das sociedades (reformas nos sistemas previdenciários e trabalhistas, por exemplo), exigindo medidas que escapam completamente de sua esfera de competência original.*

*O modelo-padrão dos acordos [consiste basicamente em] (...) três pontos inegociáveis. Metas de superávit primário, mesmo às custas de contrair gastos sociais imprescindíveis, de modo a assegurar a transferência de recursos da sociedade (via recolhimento de*

*impostos) para os credores (via pagamento do serviço das dívidas); Políticas monetárias contracionistas, voltadas para reduzir o consumo e o investimento interno (e, com eles, as importações) e forçar as empresas a realizar políticas exportadoras mais agressivas, de modo a gerar os dólares necessários à solvência externa; Plena liberdade de movimentação de capitais, para que a transferência desses recursos ao exterior não enfrente obstáculos. (...)*

*[Como resultado tem-se que] o superávit primário, que era de 3,75% do PIB no governo de Fernando Henrique, foi aumentado por Lula para 4,25%, enquanto os gastos sociais, que correspondiam a 2,59% do PIB, foram reduzidos para 2,45%; essas decisões não dependem mais de negociações com o Fundo, pois foram incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que está em vigor até 2006”*<sup>23</sup>.

No episódio da reforma da previdência já ficou mais do que claro quem vai pagar a conta do, cinicamente chamado “remédio amargo” que o governo quer nos impor, como forma de saldar dívidas nunca contraídas pelo povo, e já pagas milhões de vezes.

O principal argumento para aprovação dessa reforma seria o déficit



...a realidade da repressão e das reformas liberais de 2003/2004.

existente na previdência pública. Déficit que, segundo Maestri, não existe, a não ser pela maquiagem de dados, pela sonegação e pela diminuição dos empregos formais.

“Segundo os dados do próprio governo (disponível no *site* da Previdência) o déficit anual em 2002 foi de R\$ 20 bilhões. Mas, como diz Ciro Teixeira Correia”, esse déficit é completamente falacioso, porque, quando o governo fala em déficit, ele fala apenas daquilo que foram as contribuições para a previdência e os pagamentos entre pensões e aposentadorias. E está na constituição de 1988 que existem outras fontes de financiamento para as pensões e aposentadorias, como em qualquer nação organizada”.

Segundo os dados do SINDFISP (Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social de São Paulo), atualizados até janeiro de 2003, se o governo incluisse as

outras fontes do sistema de Seguridade Social, como o Cofins, uma contribuição da indústria para o sistema previdenciário, a CSL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido) a contribuição das parcelas das Loterias e outras fontes, seria registrado superávit nas contas da previdência. Isto tudo não aparece nos discursos do Presidente e do Ministro da previdência.

Quando foi implantada a Previdência Social Solidária no Brasil, pelo sistema de repartição, ela foi amplamente superavitária, mas os excedentes foram usados para fins outros, que nada tinham a ver com a Seguridade Social. Além disso, os municípios, estados e a federação nunca contribuíram com a parte que lhes cabiam, sem falar

na sonegação das contribuições previdenciárias do setor privado, segundo o princípio tripartite (empregado, empregador e Estado). Ou seja, se os governos e os patrões tivessem contribuído, tal “déficit” não existiria<sup>4</sup>.

Diante de ataques como esse, ao povo trabalhador e seus parcos direitos constituídos, vemos grande parte dos movimentos sociais atrelados, e os setores de esquerda que compõe com o governo, aafiando as críticas, mas sem disposição de sair da “condição de governo”. Por essas e outras o ano de 2004 será de muito trabalho e muita luta para aqueles que se colocam realmente junto às demandas do povo, pois enfrentaremos dois grandes golpes contra as conquistas históricas dos trabalhadores, a Reforma Universitária e

trabalhistas garantidos por lei e conquistados com a luta e o sangue do nosso povo. Existe uma pressão muito grande do empresariado nacional, os mesmos que colocaram o PT no poder, pela flexibilização dos direitos dos trabalhadores como: Férias remuneradas, 13º salário, Previdência Social, Descanso remunerado aos fins de semana etc...

Voltaremos aos tempos sombrios do início da industrialização onde os trabalhadores tinham jornadas de 16 horas diárias, sem férias ou descanso remunerado além do total abandono do Governo que mantém a situação de miséria e fome do nosso povo prometendo algumas cestas básicas apenas para nos manter trabalhando? Além de um futuro incerto para o trabalho teremos uma Reforma Universitária que tem como objetivo atrelar o ensino superior ao mercado empresarial acabando com o ensino superior gratuito e mais uma vez criando políticas compensatórias pautadas em migalhas como créditos educativos e bolsas de estudo para poucos.

Infelizmente são a traição e as perdas que vem mostrar a que ponto a via reformista para mudanças sociais pode se deteriorar.

Hoje, mais que nunca fica claro que apenas um movimento popular organizado poderá deter as reformas que em curto prazo aumentarão a legião de desempregados e miseráveis existentes hoje em nossa terra.

<sup>1</sup> BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 12ª ed. Ed. UnB, Brasília, 1999. Volume 2.

<sup>2</sup> MAESTRI, Mário. *Governo na oposição, oposição no governo*. Texto de 2 de abril de 2003. Retirado de site na internet (pesquisa google).

<sup>3</sup> BENJAMIN, César. *As relações do Brasil com o FMI*. Texto de 2 de outubro de 2003. Retirado de site na internet [www.outrobrasil.net](http://www.outrobrasil.net)

<sup>4</sup> CUNHA, Gilberto. “Não às reformas neoliberais. Em defesa das conquistas sociais.” (Texto disponível na internet).



Trabalhador tenta suicídio em Brasília.

a Reforma Trabalhista mostrarão mais uma vez a face neoliberal do governo petista.

A barganha política das trocas ministeriais demonstra claramente um posicionamento estratégico do governo para garantir os apoios necessários para um modelo de Reformas que sirva aos interesses das elites nacionais e internacionais diminuindo a qualidade do ensino superior e das condições de trabalho que já estão no limite da penúria e do sucateamento.

O governo Lula já apresentou em entrevistas e reportagens da Rede Globo que o trabalhador brasileiro custa muito caro para os empresários que gastam até três vezes o valor do salário do trabalhador para manter os direitos